

UNAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS DR. EDMUNDO ULSON

Arquitetura e Urbanismo

**CASA LAR DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME**

LAIANA DILIANA BRUNER

Araras, SP
novembro de 2022



UNAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAS DR. EDMUNDO ULSON

Arquitetura e Urbanismo

**CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES**

LAIANA DILIANA BRUNER

Primeira etapa do trabalho de conclusão de curso que será apresentado à banca examinadora do UNAR e fará parte dos requisitos para obtenção do Grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadores: Prof. Eduardo Manfredini

Araras, SP
novembro de 2022



Dedico esse trabalho ao meu marido Gabriel, por ter sempre me apoiado e a toda a minha família, especialmente ao meu pai Ismael (in memoriam), com todo meu amor e gratidão.



AGRADECIMENTOS

Sou grata a pessoas que fizeram estiveram presente em minha vida durante toda a essa trajetória, das quais, nem sempre souberam o quanto estavam contribuindo, me dando forças para vencer as dificuldades.

Gostaria de agradecer a Deus que me iluminou sempre que encontrei dificuldade.

Ao meu orientador, Eduardo Manfredini por todo seu apoio e dedicação, e a todos os professores por me proporcionar o conhecimento durante minha trajetória acadêmica.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada Principal. Fonte: Archidaily	35
Figura 2 – Pátio Externo. Fonte: Archidaily	36
Figura 3 – Localização.	37
Figura 4 - Plano de Massas com Estudo Solar.	37
Figura 5 - Vista Acessos. Fonte: Archidaily	38
Figura 6 - Vista Externa. Fonte: Archidaily	38
Figura 7 - Vista Posterior. Fonte: Archidaily	38
Figura 8 - Corte. Fonte: Archidaily	38
Figura 9 - Fachada - Elemento vazado - Sistemas de aberturas. Fonte: Archdaily	39
Figura 10 - Elemento Estrutural pré-fabricados de concreto. Fonte: Archidaily	39
Figura 11 - Estudo Projetual. Planta Térreo e Primeiro Pavimento.	40
Figura 12 – Estudo Projetual. Plantas Segundo e Quarto Pavimento.	41
Figura 13 - Estudo Projetual. Plantas Quarto e Quinto Pavimento.	42
Figura 14 - Estudo Projetual. Cortes AA e BB.	43
Figura 15 - Fachada. Centro de Acolhimento CYS.ASDO. Fonte: Archidaily.....	44
Figura 16 - Jardim Interno. Fonte: Archidaily.....	45
Figura 17 - Estudo Projetual. Planta.	45
Figura 18 - Estudo Projetual. Fonte Archidaily.	46
Figura 19 – Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil de Nicoya.....	47
Figura 20 - Plano de Massas com Estudo Solar.	48
Figura 21 - Planta de Situação. Fonte: Archidaily	48
Figura 22 - Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil. Fonte: Archidaily.	49
Figura 23 - Estudo Projetual. Planta Segundo Pavimento.	50
Figura 24 Estudo Projetual. Planta Primeiro Pavimento.	50
Figura 25 - Estudo Projetual Elevações.....	51
Figura 26 - Sala Multiuso. Fonte: Archidaily.	52
Figura 27 - Elemento de Cobertura. Fonte: Archidaily.	52
Figura 28 - Elemento Estrutural. Fonte: Archidaily	52
Figura 29 – Elemento de Cobertura. Segundo Pavimento. Fonte: Archdaily.	53
Figura 30 – Orientação Recomendada para a inserção do edifício de acordo com a posição geográfica do terreno. Manual para programa de Rede de Assistência. Fonte: Archdaily.....	53
Figura 31 - Sistema Construtivo. Fonte: Achidaily.	54
Figura 32 – Elemento Construtivo. Archidaily.....	54
Figura 33 - Casa Lar Luz do Caminho. Fonte: Google Street View.....	56
Figura 34 – Cozinha / Refeitório.	56
Figura 35 – Sala.	57
Figura 36 - Localização	58
Figura 37 - Local de Estudos. Terreno Escolhido.	59
Figura 38 - Mapa de localização do município de Leme. Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Município de Leme. 2013.....	60
Figura 39 – Localização de Leme em São Paulo. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Leme	60
Figura 40 - Mapa de Relevo da cidade de Leme.Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Município de Leme. 2013.....	62
Figura 41 - Mapa Justificativa da escolha da área de intervenção.....	70
Figura 42 - MAPA - CREAS/ CRAS/ Secretária de Assistência e Desenvolvimento. ..	71
Figura 43 - MAPA - Praças no entorno da área.	72
Figura 44 - MAPA - Localização Lar São Francisco.....	73



Figura 45 - MAPA - Terminal urbano.....	74
Figura 46- MAPA – Escolas Públicas no entorno.....	75
Figura 47 – Zoneamento da área de intervenção. Fonte: Prefeitura de Leme, 2021...	76
Figura 48 - Tabela de Restrições Legais. Fonte: Plano Diretor de Leme.....	77
Figura 49 – MAPA Uso de Solo.....	79
Figura 50 - MAPA – Sistema Viário.....	80
Figura 51 - Mapa de Gabarito.....	81
Figura 52 - Temperatura máximas e mínimas médias em Leme.....	82
Figura 53 - Temperatura média horária em Leme. Fonte: https://pt.westhershark.com	82
Figura 54 - Mapa Zonas Bioclimáticas Brasileira. Fonte: ABNT NBR 1522-3.....	83
Figura 55 - Resfriamento Evaporação. Fonte: Lamberts et al., 2014.....	83
Figura 56 - Ilustração da aplicação da inércia térmica. Fonte: Lamberts et al., 2014..	84
Figura 57 - Carta Solar. Fonte: Aplicativo Sun Position.....	84
Figura 58 - Posicionamento do sol no inverno e no verão em relação a moradia.....	85
Figura 59 - Vista de Mapa.Fonte: Aplicativo Sun Locator.....	85
Figura 60 - Rosa dos ventos.....	86
Figura 61 - Lista de ações realizadas em um abrigo, na modalidade Casa Lar.....	97
Figura 62 - Estudo de pré-dimensionamento, dormitórios.....	100
Figura 63 - Estudo de pré-dimensionamento, Sala de Estar.....	100
Figura 64 - Estudo pré-dimensionamento, cozinha.....	101
Figura 65 - Estudo de pré-dimensionamento, Sala de jantar.....	101
Figura 66 - Organograma da Casa Lar.....	102
Figura 67 - Fluxograma.....	103
Figura 68 - Plano de Massas.....	104
Figura 69 - Árvore Euphorbia Leucocephala (Noivinha). Fonte: https://www.conhecaminas.com/2021/01/conheca-uma-das-mais-lindas-plantas.html	107
Figura 70 – Musa Acuminata (Bananeira Nanica). Fonte: https://vivoplantas.com.br/produto/banana/	108
Figura 71 - Monstera Deliciosa (Costela de Adão). Fonte: https://dicasdecor.com/costela-de-adao/	108
Figura 72 - Malpighia Emarginata (Aceroleira). Fonte: https://www.jardineiro.net/plantas/acerola-malpighia-emarginata.html	109
Figura 73 - Citrus Sinensis (Laranjeira). Fonte: https://www.jardineiro.net/plantas/laranja-citrus-sinensis.html	109
Figura 74 - Malus (Macieira). Fonte: https://www.mundoecologia.com.br/plantas/arvore-macieira-caracteristicas-raiz-caule-folha-e-morfologia/	110



LISTA DE TABELAS

Tabela 01.....	86
Tabela 02.	89
Tabela 03.....	98



LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente



RESUMO

O presente projeto e pesquisa consiste no trabalho de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, que tem como objetivo apresentar a proposta desenvolvida afim de atender as necessidades de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, projeto esse que foi pensado para contribuir com o desenvolvimento, autonomia e segurança, seguindo parâmetros para manter a referência de casa e não de instituição. A temática desse trabalho surge através de uma análise de dados do IBGE (2019), onde constatou-se alta taxa da mortalidade infantil; desse modo buscou-se identificar as principais causas, o cenário de crianças e adolescentes em situação de risco. A partir dos estudos foi desenvolvida uma proposta de uma instituição de acolhimento na modalidade Casa-Lar, na cidade de Leme, que tem como objetivo acolher até 10 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, que se encontram afastadas de sua família de origem, por estarem em situação de vulnerabilidade, o projeto visa seguir os princípios, e as orientações técnicas de uma instituição de acolhimento provisório.

Palavras chaves: Desenvolvimento, Autonomia, Crianças e Adolescentes, Vulnerabilidade Social, Lar, Acolhimento.



ABSTRACT

The present project and research consists of the final assignment work of the graduation course in Architecture and Urbanism, that aims to introduce the proposal which was developed in order to meet the needs of children and adolescents who live in a situation of social vulnerability. The project that was designed to contribute to the development, autonomy and security, following parameters to maintain the reference of a home and not of an institution. The theme of this work arises through an analysis of data from the IBGE (2019), where a high rate of infant mortality was found; in such mannger, we sought to identify the main causes of the scenario of children and adolescents at risk. Based on the studies, a proposal was developed for a shelter institution in the Casa-Lar modality, in the city of Leme, that aims to welcome up to 10 children and adolescents from 0 to 14 years old, who are far from their original family, as they are in a vulnerable situation, the project proposes to follow the principles and technical guidelines of a temporary shelter institution.

Keywords: Development, Autonomy, Children and Adolescents, Social Vulnerability, Home, Reception.



SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	03
LISTA DE TABELAS.	05
LISTA DE SIGLAS.....	06
1.0 Introdução	12
2.0 Objetivos.....	13
2.1 Objetivo Geral.....	13
2.2 Objetivos Específicos	13
3.0 Justificativa	14
4.0 Revisão da Literatura	16
4.1 A Infância em Vulnerabilidade.....	16
4.2 Causas da Mortalidade Infantil no Brasil.....	20
4.3 O Papel Social da Arquitetura na História e na Contemporaneidade.....	21
4.4. O Processo de Adaptação da Criança e do Adolescente no Abrigo Institucional e a Contribuição da Arquitetura.....	23
4.5. A Humanização dos Espaços	33
5.0 Referencial Arquitetônico e Urbanístico	35
5.1. Centro de bem-estar para Crianças e Adolescentes: Foco da Análise: Programa	35
5.2. Centro de Acolhimento CYS.ASDO: Foco da Análise: Gabarito e Forma... ..	44
5.3. Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil de Nicoya: Foco da Análise: Inserção Urbana	47
5.4. Casa Lar Luz do Caminho: Foco da Análise: Referência Casa Lar.....	55
6.0 Caracterização da Área de Intervenção	58
6.1 Apresentação do sítio.....	58
6.2 Características gerais do município	60
6.3 Características específicas do município.....	61



6.4. Preexistências	63
6.5 Caracterização cultural do território	67
6.6. Formação do território	68
6.7 Justificativa da escolha da área	69
7.0. Diretrizes urbanísticas.....	76
7.1 Uso do solo.....	76
7.2 Sistema viário	79
7.3 Gabarito	80
7.4. Análise Ambiental.....	81
7.5 Classificação bioclimática e estratégias indicadas.....	82
7.6 Incidência solar/ interpretação da carta	84
7.7 Regime de ventos e outras informações relevantes	86
8.0. Diretrizes.....	87
8.1 Programa de Necessidades.....	97
8.2 Organograma.....	102
8.3 Fluxograma	103
8.4 Plano de Massas	104
9.0 Memorial Descritivo	105
10.0 Considerações Finais.....	111
11.0 Referencias Bibliográficas.....	113
12.0 Anexo.....	116



1. INTRODUÇÃO

Para a realização desse trabalho foram feitas pesquisas a fim de contextualizar o cenário das crianças e adolescentes em situação de risco e entender como a arquitetura poderá auxiliar nesse processo.

Este trabalho tem como objetivo principal a realização de estudos para o desenvolvimento de uma proposta projetual, visando atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Leme.

Atualmente, a cidade de Leme, interior do estado de São Paulo, apresenta uma alta taxa de mortalidade infantil e a abordagem desse trabalho parte desse dado registrado no IBGE (2019). Buscando entender as principais causas da mortalidade infantil; e que a problemática está relacionada ao contexto urbano de desigualdade e pobreza, e que esses fatores interferem no desenvolvimento social, econômico e cultural, levando a criança e ao adolescente a viver em vulnerabilidade.

Dessa maneira, buscou-se levantar a existência de projetos sociais voltados à infância em vulnerabilidade, estudar o Estatuto da Criança e do Adolescente, afim de compreender os princípios de uma instituição de acolhimento, e identificar os aspectos relacionados a arquitetura, e partir desses parâmetros.



2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Definir as bases teóricas, analítica e arquitetônica para compreender as principais questões que atingem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entendendo assim o papel social da arquitetura e urbanismo para desenvolver uma proposta arquitetônica.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar a existência e tipos de projetos sociais voltados à infância em vulnerabilidade.
- Pesquisar principais causas da mortalidade infantil no Brasil.
- Compreender o papel social da arquitetura na história e na contemporaneidade.
- Compreender como a arquitetura pode contribuir no processo de adaptação da criança e adolescente no abrigo institucional.
- Pesquisar soluções arquitetônicas que humanizem os abrigos institucionais.
- Identificar as problemáticas de uma unidade de acolhimento institucional.



3. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se trata de um estudo sobre a condição das crianças em vulnerabilidade social, na cidade de Leme.

A temática surge a partir de dados da alta mortalidade infantil identificado no município de Leme, que segundo análise realizada no IBGE (2019) corresponde à 12.44 óbitos para cada mil nascidos vivos, portanto, pode se considerar um alto índice de mortalidade infantil, quando comparado as cidades do estado de São Paulo. Essa taxa de 12.44 óbitos para cada mil nascidos vivos, também é alta, quando comparada com a meta estabelecida como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

“3.2 – Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos de idade, objetivando reduzir a mortalidade neonatal para no máximo cinco por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de cinco anos de idade para no máximo oito por mil nascidos vivos.”

(Cenário da Infância no Brasil 2020, pag. 12)

As principais causas da mortalidade infantil, é a fome, miséria, a falta de saneamento básico e qual são as possíveis respostas para a problemática mortalidade infantil, elas podem incluir instrução das mulheres, fornecimento a população de baixa renda mais acesso a saúde, vacinação, campanhas de aleitamento materno, entre outros.

O aumento de crianças que tem sofrido por negligência, abandono ou maus tratos, também é uma problemática levantada acerca da temática, assim como, o impacto da desigualdade social interfere no desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional.



No Brasil e no mundo a desigualdade social afetam diretamente crianças e adolescentes, muitas crianças se encontram sem moradia fixa, em situação de rua, ou sofrendo algum tipo de violação de seus direitos dentro de suas casas. A infância é considerada a fase de maior importância para a formação do ser humano, pois implica na criação de seu caráter, e sua capacidade de sobreviver e obter sua independência na fase adulta através da criação de laços e vínculos familiares e ampla convivência comunitária. A falta ou violação de seus direitos na infância, implica em aspectos importantes de seu processo de desenvolvimento, principalmente aspectos pessoais e sociais.

É necessário entender o projeto de arquitetura como um instrumento social, técnico e político. O aspecto social pode ser entendido como as pessoas, o técnico, como a cultura de compartilhamento das especialidades de todas as atividades, e a política, entendida como a evidência de que convivemos com pessoas de diferentes realidades e fazemos parte de algo maior.



4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. A INFÂNCIA EM VULNERABILIDADE

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e deveres, foi estabelecida a partir de 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), merecedoras de atenção e tutela do Estado, devido a sua condição de pessoa em desenvolvimento psicológico, emocional e moral.

Nos séculos XIX e XX, as crianças em situação de risco, precariedade, pobreza e vulnerabilidade social, quando buscavam pelo apoio do Estado, já tinham um destino: eram levadas e encaminhadas para instituições onde eram reconhecidas e tratadas como órfãs ou crianças abandonadas. Os atendimentos por parte do Estado, após aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990), obtiveram mudanças significativas em sua história. Muitas instituições públicas, conhecidas até a década de 80 como orfanatos, recebiam inúmeras crianças e adolescentes e o gerenciamento desses lugares funcionava como asilos, embora grande maioria desses menores tivessem famílias. Várias gerações dessas crianças passaram sua infância e adolescência em instituições fechadas. A história da institucionalização de crianças, embora métodos, termos e leis, atualmente tenham mudado, ainda repercute nos dias atuais. Desde a década de 90, a internação das crianças tem aparecido principalmente na literatura jurídica como o último recurso que deve ser adotado. Com isso, é considerado que se estabeleceu uma verdadeira “cultura da institucionalização” no Brasil (Pilotti e Rizini, 1995).

Com a aprovação do ECA, já não seria mais adotado esses métodos e os orfanatos já não seriam mais utilizados. Houve avanços práticos no que tange o atendimento a essas crianças e adolescentes, contudo, ainda existiam resquícios da intervenção assistencialista e autoritária no âmbito familiar. Nos dias atuais, ainda se vive uma condição de retórica que mantém relação com o passado, quando se repetia que menores em situação de vulnerabilidade e delinquentes somente deveriam ser institucionalizados como último recurso,



não se falando mais da internação desses indivíduos. Hoje, ao contrário do que era habitual, tem usado o termo de acolher e abrigar crianças e adolescentes encontradas nas condições referidas anteriormente. Nesse contexto, é necessário lembrar que o fenômeno não se repete como nos séculos anteriores, mas que suas raízes são facilmente identificadas no passado, especialmente ao se tratar da mentalidade de certas práticas institucionais.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros mais que asseguram a criança e adolescentes de ter seu desenvolvimento na sociedade em que vive.
(DIGIÁCOMO, 2013. P.5,6)

Na última década, apesar do descaso e da crença de que o problema quanto à assistência a crianças e adolescentes havia sido solucionado, o que ocasionou o encerramento dessa discussão, ainda continua existindo denúncias de violência associadas às instituições de acolhimento e a grande circulação de menores entre as instituições de acolhimento e as ruas das cidades. Isso só evidencia a ineficácia do sistema. De acordo com a lei, foi mudado o conceito de internação para abrigamento. Nos primeiros anos do século XXI, houve um crescente de organizações não governamentais que ao entenderem o princípio do acolhimento, passaram a atuar de forma efetiva nas comunidades. Essas organizações passaram a ser centros sociais e de saúde, fruto da mudança de entendimento quanto ao atendimento as crianças de internato para abrigo. No Brasil, as vulnerabilidades a que esses jovens estão expostos estão relacionados ao alcoolismo e a violência doméstica, o que faz com que as crianças e adolescentes sejam testemunhas e por vezes vítimas de abusos psicológicos, agressões e outras formas de



violência. Os riscos relacionados à moradia podem incluir a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a falta de espaço destinado a lazer, as relações hostis e pouco favoráveis na vizinhança e a proximidade com locais próximos a venda e consumo de drogas. Além, disso pode-se citar a grande possibilidade de existir o trabalho infantil e a exploração da prostituição de crianças, ademais, sua personalidade e comportamento pode torná-lo mais vulnerável e suscetível frente a essas exposições, o que pode levá-lo ao envolvimento com drogas, gravidez precoce, prática de pequenos delitos, entre outras coisas. Também pode ser levado em consideração a possibilidade desses indivíduos possuírem um favorecimento genético a dependência química e a vulnerabilidade psicológica ao efeito de drogas. Todos esses fatores somados só evidenciam a importância de um sistema que abrigue essas crianças e adolescentes.

O conceito de infância em vulnerabilidade pode ser percebido a partir de como crianças estão vivendo, crescendo e se desenvolvendo, em um contexto urbano de desigualdade e pobreza.

O ciclo de desigualdade e pobreza são condicionantes de vulnerabilidades, quando as crianças vivem em um ambiente com condições extremas, acarretados por problemas urbanos, falta de infraestrutura, e de um ambiente adequado, quando há falta de oportunidades para os indivíduos, para a coletividade e para o desenvolvimento pessoal, especialmente para as crianças.

A situação de vulnerabilidade em que a criança e o adolescente se encontram não se restringe às problemáticas envolvendo a suspensão ou destituição do poder familiar ou ao óbito de seus familiares, mas também é inerente a todo e qualquer menor em razão de sua delicada condição de pessoa em desenvolvimento.

A infância é justamente o período da vida de constituição do ser em suas múltiplas dimensões e potencialidades, para que desenvolva estima, capacidades cognitivas e socioemocionais que efetivamente permitam igualdade de oportunidades futuras.



Segundo estimativas populacionais produzidas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq:

A população total na região sudeste é formada por 88.371.433 pessoas, sendo que 26.448.603 são crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade, isso significa que 29,9% da população total da região sudeste são compostas por crianças e adolescentes, e duas em cada cinco dessas crianças e adolescentes vivem em centros urbanos.

A questão do contexto urbano é muito relevante, pois é capaz de interferir significativamente no processo de desenvolvimento, há uma forte correlação entre a vulnerabilidade das crianças com o ambiente construído, com a conexão estabelecida com a cidade, como forma de extensão da experiência lúdica e formativa.

É importante considerarmos que as crianças, principalmente as menores, entre 0 a 6 anos de idade, são as mais vulneráveis aos efeitos negativos de um contexto urbano de severas restrições de qualidade de vida, mobilidade, má qualidade do ar e alimentação, de violência e abandono. (LOEB, 2019, p.38).

Segundo o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil (2010, n.p.):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica, contribuem para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

4.2. CAUSAS DA MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL

A taxa de mortalidade infantil é um indicador da qualidade dos serviços de saúde, saneamento básico e educação, retrata o número de crianças de um determinado local que morre antes de completar um ano de vida a cada mil nascidas vivas.

Entre as principais causas da mortalidade infantil estão a fome, a miséria, a falta de saneamento básico, a falta de assistência e de instrução às gestantes, ausência de acompanhamento médico, deficiência na assistência hospitalar e a desnutrição.

A falta de saneamento básico gera impactos negativos para toda a sociedade, além de ser prejudicial, provoca a contaminação da água e dos alimentos, doenças como, hepatite A, malária, febre amarela, cólera, diarreia, podem ser desencadeadas por esse fator de risco.

A atenção à mulher na gestação, no parto e ao recém-nascido, o acompanhamento pré-natal, da gestante pode contribuir na prevenção ou na detecção precoce de patologias maternas e fetais, o incentivo ao aleitamento materno, além de aprimorar o quadro nutricional das crianças brasileiras, é um forte indicador que pode reduzir até mesmo as mortes infantis por diarreia e diversos tipos de infecções, podendo minimizar o risco de alergias e de males como hipertensão, colesterol alto e diabetes, reduz também as chances da criança desenvolver obesidade devido a regulação de seu metabolismo, melhorando a sua nutrição em diversos aspectos.

Quando falamos de mortalidade infantil, o fornecimento a população de baixa renda mais acesso à saúde, vacinação, as campanhas de aleitamento materno, a instrução das mulheres, a garantia ao acesso à água,



o acesso ao saneamento e higiene adequados, podem ser vistos como medidas preventivas de mortes evitáveis.

4.3. O PAPEL SOCIAL DA ARQUITETURA NA HISTÓRIA E NA CONTEMPORANEIDADE

O papel social da arquitetura na história e na contemporaneidade pode ser compreendido desde a antiguidade, quando o homem busca por proteção e segurança através da moradia.

A evolução humana e a arquitetura se interligam, com o crescimento e desenvolvimento das cidades, o modo de morar também seguiu os passos do aprimoramento com o avanço das técnicas construtivas, no entanto, até hoje o que buscamos em nossa moradia é segurança e proteção.

No decorrer do tempo as construções cumpriram o papel de servir como abrigo para o homem, para edificar lugares religiosos, atender a preceitos de beleza; e satisfazer funcionalmente um programa de necessidades.

Á partir da década de 1950 nos Estados Unidos, os primeiros estudos acerca de como o indivíduo percebe o ambiente, começam a ser publicados, sendo intitulados de psicologia ambiental. No Brasil, essa conceituação foi inserida em 1980, no livro de Antônio Gomes Penna, intitulado História das ideias psicológicas.

Na interação entre as disciplinas de arquitetura e psicologia, vários conceitos podem ser estudados, tais como: equilíbrio, configuração, forma, desenvolvimento, espaço, luz, cor, movimento, dinâmica, expressão, sensação, percepção, etc.

Para Bruand (1999), um novo conceito arquitetônico surge através de modificações ou não da pluralidade e liberdade de estilos do passado, para o autor, arquitetura não possui uma única linguagem.



Segundo Zevi (2000), a história da arquitetura remete aos múltiplos coeficientes que envolvem a atividade de edificar através dos séculos, atribuindo os interesses e necessidades da humanidade. Além de construir para atender as necessidades humanas, é extremamente importante a relação entre a psicologia e a arquitetura na arte de edificar para as crianças atualmente.

No entanto, os conceitos de construção e arquitetura se divergem, a construção é criada apenas para atender as necessidades básicas; já a arquitetura é o estudo da arte e da ciência, que busca o entendimento da interação do ser humano com o espaço urbano, e a partir desses preceitos busca atender as necessidades básicas (GYMPEL, 2001).

Vitrúvio (apud DIAS, 2008, p.12), afirmou que tudo o que se constrói deve ter solidez, utilidade e beleza.

Atualmente, a arquitetura busca atender a estes três princípios. A solidez se refere aos sistemas estruturais, ao envoltório físico, às tecnologias, à qualidade dos materiais utilizados. A utilidade trata-se da condição dos espaços criados, seu correto dimensionamento para atender aos requisitos físicos e psicológicos dos usuários, e da maneira como estes espaços se relacionam. A beleza refere-se às preocupações estéticas que devemos ter ao projetar e construir: em arquitetura, não se trata apenas de edificar algo sólido, de boa técnica e com materiais de qualidade, e que abrange corretamente os usos a que se destina; é preciso nos incitar à contemplação e à fruição (COLIN, 2000).

No entanto, pode-se concluir que todos esses fatores estão atrelados a qualidade arquitetônica de uma edificação, e que arquitetura trabalha de forma interdisciplinar ao buscar pelo entendimento da interação do homem com o ambiente, conceito esse de psicologia ambiental.



4.4. O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ABRIGO INSTITUCIONAL E A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUITETURA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) elenca os “programas de proteção destinados às crianças e adolescentes” no artigo 90, que foca em atender as demandas relacionadas aos riscos das crianças e adolescentes em situações de abandono, risco pessoal, moral e social. Em 04 de agosto de 2009, foi publicada a Lei nº. 12.010/20093 que acarretou em modificações à Lei nº. 8.069/1990, apontando para sistemática estabelecida para a solução do direito à convivência familiar por todas as crianças e adolescentes brasileiros. As medidas de proteção, até então, eram chamadas de abrigo, porém, o termo abrigo é anulado e o nome dessas instituições passa a ser chamado de “acolhimento institucional”, conforme descrito no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Atualmente os acolhimentos institucionais são fundamentados por políticas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente, pelo motivo de juntas serviços e ações que são direcionados à infância no que se diz respeito da provisoriedade na privação do convívio familiar. Trata-se, então, de programas que são bastante abrangentes e complexos. Traz pontos de extrema importância, que esses equipamentos de acolhimento devem adotar. Todas as instituições que desenvolvem serviços de acolhimento deverão seguir os seguintes princípios, de acordo com o Estatuto:

- I. Precaução e cuidado na relação dos vínculos familiares;
- II. Quando não houver mais recursos, integrar a criança em famílias substitutas;
- III. Atendimento especializado em grupos menores;
- IV. Desenvolver regime de atividades;
- V. Sem permissão da separação entre irmãos;
- VI. Evitar o máximo a transferência para outras instituições de crianças e adolescentes acolhidos;



- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Ter um preparo para o desligamento dos menores com suas famílias;
- IX. Ter o apoio e participação de pessoas da comunidade ou conhecidas da criança no processo educativo.

O ECA contempla o atendimento que envolve a integração das deliberações sobre as políticas para a infância e para a adolescência à nova organização Sócio-política do país. Nesse contexto, as leis são concebidas como instrumentos necessários à democracia. Trata-se de uma reversão de concepções e práticas que guardam aproximações com as “lutas” desencadeadas na década de 70, em prol da democratização das relações sociais. (SILVEIRA, 2004; p.63).

A palavra acolher de acordo com o dicionário, significa oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; abrigar (-se), amparar (-se).

O acolhimento institucional trata a parte importante da formação e caráter dessas crianças, para voltar a ter seus direitos e a proteção estabelecidos pelo ECA. O 98º artigo do ECA trata de medidas importantes, tais como:

- I. Por ação ou omissão do estado;
- II. Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis;
- III. Em razão da sua própria conduta.

O termo “provisório”, termo usado frequentemente em acolhimentos, indica o tempo de permanência da criança/adolescente nas instituições, onde não se deve prolongar o período da criança no local, porém, não é garantido que isso sempre irá ocorrer, pois o propósito inicial é tornar a família forte o suficiente para que ela cumpra o seu dever de proteção, provisão e segurança para a criança/adolescente. De acordo com as novas regras do art. 19, 81º, da Lei nº. 8.069/90 fica estabelecido que “toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses”. Com isso, as novas regras buscam evitar



que crianças e adolescentes fiquem institucionalizadas por muitos meses sem que a justiça defina seu destino: voltar a sua família ou ser acolhida em um novo lar.

As entidades devem oferecer durante o período de acolhimento, um ambiente adequado para o desenvolvimento completo, concepções de compreensão e aceitação de sua história, e ainda a consolidação de seus direitos, independência e inclusão na sociedade (BRASIL, 2009).

Segundo Brasil (2009), esses equipamentos disponibilizam requisitos apropriados para um desenvolvimento sadio, e devem prevalecer o contato com a família de origem. Caso não seja possível a reintegração com a família natural, é feito o direcionamento para uma nova família, sendo denominada substituta. Essas instituições podem apresentar-se em quatro modalidades, sendo Acolhimento Institucional, Casa Lar, Família Acolhedora e República, cada uma com uma especialidade e perfil, a fim de propor programas mais efetivos.

O Acolhimento Institucional, apresenta-se como um serviço provisório, a fim de acolher crianças e adolescentes que por algum motivo esporádico que estão impossibilitadas do convívio da família natural. O período de estada acontece até que seja autorizado o retorno a família natural ou para a substituta (BRASIL, 2009).

Outra forma de acolhimento é a Casa Lar, no qual o serviço é ofertado em ambientes residências, onde uma pessoa desempenha a função de educador e monitor. A função do mesmo é cuidar e proteger crianças e adolescentes que por decreto da justiça estão afastadas da família de origem, a fim da garantia de proteção, até que seja gozado o direito a regressão aos familiares ou a estada no modo de adoção (BRASIL, 2009).

De acordo com o art. 1º da Lei Federal nº. 7.644 de 1987:

[...] instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casa lares, utilizarão mães sociais visando a propiciar



ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social. (BRASIL, 1987, p. {S.I}).

Essa forma de acolhimento busca desenvolver vínculos de afeto e amizade, criando um espaço agradável e similar ao familiar. Com aparência de uma residência, a entidade deve estar localizada em uma zona de interesse residencial do município e não apresentar placas de identificação, e deve seguir os parâmetros das habitações vizinhas. Não é recomendado várias instalações de serviços em um mesmo lote, para não criar um espaço fechado e voltado para si próprio, impedindo o contato dos assistidos com a comunidade. Para que os acolhidos se sintam em casa, deve-se criar uma rotina diária, a fim de lembrar um lar de verdade, assim estreitando as relações entre todos os envolvidos e a sociedade (BRASIL, 2009).

Essa categoria de atendimento, atende no máximo 10 crianças ou adolescentes de zero a dezoito anos, de ambos os sexos, sem distinguir qualquer tipo de necessidade da criança ou adolescente. A instituição é apropriada em especial a grupo de irmãos que tenham expectativa de acolhimento de média a longa permanência (BRASIL, 2009).

Conforme Savi (2008), geralmente essa modalidade de acolhimento é sustentada por contribuições de terceiros, e pode estar inserida em edificação própria ou locada, mas, contudo, dentro da malha urbana. Um dos principais objetivos desse serviço é a familiarização de um lar, a fim de apresentar condições comuns de um espaço familiar.

Ainda se tem como forma de atendimento as Famílias Acolhedoras, onde promovem o acolhimento integral de crianças e adolescentes sobre proteção protetiva judicial. O abrigo ocorre em residências de famílias comuns (BRASIL, 2006).

Famílias que tem o interesse de exercer esse serviço social se registram e passam por seleções criteriosas para cumprir tal assistência. Caso haja a possibilidade, são capacitados ao serviço, a fim de ofertar o acolhimento, proteção e cuidados a crianças e adolescentes separados da família natural, portanto não deve ser chamada de adoção, mas sim de



assistência. Por ser um ambiente ainda mais familiar do que as outras formas de atendimento descritas, assegura uma assistência individual de cunho ainda mais social com a comunidade, possibilitando um retorno familiar mais pacífico (BRASIL, 2009).

Segundo Rossato, Lépure e Cunha (2010), o objetivo deste acolhimento é proporcionar referências familiares, a fim de preparar a criança ou jovem para o retorno familiar, evidenciando costumes, rotina e hábitos comuns no dia-a-dia familiar.

Embora apresente-se como uma forma de atendimento, a mesma deve seguir fielmente as diretrizes apresentada no ECA, em específico na excepcionalidade do atendimento, período temporário do acolhido e convívio com a família natural e comunidade (BRASIL, 2006).

Toda família cadastrada que procede este serviço, pode assistir uma criança ou adolescente por vez, salvo quando abordar grupos familiares, isto é, irmãos. Nestes casos uma equipe técnica deve desenvolver um estudo e verificar se essa categoria de assistência é a melhor a ser ofertada ao caso, a fim de agir da melhor forma (BRASIL, 2009).

Conforme Rossato, Lépure e Cunha (2010), uma desvantagem dessa modalidade é por vezes a carência de aptidões profissionais para a realização do trabalho, tudo depende da disponibilidade que o governo dispõe de recursos para a capacitação e qualificação desses responsáveis.

Por quarta e última modalidade de acolhimento, são as Repúblicas, sendo desenvolvidas por organizações não-governamentais, ofertam serviços de habitação a adolescentes que se encontram em situação de perigo, ou que passaram por outras entidades de acolhimento e não tiveram o retorno para a família natural ou substituta, e assim não disponham de formas de se sustentar (BRASIL, 2009).

Inserida em uma residência, a entidade deve-se localizar em zonas habitacionais e seguir o padrão das demais moradias do entorno, a fim de



não ocorrer segregação espacial. Tem-se como número máximo de atendimento seis jovens, entre dezoito a vinte e um anos de idade, por organização, ficando divididas por sexos, sendo femininas e masculinos, com o propósito de assegurar assistência para todos os gêneros, e ainda o auxílio para portadores de necessidades especiais. O serviço concedido por esse espaço ocorre durante um momento muito importante para o jovem, onde o mesmo está entrando na vida adulta, portanto o acolhimento ampara neste processo de criação de identidade e maturidade (BRASIL, 2009).

Essa categoria de assistência incentiva os jovens a colaborar tanto economicamente para o sustento da casa, como com a execução de trabalhos domésticos. Onde aprendem a viver com independência e a cumprir seus deveres, pois o monitor faz apenas visitas periódicas para assistências gerais, deixando que os mesmos desenvolvam todas as atividades a sós (SAVI, 2008).

Mesmo que a passagem pelos diferentes modelos de acolhimento seja momentânea, é fundamental que os mesmos protejam a existência das vítimas, com cuidados físicos e psicológicos, para que os acolhidos compreendam o momento que estão passando, e possam ainda ter esperança no futuro que está por vir (DAFFRE, 2012). Conforme Savi (2008), por mais acolhedora ou similar ao espaço familiar, nenhuma forma de acolhimento sendo institucional ou não, se compara a convivência real da família natural, pois de alguma forma os direitos apresentados pelo ECA serão anulados. Sendo assim, os programas devem objetivar a menor estadia, mas nunca colocando como principal finalidade, a fim de que não se suceda a reincidência das ocorrências que motivaram a primeira assistência.

Por se tratar de serviço de caráter público, os regulamentos técnicos e as determinações da assistência devem seguir fielmente a Lei 8.069 de 13 de julho 1990, sendo denominado o ECA e a cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e



adolescentes de 2009, constituindo as fontes relacionadas ao tema, e válidas em todo território brasileiro.

Ao sair de um ambiente familiar, seja ele protetor ou ameaçador, é um salto para o desconhecido: rompem-se vínculos, referências identitárias, laços de parentesco e de afetos (SAYÃO, 2010).

O ambiente institucional, mais do que abrigar, precisa acolher, para tanto além de trabalhos com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores, é necessário ênfase no projeto do ambiente construído, que representa parte da identidade, suporte afetivo, físico e social do indivíduo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece medidas protetivas e determina de forma quantitativa parâmetros a serem seguidos pelas instituições. Porém, de acordo com SAVI (2008), historicamente, esses espaços nunca foram reconhecidos como espaços de desenvolvimento da criança, e não estão recebendo atenção adequada, a legislação brasileira controla o atendimento, mas é generalizada quanto ao ambiente construído, que não consideram fatores que compõem a ambiência no habitar doméstico. SAVI (2008), ainda acredita que o ambiente construído é formado também por aspectos qualitativos, compreendendo que é possível alcançar bem-estar atendendo as dimensões psicológicas e sociais do ser humano e assim desenvolver o sentimento afetivo e a ligação prazerosa com o lugar; o crescimento e desenvolvimento psicossocial e à formação da identidade com o ambiente construído, especialmente no habitar doméstico, são questões associadas a privacidade e a territorialidade.

4.4.1. A CASA

Desde o princípio o homem buscou espaços para habitar, no qual esses locais buscavam fornecer condições mínimas para a vivência, tinham como função abrigar, proteger e socializar. De acordo com SAVI



(2008), esses ambientes foram denominados como construídos, sendo aperfeiçoados ao longo dos anos. No dicionário Aurélio (2021), o termo habitar significa: residir, morar, coabitar, abrigar, de modo figurado, estar, ficar, se fazer presente, manter-se.

O corpo físico tende a apresentar sinais das emoções sentidas no ambiente construído para o habitar, morar ou estar. A sensibilidade humana se faz presente nesse momento, com a criação imaginária do modo perfeito da arquitetura (BACHELARD, 1978), desse modo as pessoas são a imagem da função habitar.

O local, onde o indivíduo faz morada determina-se por ser o espaço de aconchego, intimidade e reserva. Denominado por casa esse espaço tem o poderoso efeito de criar sentimentos de lembrança e afeto; trazendo significado a um bem material estruturado por cômodos; é um ambiente onde laços de carinho e cuidados são mantidos e sentidos pelos residentes (SAVI, 2008).

Conforme BACHELARD (1978, p.201), “[...] a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. É a primeira estrutura de mundo do indivíduo, funciona como um berço fechado e protegido, que prepara o ser humano para a vida.

A casa pode ser definida como uma estrutura emocional que dá sentido ao modo de morar, por conta de proporcionar tantas histórias e situações marcantes (SILVA, 2016).

Crianças e adolescentes passam por um período de formação e construção de personalidade, e o lar é importante para o desenvolvimento humano, pois é onde os sentimentos de amor, pertencimento e recordação sentidos no ambiente familiar são construídos (SAVI, 2008).

Em alguns casos, como os que se apresentam nesse trabalho, o meio familiar pode permitir e praticar atos de violência e negligência contra crianças e adolescentes, fazendo com que ocorra o afastamento provisório ou definitivo do convívio familiar e do lar, sendo direcionadas a



instituições de acolhimento institucional, que promovem abrigamento até determinação judicial (SAVI, 2008).

Ocorre uma ruptura com relação a sua casa de origem, onde caracteriza-se por ser o meio físico que transmite identidade e propriedade até o momento vivenciado, quando uma criança ou adolescente é retirado do seio familiar, e são dirigidos a uma entidade de acolhimento, neste período cria-se uma nova noção sobre o habitar, pois o local de moradia é alterado e conseqüentemente os sentimentos perceptivos nele também (SILVA, 2016).

Os impactos do afastamento da casa e da família de origem para o abrigo pode apresentar-se de diferentes formas em cada criança ou adolescente. Variam de acordo com a faixa etária, o desenvolvimento psicológico, relações antecedentes, noção dos fatos, o novo ambiente que for inserida, entre outras variáveis. Sendo que o tempo de acolhimento, o tratamento durante esse período e as possibilidades que o ambiente oferece são condições de suma importância, pois como estão em um momento de desenvolvimento, reproduzem os atos vivenciados no dia a dia.

Segundo Silva (2016), o projeto arquitetônico para implantação de instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, deve ser planejado de forma coerente e adequada, pois se trata de um serviço complexo, que trabalha com diferentes níveis de necessidades específicas. Silva e Mello (2004), descrevem que se deve analisar três parâmetros com relação a arquitetura de abrigos, sendo as áreas externas; a divisão interna dos cômodos; e as atividades serem praticadas enquanto acolhido. Logo, enfatiza que a casa tem grande importância nos casos de acolhimento, pois os usuários apresentam um histórico precedente afetado por atos negligenciados, e tendem buscar aconchego, proteção e apropriação no novo ambiente espacial a ser vivido.

O sentimento de apropriação ao modo de habitar é de extrema importância em casos de crianças e jovens separados do lar e família natural, pois é ali que as mesmas confirmam sua identidade,



características, personalidade e conseqüentemente a sua existência enquanto ser humano como na residência de origem. O ambiente do abrigo deve possibilitar práticas de interação e socialização, estas que contribuem para a criação da cidadania e respeito dos mesmos com relação a sociedade. Se torna tão importante esse ambiente por conta de fazer parte do desenvolvimento das etapas mais importantes da vida de um ser humano, pois quando o ambiente transmite sensações positivas, agrega novas competências aos usuários.

Belloni (2007), destaca que a interação é um processo que está presente em toda a vida do ser humano, sendo essencialmente importante e complexa, pois não se limita apenas ao círculo familiar, mas sim a todas as experiências vivenciadas com diferentes pessoas, sendo na escola, trabalho e outras instituições e momentos.

Sentimentos de socialização e interação devem estar presentes em todo o projeto de abrigo, os ambientes internos devem apresentar-se da mesma forma que a volumetria externa, se assemelhando a uma residência comum, não ocorrendo casos de ambientes com tamanhos exorbitantes, para não dar ideia de um ambiente institucional e sombrio, mas sim de casa, família. A acessibilidade deve estar presente em toda a edificação, possibilitando o acesso de qualquer criança ou jovem portador de necessidades especiais, facilitando a apropriação e sentimento de pertencimento ao ambiente (SILVA, 2016).

Silva (2016) ressalta sobre os ambientes internos, os mesmos devem ser agradáveis e calorosos, e possibilitar a realização de atividades o mais próximo possível do cotidiano. Deve-se promover ambientes que possibilitem o ato de brincar; atividades para diversas faixas etárias; brinquedos e objetos ao alcance das crianças; espaço para estudos individuais; locais de acomodação de pertences pessoais no espaço coletivo.

Conforme Dallabona e Mendes (2004), a infância é caracterizada pela fase da brincadeira, onde a criança cria e imagina o seu mundo, satisfazendo suas necessidades e vontades.



O brincar, é um dos atos mais puros da vida do ser humano, sendo que o mesmo se descobre e conseqüentemente compreende e reflete sobre a vida de forma lúdica e tudo que está presente em sua volta; em conjunto com o brincar, o estudo também é de suma importância nesta fase, pois desenvolve o conhecimento dos mesmos.

4.5. HUMANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

A influência da arquitetura na percepção espacial e no desenvolvimento infantil, possibilita obter maior qualidade no espaço construído em relação ao conforto mental da criança.

Estabelecer comunicação entre arquitetura e a psicologia infantil, em busca de um projeto mais participativo e qualificado, uma vez que o espaço construído influencia o comportamento infantil.

Muitos estudos referentes ao ser humano e o seu espaço de convivência sustentam a ideia da psicologia ambiental onde a mesma revela que muitos estímulos e a conduta das pessoas condizem com a concepção espacial vivenciada (SAVI, 2008).

Cada pessoa tem uma descrição pessoal no ambiente que está inserido. A concepção revela a relação entre indivíduo e espaço, podendo ser ele edificado ou natural. Conforme Savi (2008), o sentimento de propriedade e apropriação criado nos ambientes, distinguem individualmente para cada ser a denominação de lugar para espaço.

Segundo Guedes (2017), sabe-se que o planejamento de ambientes tem relação direta com a funcionalidade e a formalidade da edificação, mas, contudo, a maior interferência é com o ser humano a usufruir o espaço, pois é comprovado cientificamente que o local que o mesmo está inserido desencadeia motivações, estas que correspondem com suas ações.

Na arquitetura a humanização contribui consideravelmente na atribuição do ambiente e conseqüentemente na apropriação com o mesmo,



e ainda na qualidade de vida das pessoas, sendo que aspectos como arborização, iluminação e ventilação natural, áreas permeáveis e materiais orgânicos se fazem presentes nesta forma projétil. O ponto central de um projeto humanizado é o ser humano, onde o espaço construído, ou seja, nesta situação a casa, deve se adequar ao usuário, criando uma aproximação do edificado ao natural assim possibilitando efeitos de bem-estar e conforto físico e psicológico (GUEDES, 2017).

O projeto arquitetônico deve relacionar vários fatores sensoriais, não somente o construído, mas também a coloração, luz, aroma, som, estrutura e entre outros, proporcionando um conjunto de sensações ao usuário. Essas condições contribuem para a humanização de ambientes físicos, agregando potencial aos espaços (VASCONCELOS, 2004). Ainda a humanização busca suprir todas as necessidades e expectativas dos usuários. "Por isso, realmente é necessário conhecer as características da população que irá utilizar o mesmo e que atividades predominantes essa população vai desenvolver, de forma a projetar o ambiente adequadamente" (GUEDES, 2017. p. 29).

Em premissa aos fatos mencionados acima, o acolhimento para crianças e adolescentes em medida protetiva no Brasil, pode ocorrer em quatro modalidades, sendo o Acolhimento Institucional, Casa Lar, Família Acolhedora e República, onde a definição do formato de assistência depende de alguns critérios particulares de cada caso. A forma mais empregada atualmente é o acolhimento institucional, sendo que o mesmo apresenta algumas especificações próprias com relação ao seu espaço físico e funcionamento. Ainda o acolhimento deve transmitir a lembrança da casa, com um ambiente aconchegante e prazeroso, e para que estes sentimentos sejam sentidos se faz necessário a humanização desses espaços.



5. REFERENCIAL ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

5.1. CASA DA INFÂNCIA ELEANOR ROOSEVELT

FICHA TÉCNICA

ARQUITETOS: Marjan Hessamfar & Joe Vérons

LOCAL: Porte Dels Lilas, 75019 – Paris / França

ÁREA: 5211 m²

ANO: 2013

O projeto se trata de um centro residencial de emergência gerido pelo departamento local do bem-estar infantil de Paris.

Proporciona um abrigo de emergência a menores de idade sob tutela legal. O objetivo principal do centro bem-estar para crianças e adolescentes, é proporcionar apoio prático, educacional e psicológico.



Figura 1 - Fachada Principal. Fonte: Archidaily



O centro residencial de emergência funciona como um abrigo para crianças e um lar de cuidado, onde os jovens sentem-se bem vindos, protegidos e atendidos.

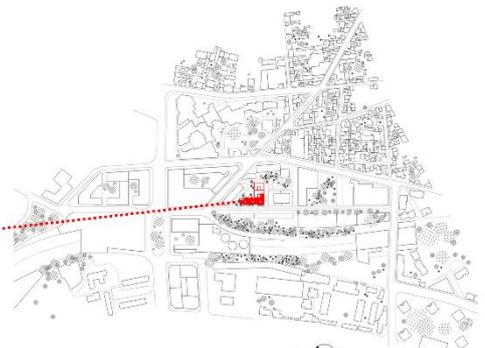
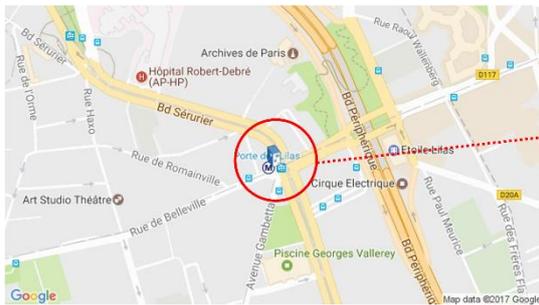
É também um lugar de transição, que incentiva a criação de vínculos familiares com calma e supervisão. A questão "emergência" não deve ser percebida pelas crianças, já que elas devem sentir-se tranquilas: este é um lugar onde, finalmente, podem sentir-se completamente seguras, e é fundamental que se faça tudo o que for possível para assegurar que suas necessidades educativas sejam cumpridas.

O projeto oferece em cada pavimento um setor independente, do térreo até o quinto andar as crianças são divididas por idade. esse método é efetivo para o aproveitamento das atividades realizadas pelos cuidadores.



Figura 2 – Pátio Externo. Fonte: Archidaily





PLANTA DE SITUAÇÃO

Figura 3 – Localização.

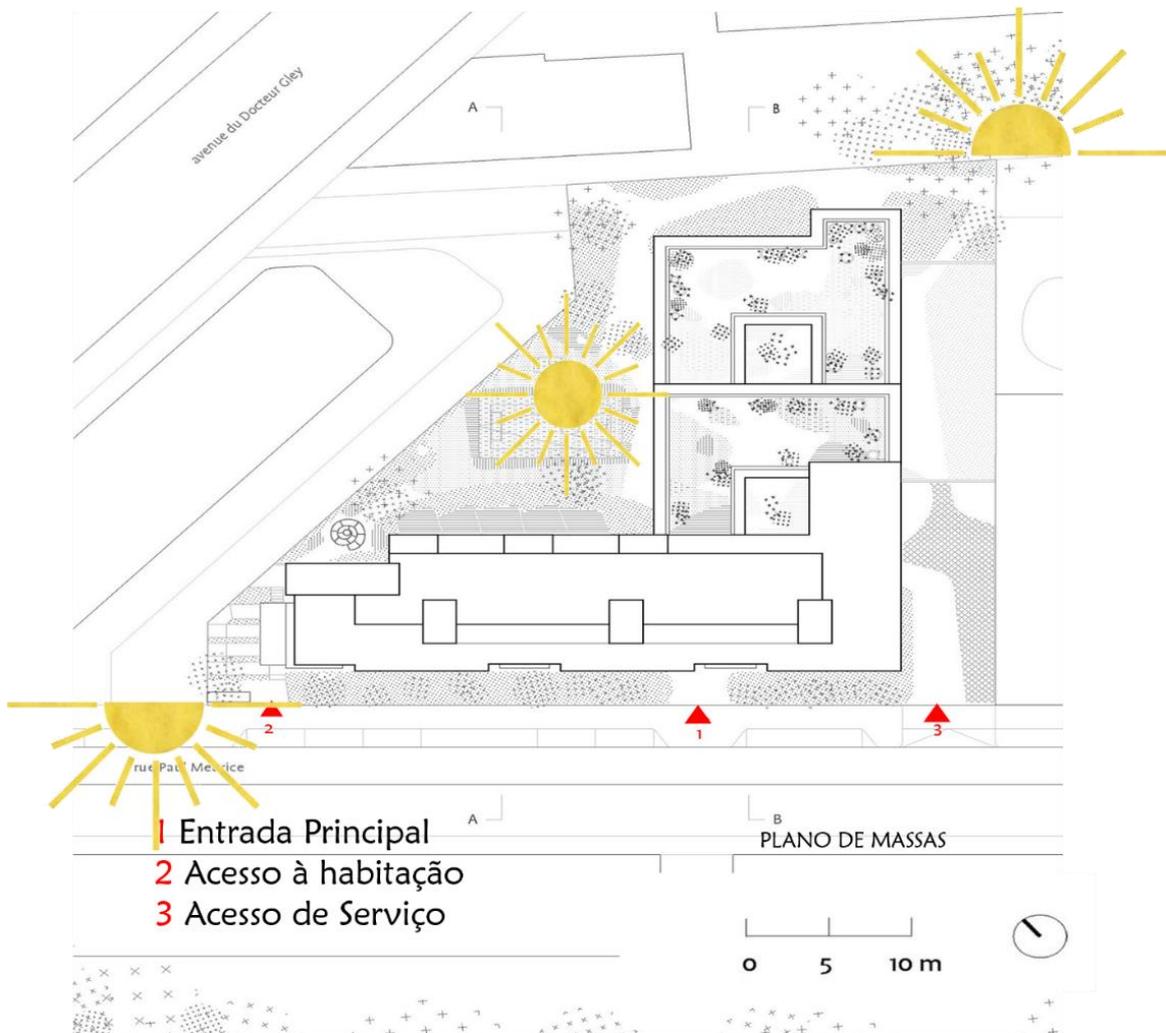


Figura 4 - Plano de Massas com Estudo Solar.





Figura 6 - Vista Externa. Fonte: Archidaily

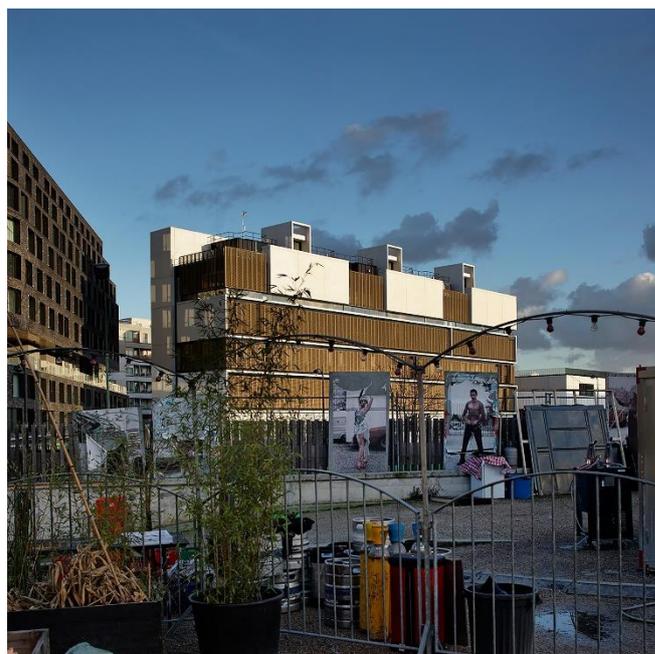


Figura 7 - Vista Posterior. Fonte: Archidaily



Figura 5 - Vista Acessos. Fonte: Archidaily

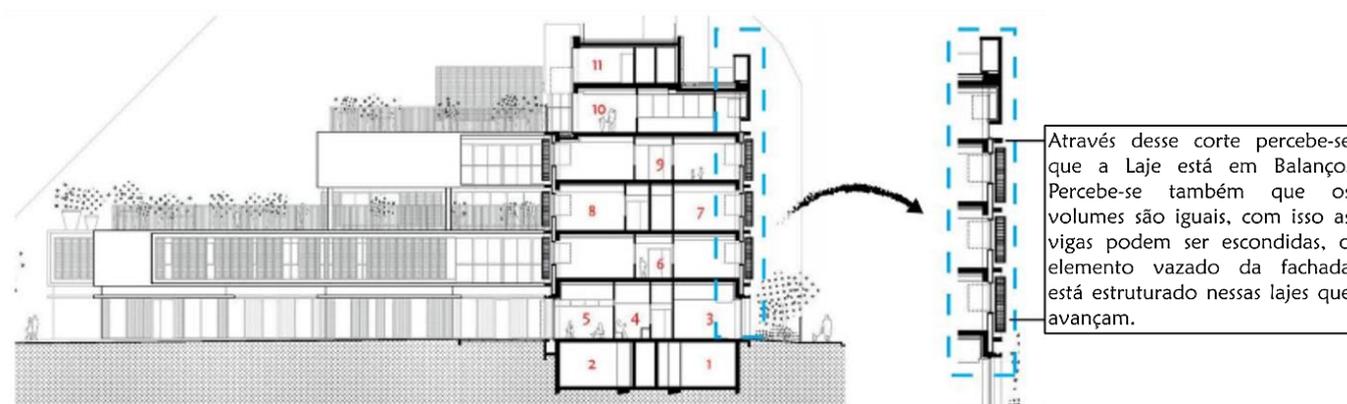


Figura 8 - Corte. Fonte: Archidaily

Através desse corte percebe-se que a Laje está em Balanço. Percebe-se também que os volumes são iguais, com isso as vigas podem ser escondidas, o elemento vazado da fachada está estruturado nessas lajes que avançam.





O elemento vazado da fachada é de madeira emoldurada em metal enquanto que os pilares, vigas e lajes são de concreto. A estrutura de concreto de vigas e pilares em toda a construção permitem um certo grau de flexibilidade, é porque a vedação é independente da estrutura

O sistema de aberturas no edifício vai permitir entrada positiva de iluminação, isolamento natural e ventilação em alguns momentos que precisa garantir um certo grau de privacidade, controlando também a incidência desses raios solares. Nesse sentido esses elementos vazados são justamente para haver um controle, colocando então elementos móveis. Para além disso dando uma linguagem de unidade para o edifício, conseguindo assim um sistema de abertura que se comunica (linguagem em comum).

Figura 9 - Fachada - Elemento vazado - Sistemas de aberturas. Fonte: Archdaily



Os elementos exteriores pré-fabricados de concreto foram feitos com cimento branco sem eletrodos, portanto, o concreto é auto-limpante e não vai ter sua cor alterada com o tempo mantendo assim seu aspecto original. A escolha de material auto-limpante é importante para combater o clima e a contaminação gerada pelo intenso tráfego, pois por perto passam as principais vias circundantes de Paris. Cimento branco, persianas de cor de outro e metálico são utilizados em todas as fachadas, reforçando a sensação de homogeneidade ao longo de todo o centro.

Figura 10 - Elemento Estrutural pré-fabricados de concreto. Fonte: Archdaily



Em relação à planta o projeto estrutura-se em uma forma de "L" com distanciamentos volumétricos que permitem respiros ou uma composição de cheios e vazios deixando assim grandes terraços recreativos em cada piso.

Este sistema de camadas permite entrada de iluminação e ventilação em todos os espaços alocados nesses setores da planta e um vínculo maior entre interior e exterior.

Para otimizar ao máximo a entrada de luz natural, os arquitetos decidiram então posicionar o edifício em torno de jardins delimitados por suas duas volumetrias construídas.

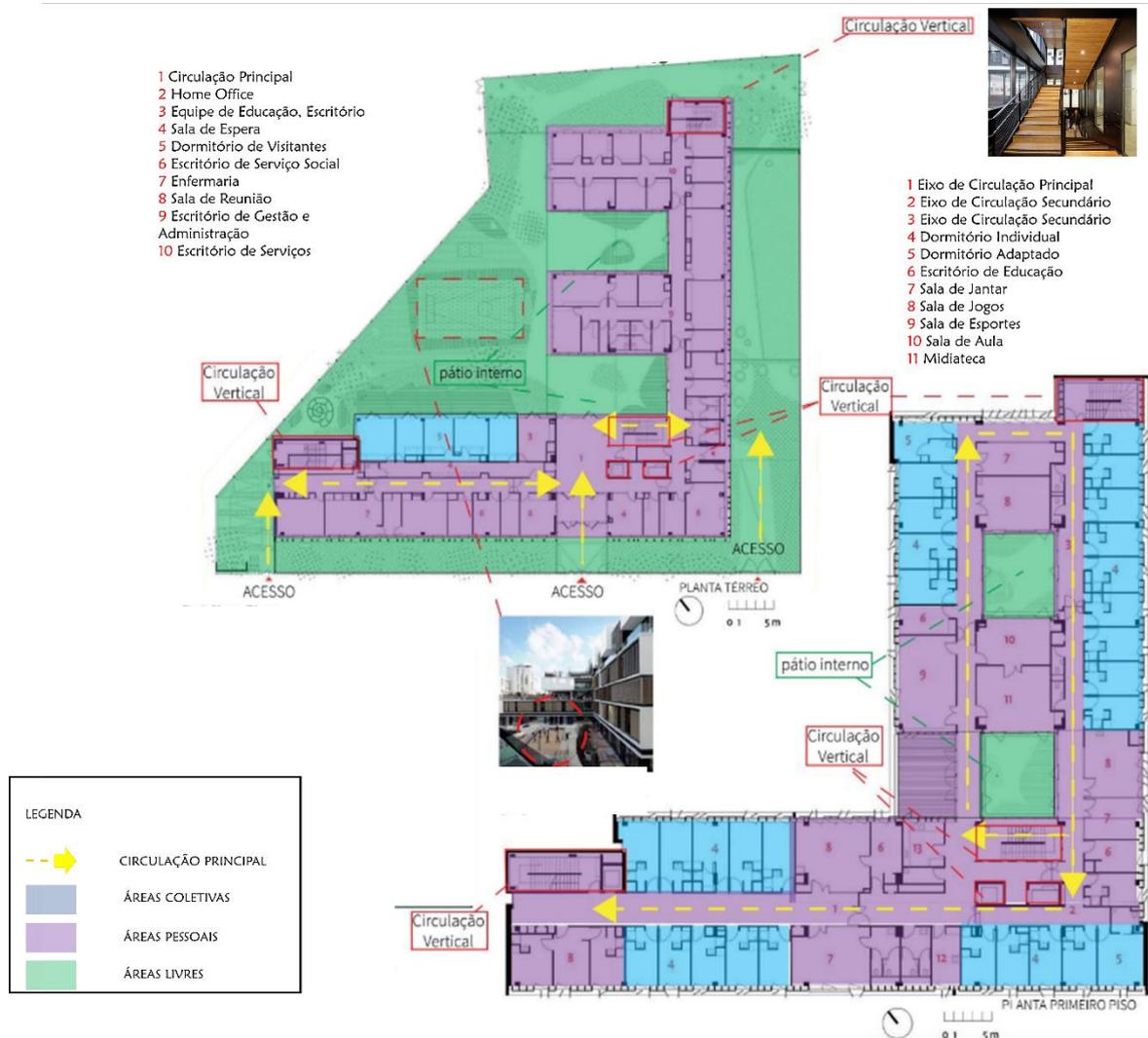


Figura 11 - Estudo Projetual. Planta Térreo e Primeiro Pavimento.



O edifício é estruturado a partir de pátios internos que se configuram como vazios, a partir deles os usuários tem a possibilidade de visualização de todos os níveis da edificação, pois em qualquer lugar que esteja na edificação a partir do pátio consegue-se ter visualização dos outros espaços.

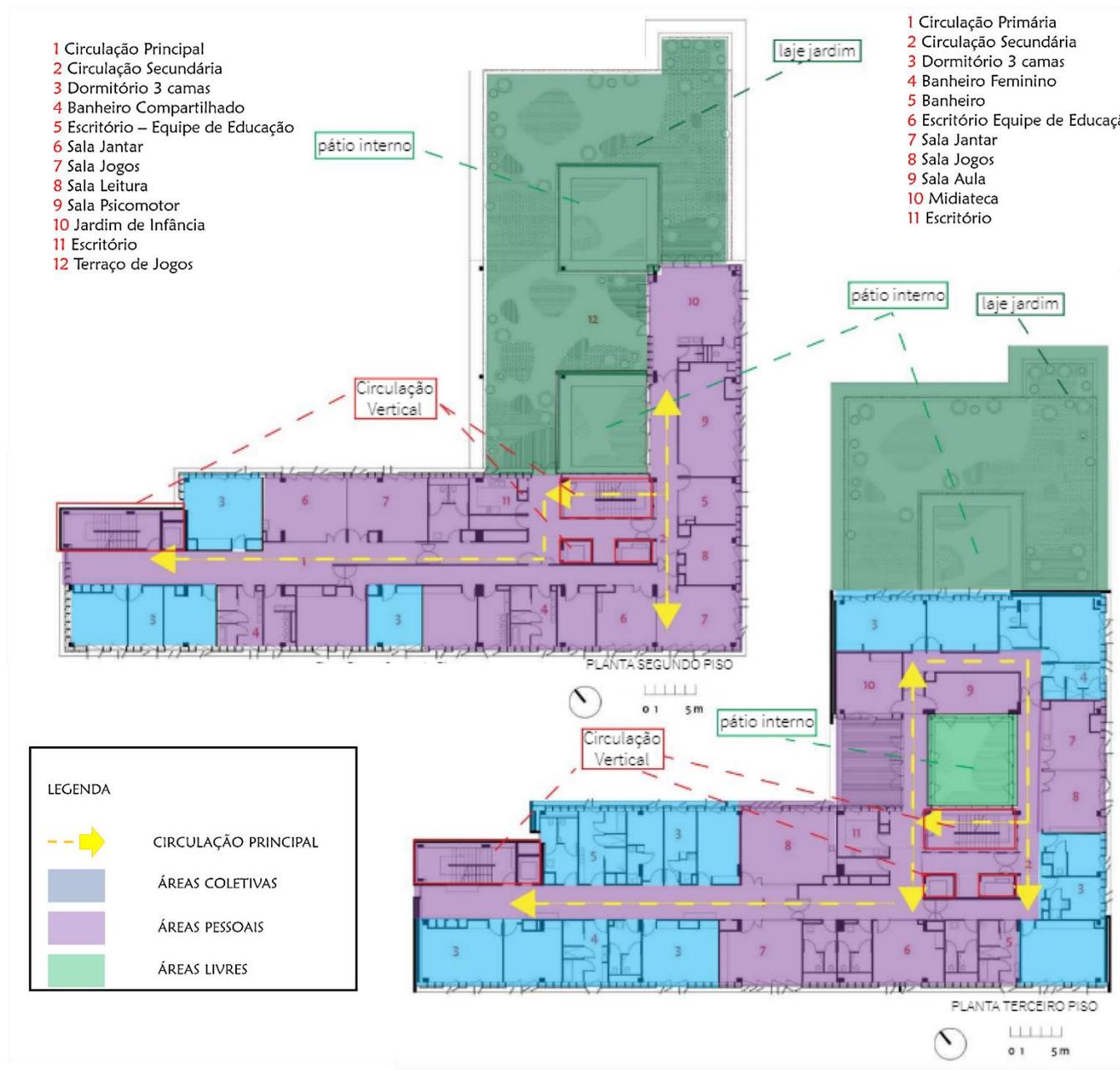


Figura 12 – Estudo Projetual. Plantas Segundo e Quarto Pavimento.

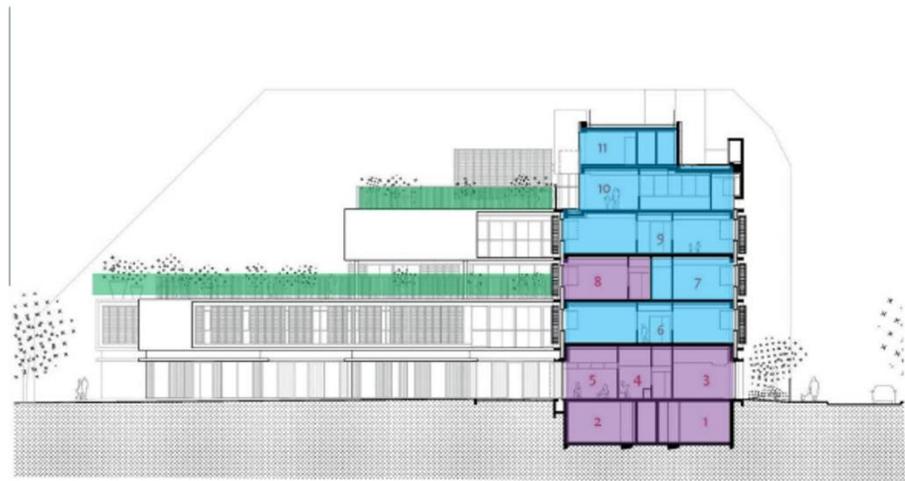




Figura 13 - Estudo Projetual. Plantas Quarto e Quinto Pavimento.

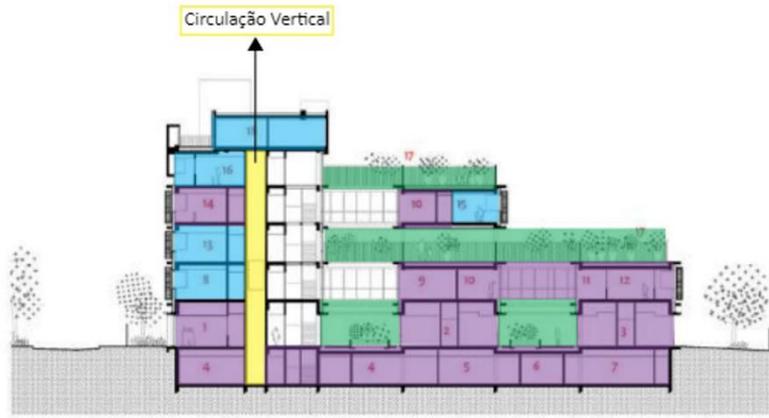


- 1 Armazenamento de loja
- 2 Sala de Equipamentos
- 3 Enfermaria
- 4 Sala de Espera
- 5 Sala de Visita
- 6 Quarto individual – 12 à 18 anos
- 7 Quarto Coletivo – 3 à 6 anos
- 8 Sala Jantar
- 9 Quarto Coletivo – 6 à 12 anos
- 10 Berçário
- 11 Alojamento Pessoal



CORTE AA 0 1 5m

LEGENDA	
	CIRCULAÇÃO PRINCIPAL
	ÁREAS COLETIVAS
	ÁREAS PESSOAIS
	ÁREAS LIVRES



CORTE BB 0 1 5m

Figura 14 - Estudo Projetual. Cortes AA e BB.



5.2. CENTRO DE ACOLHIMENTO CYS.ASDO

FICHA TÉCNICA

ARQUITETOS: CYS.ASDO

LOCAL: Hinchu, Taiwan, 300

ÁREA: 3000 m²

ANO: 2014



Figura 15 - Fachada. Centro de Acolhimento CYS.ASDO. Fonte: Archidaily.

O projeto do centro de acolhimento, utiliza como estratégia o uso de recuos, fazendo com que a vegetação apareça em todos os cantos do edifício, as aberturas irregulares nas paredes, e no teto, favorecem a entrada de luz solar.

A natureza junto da luz solar se une com a estrutura.

A edificação possui um pavimento, facilitando a locomoção e a interação nos ambientes.



Os ambientes que compõem o centro de acolhimento possuem aberturas o que possibilita a entrada de iluminação e vegetação, trazendo a sensação de calma, aconchego, acolhimento, justificando assim o seu uso.

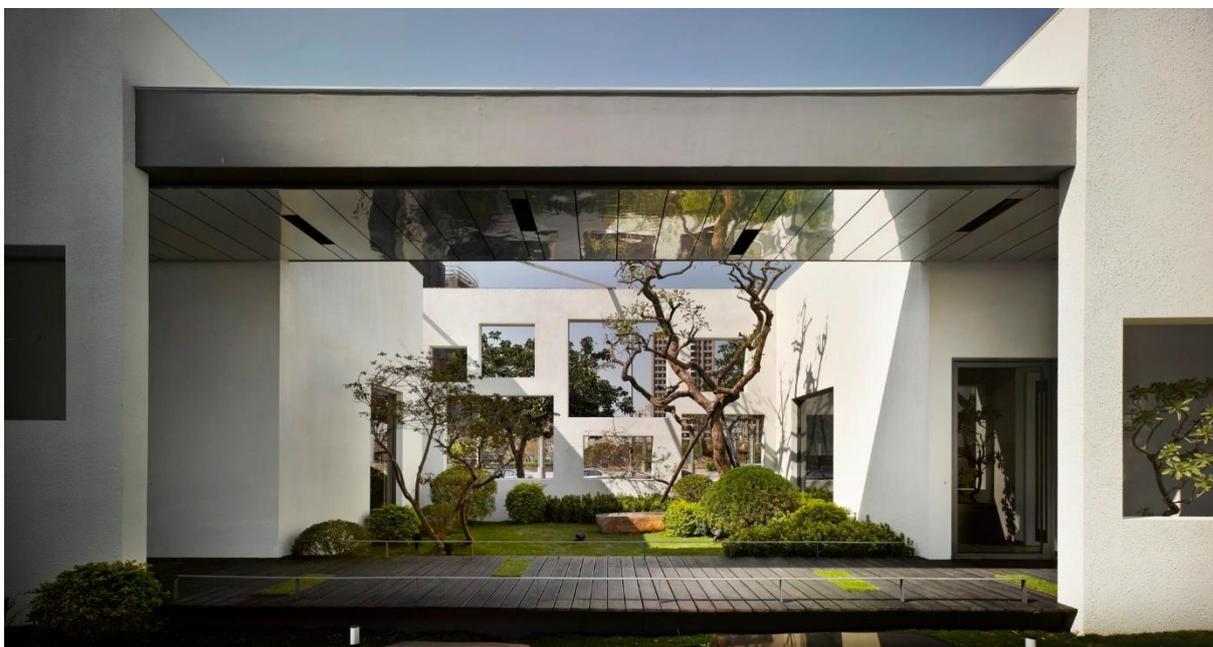


Figura 16 - Jardim Interno. Fonte: Archdaily.



Figura 17 - Estudo Projetual. Planta.



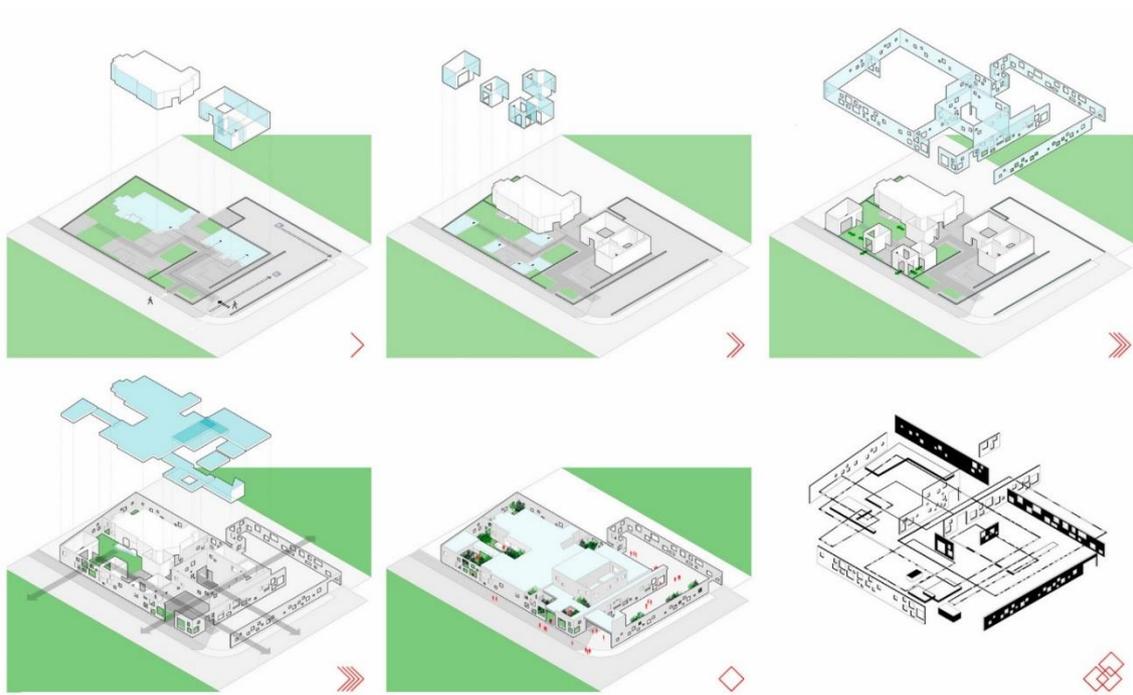


Figura 18 - Estudo Projetual. Fonte Archidaily.



5.3. CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE NICOYA

FICHA TÉCNICA

ARQUITETOS: Entre Nos Atelier

LOCAL: Nicoya, Costa Rica

ÁREA: 480 m²

ANO: 2013

O Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil (CECUDI), situa-se na Costa Rica, na cidade de Nicoya e seu projeto faz parte do programa nacional de assistência iniciado pelo Instituto Holcin Costa Rica em parceria com o município de Nicoya e o Instituto de Assistência Social, que visa oferecer centros de característica assistencial e de desenvolvimento infantil para crianças de comunidades vulneráveis e/ou de recursos escassos.



Figura 19 – Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil de Nicoya



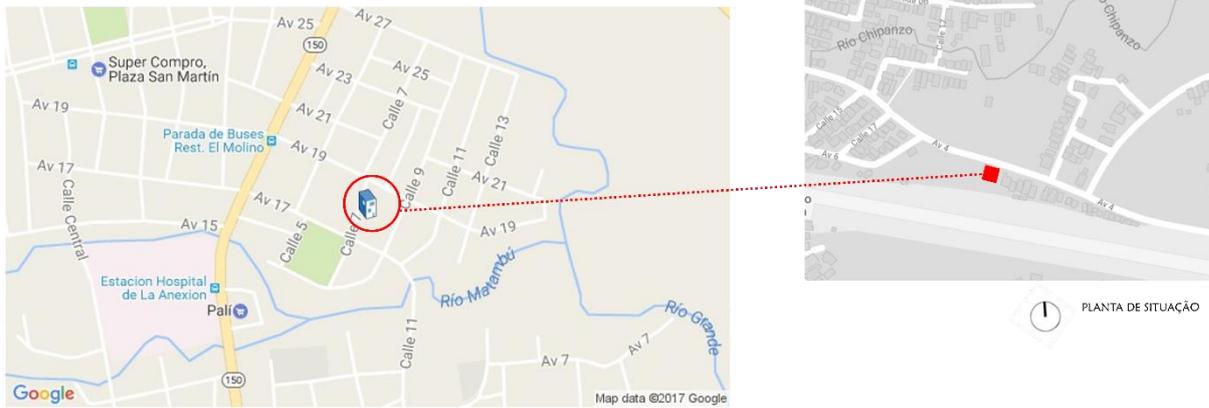


Figura 21 - Planta de Situação. Fonte: Archidaily

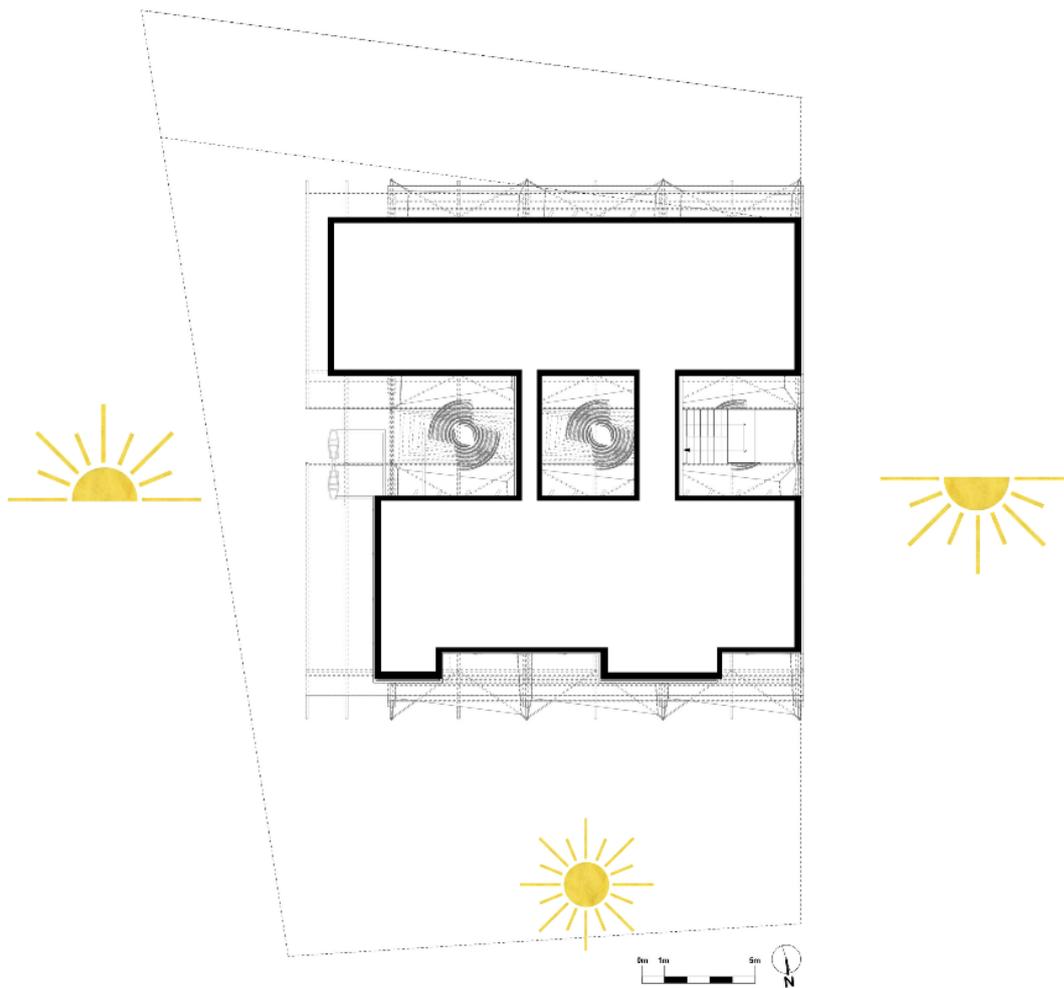


Figura 20 - Plano de Massas com Estudo Solar.



Os principais objetivos para a composição do projeto são: promover um diálogo de conscientização entre arquitetura e sociedade; propor uma definição expandida de sustentabilidade; experimentar materiais e tecnologias alternativas; incluir a administração de recursos sociais e econômicos; promover o desenho participativo como fonte de propostas que surgem das pessoas e do lugar; tratar as famílias e seus trabalhos participativos como protagonistas, oferecendo praticidade nas soluções para suas necessidades; contemplar o design e a arquitetura como uma ferramenta de mudança, acessível e replicável.



Figura 22 - Centro de Assistência e Desenvolvimento Infantil. Fonte: Archidaily.

O projeto possui dois pavimentos, no pavimento térreo estão a área administrativa, refeitório e salas com divisões retrateis que podem ser integradas em um grande salão, tem como proposta propiciar espaços de suporte comunitário, além de atender as necessidades de um CECUDI, podendo funcionar como um espaço para reunião, intercambio e convivência da comunidade. O primeiro pavimento possui áreas abertas de caráter multifuncional.





Figura 24 Estudo Projetual. Planta Primeiro Pavimento.



Figura 23 - Estudo Projetual. Planta Segundo Pavimento.



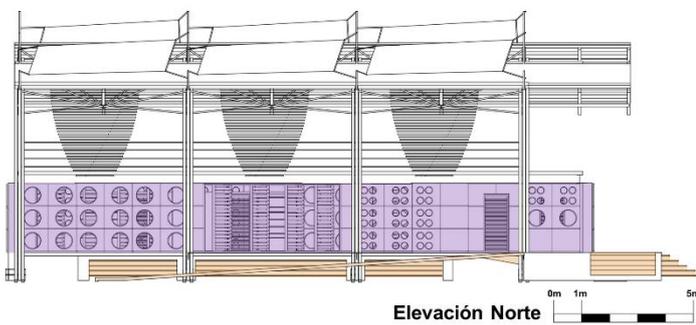
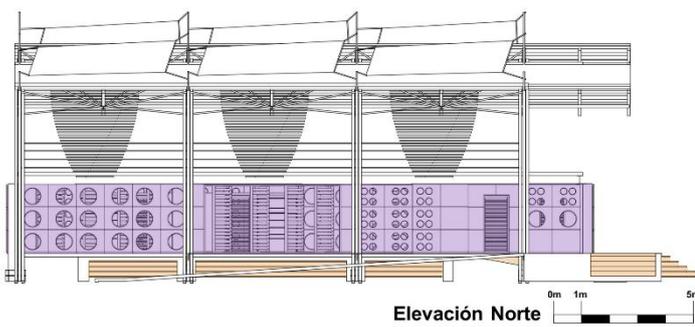
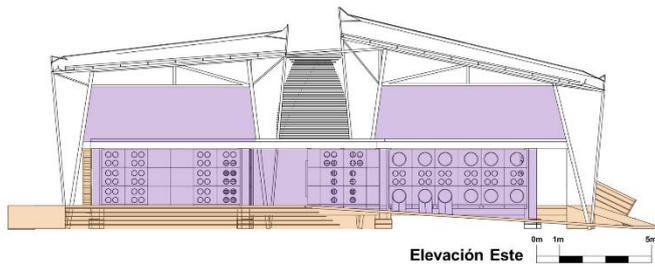


Figura 25 - Estudo Projetual Elevações.





Figura 26 - Sala Multiuso. Fonte: Archidaily.

Para a estrutura principal foi pensado em estrutura modular pré-fabricada e que fosse fácil para replicar e a facilidade de interação entre as áreas. Está localizado em uma região de clima quente e seco, por isso além de pensar na lógica funcional, a estrutura modular cria espaços semiabertos com fechamentos porosos que contribuem com a ventilação cruzada.



Figura 27 - Elemento de Cobertura. Fonte: Archidaily.



Figura 28 - Elemento Estrutural. Fonte: Archidaily





Figura 29 – Elemento de Cobertura. Segundo Pavimento. Fonte: Archdaily.

Orientación recomendada

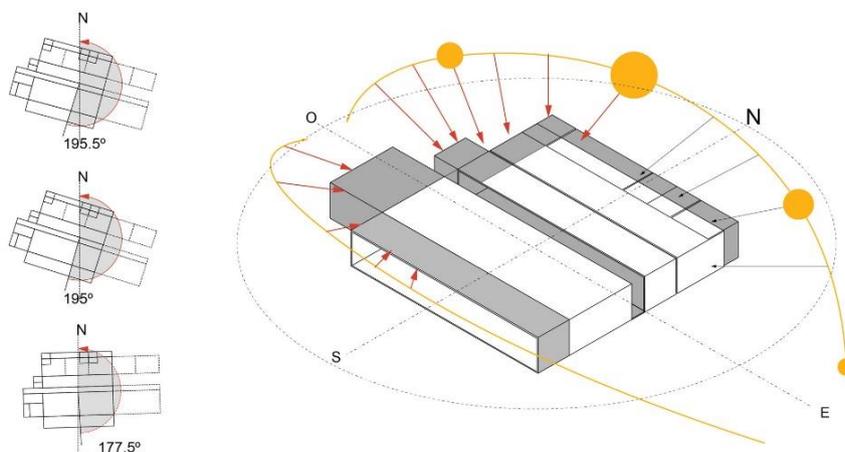


Figura 30 – Orientação Recomendada para a inserção do edifício de acordo com a posição geográfica do terreno. Manual para programa de Rede de Assistência. Fonte: Archdaily.

O escritório responsável pelo projeto desenvolveu um manual de projeto em conjunto com várias instituições do Estado, com o Ministério da Saúde, educação, entre outros, para o programa de Rede de Assistência, com o principal objetivo ser uma ferramenta que informa desde a parte cognitiva da criança, o pragmático-funcional, até estratégias de projeto de acordo com a região climatológica.



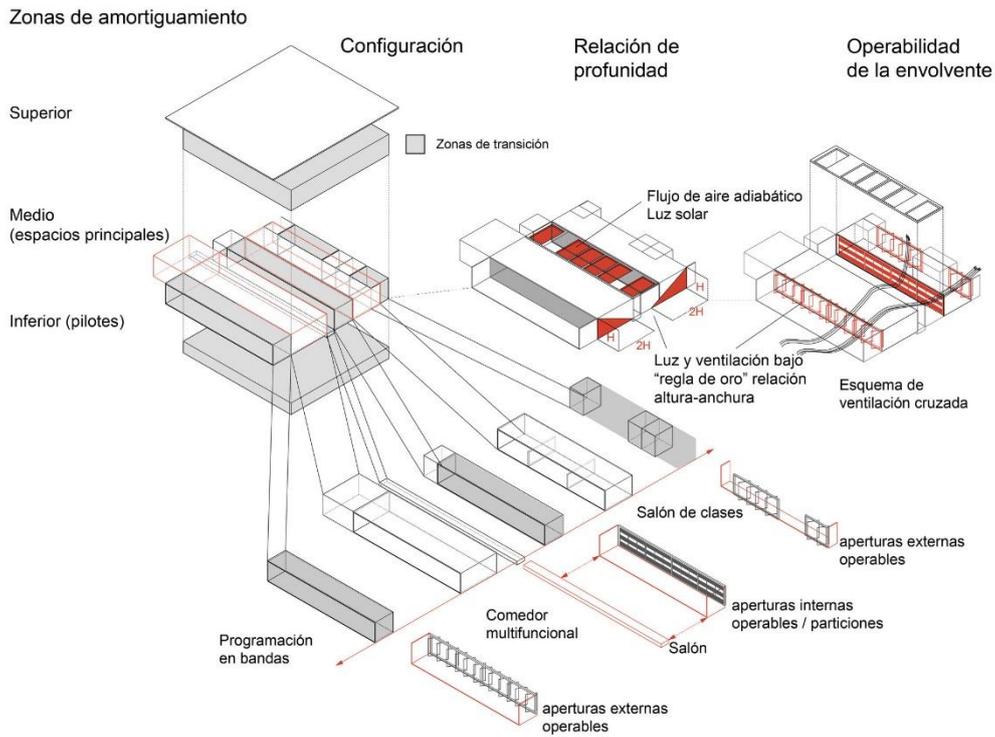


Figura 32 – Elemento Constructivo. Archidaily.

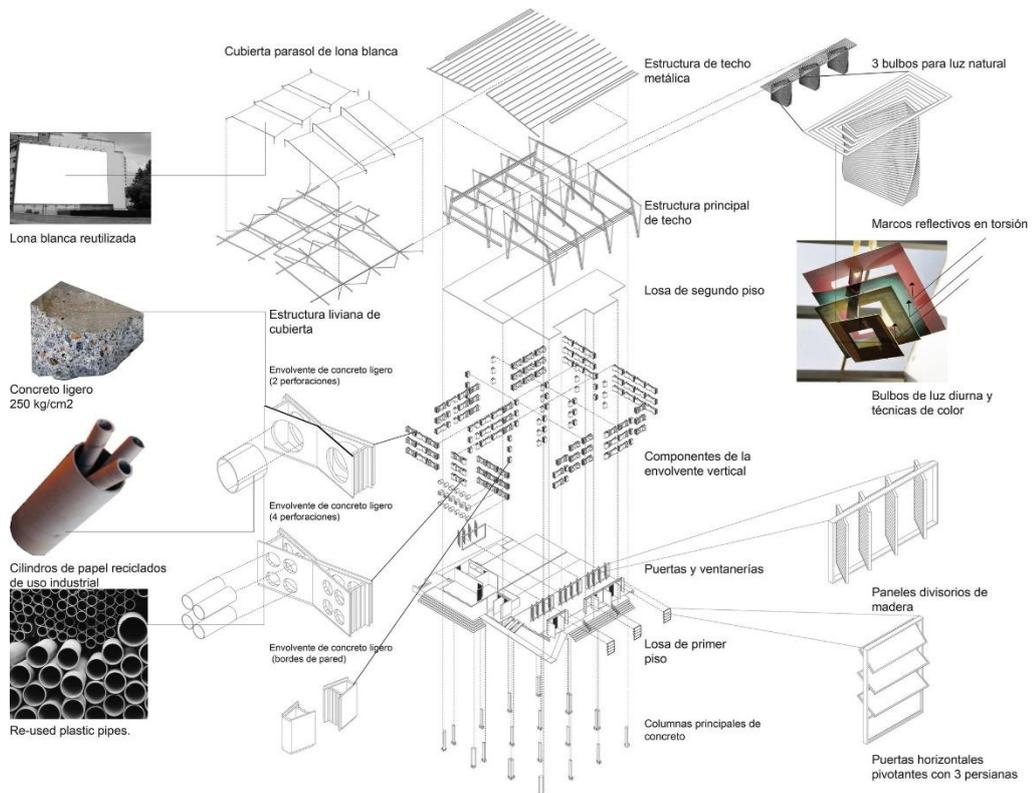


Figura 31 - Sistema Constructivo. Fuente: Achidaily.



5.4. CASA LAR LUZ DO CAMINHO

FICHA TÉCNICA

LOCAL: Bairro Ingleses, Florianópolis

A Casa Lar Luz do Caminho, localizada no bairro Ingleses em Florianópolis, é uma organização da Sociedade Civil – OSC atuante desde 2010, com o objetivo de acolher 10 crianças de ambos os sexos, entre 0 e 5 anos de idade, em situação de risco social e pessoal, que tiveram seus direitos violados e que necessitam do acolhimento institucional segundo os órgãos competentes, afim de cuidar integralmente e promover suas potencialidades psicológicas, físicas e sociais. Dentre os históricos mais variados das crianças abrigadas, destacam-se situações de abuso sexual, negligência e dependência química parental.

Para a sua viabilização financeira e pleno funcionamento, a Casa Lar Luz do Caminho conta com a renda obtida através de eventos beneficentes, brechós, venda de produtos, contribuições de seus associados, assim como doações particulares e também pelo convênio com o poder público, o qual arca com cerca de 20% das despesas mensais da instituição.

A constituição do corpo de colaboradores no trabalho realizado pela instituição se dá por meio de equipe contratada e equipe voluntária. A equipe contratada é constituída por profissionais técnicos, cuidadoras, auxiliar de limpeza, cozinheira e motorista, sendo que todos passam por processo seletivo. Já os voluntários passam por curso de aprendizado e formação para atuar no atendimento das crianças, auxiliando as cuidadoras contratadas, assim como em trabalhos administrativos e técnicos, atividades junto à cozinha da entidade e participação dos mutirões para reparos e reformas na instituição.

A Casa Lar Luz do Caminho segue a metodologia Pickler, a qual se baseia no respeito à individualidade de cada criança e seu desenvolvimento. A estrutura física da casa não é a estrutura ideal, visto que com o tempo surgiu a necessidade de expansão e ela foi crescendo em um terreno pequeno, de forma



que alguns espaços apresentam aspecto improvisado. Apesar disso, a casa é reconhecida no Brasil e no exterior por suas inovações, como o berço coletivo, as ferragens altas em portas e mobiliário pensado para seus usuários.



Figura 33 - Casa Lar Luz do Caminho. Fonte: Google Street View.



Figura 34 – Cozinha / Refeitório.





Figura 35 – Sala.



6. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

6.1. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

A cidade na qual se localizará a Casa Lar é Leme, localizada no Estado de São Paulo ocupa uma área de aproximadamente 402,871 Km², sendo que 391,769 Km² estão no perímetro rural e os 11,101 Km² restantes em perímetro urbano.

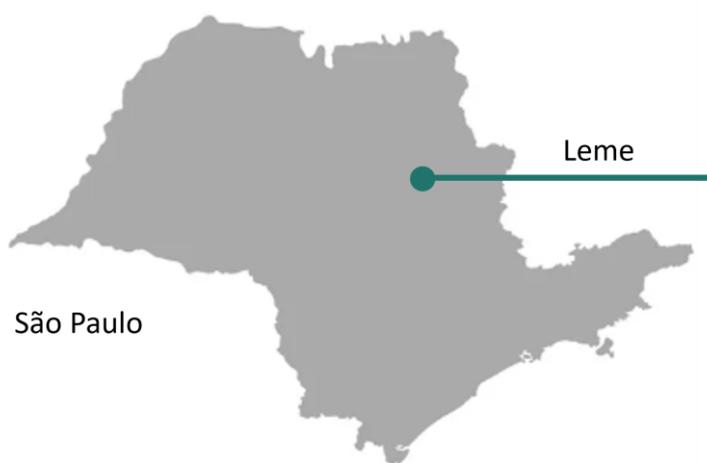


Figura 36 - Localização

Fundada em 29 de agosto de 1985, o município de Leme surgiu às margens da ferrovia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Segundo o IBGE (2021), é uma cidade de aproximadamente 105.273 habitantes, nos últimos 11 anos a população teve um aumento de 14,73%.

A área escolhida para a inserção do projeto localiza-se no bairro Barra Funda, entre a Rua Paulo Roberto Facioli, e a Rua Imperatriz Leopoldina.

O terreno é plano, de esquina, possui uma área de 2250.25 m², possui 3 árvores de pequeno porte, está situado em Zona Predominantemente Residencial (ZPR), porém por estar próximo ao Centro da Cidade, acaba sendo uma área de uso misto. Mesmo sendo possível encontrar pequenos comércios e prestadores de serviço, este número é pequeno quando comparado às residências.



A Condição Socioeconômica do bairro corresponde a classe média.

Essa área foi escolhida por ter uma localização que responde a requisitos como estar próximo de escolas, hospitais, comércios e serviços, além da facilidade de ir e vir e se relacionar com a “cidade” em si, que a partir das pesquisas e levantamentos realizados, são pontos importantes para a inserção de uma Casa Lar, considerando que o desenvolvimento acontece através das interconexões entre diferentes ambientes e de abertura e relações mais fluidas com o ambiente externo.

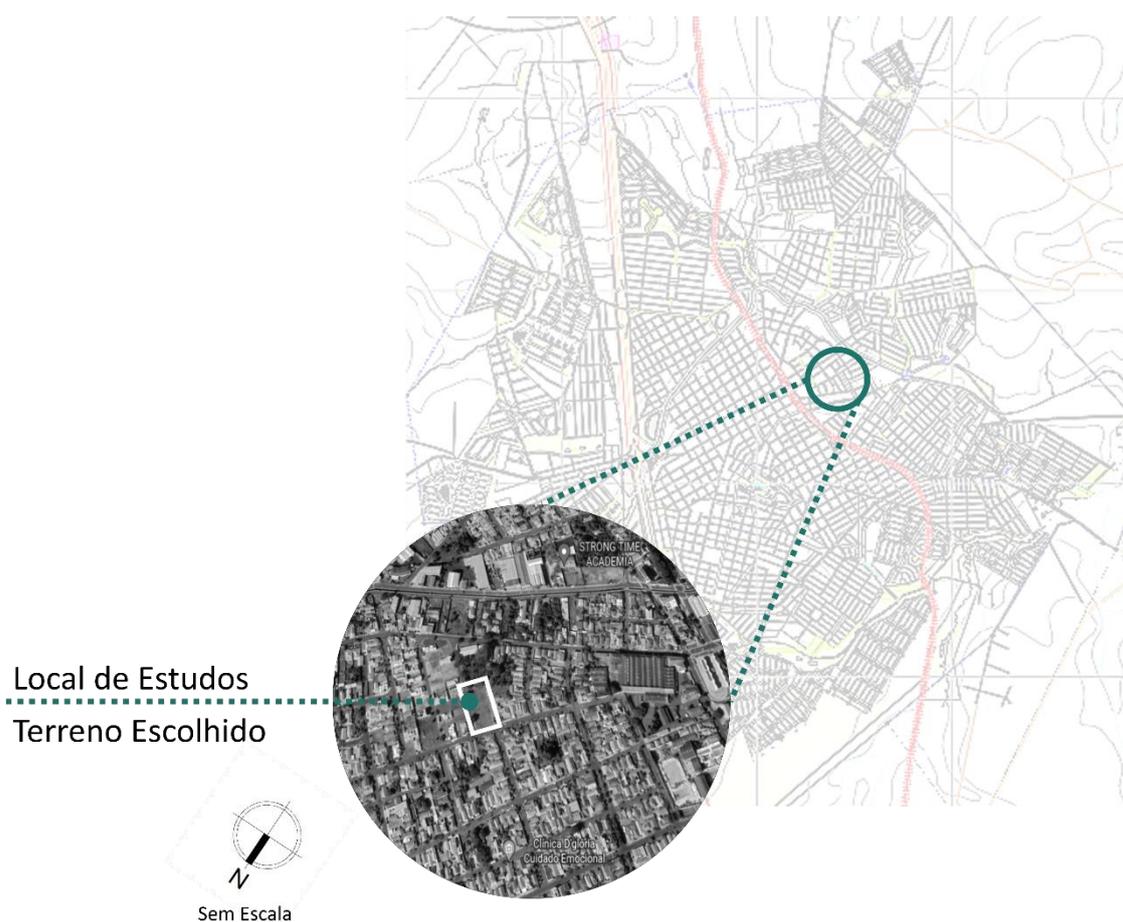


Figura 37 - Local de Estudos. Terreno Escolhido.



6.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de Leme está localizado na quinta Região Administrativa do Estado de São Paulo, cuja sede é Campinas e limita-se com os seguintes municípios: Santa Cruz da Conceição e Pirassununga, ao norte; Mogi Guaçu, a leste; Araras, ao sul; e Corumbataí e Rio Claro, a oeste, sendo o acesso possível através de Pirassununga ou Araras divisas expressas.



Figura 38 - Mapa de localização do município de Leme. Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Município de Leme. 2013.

O município possui uma área total de 402,871 Km². A cidade de Leme dista 189 Km de São Paulo e 93 Km de Campinas, 19 Km de Araras e 110 Km de Ribeirão Preto, e o principal acesso ao município é feito pela Via Anhanguera – SP 330.



Figura 39 – Localização de Leme em São Paulo. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Leme>



A cidade de Leme conta hoje com uma população estimada em 2021, pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 105.273 habitantes, com uma mistura muito grande de italiano, portugueses, espanhóis. Atualmente, a população de Leme em sua maioria é de imigrantes nordestinos que vem para a cidade na tentativa de ter uma vida melhor.

A economia do município está baseada na agricultura e na indústria. No setor agrícola, predominam as culturas da cana-de-açúcar, do algodão, da laranja, e do café. Já no setor industrial é bem mais variado, com produções nas áreas de alimentos, máquinas, enfeites natalinos, cerâmica, plásticos, telhas (material de construção), fibrocimento, entre outros.

Quanto ao clima, a cidade é bem quente, com poucos ventos durante o dia e a noite. Por estar localizada na região central do estado, não apresenta características climáticas de umidade.

6.3. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO

- Área territorial: 402,871 Km²
- PIB per capita (Censo 2018): R\$ 31.320,57
- IDHM 2010: 0,796
- IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010): 0,744
- População estimada (Censo 2020): 104.346 habitantes
- Densidade demográfica: 227,75 hab/Km²
- Região imediata (Censo 2020): Araras
- Microrregião (Censo 2020): Limeira
- Mesorregião (Censo 2020): Piracicaba
- Prefeito: Claudemir Aparecido Borges
- Gentílico: Lemense
- Esgotamento sanitário (2010): 98,4%
- Arborização de vias públicas (2010): 91,3%
- Urbanização de vias públicas (2010): 29%
- Bioma (2019): Cerrado; Mata Atlântica

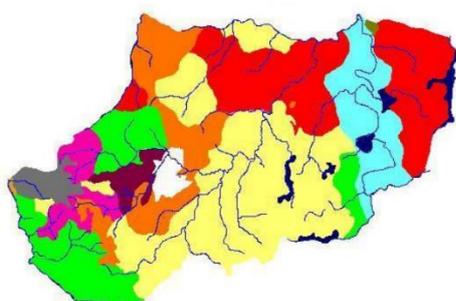


- Latitude: 22°11'30"s
- Longitude: 47°22'30" WGR
- Altitude: 650 metros

O desenvolvimento econômico de Leme se deu com o algodão, a laranja e principalmente com a cana de açúcar, que contribuíram com o estabelecimento de usinas de álcool na região.

O clima da região é mesotérmico de verão chuvoso e inverno seco. O verão ocorre entre os meses de outubro a março, sendo intensificado entre dezembro e fevereiro. Já o inverno ocorre entre os meses de maio a setembro.

O relevo do município de Leme distribui-se em uma faixa altimétrica entre 600 e 650m e mais de 90% da área do mesmo, encontra-se entre 550 e 750m. o ponto mais alto fica a 788m a oeste do município e o mais baixo 530m a leste junto ao Rio Mogi-Guaçu. Os solos predominantes no município de Leme são: Argissolos vermelho-amarelo, Latossolos vermelho e vermelho-amarelo de boa fertilidade, com mancha de Neossolos quartzarênicos. Nas áreas de maior declividade predominam os Argissolos e os Neossolos quartzarênicos.



LEGENDA

- Argissolo Vermelho-Amarelo, distrófico, A moderado, textura argilosa ou média argilosa
- Argissolo Vermelho-Amarelo, distrófico, A proeminente, textura arenosa/média
- Latossolo Vermelho eutrófico ou distrófico, A moderado, textura argilosa ou muito argilosa
- Latossolo Vermelho distrófico, A moderado, textura argilosa ou muito argilosa
- Latossolo Vermelho-Amarelo, A moderado, textura argilosa
- Latossolo Vermelho-Amarelo Câmbico, A moderado ou A proeminente
- Neossolo Quartzarênico distrófico, A moderado
- Gleissolo melânico com graus de saturação por bases
- Nitossolo Vermelho eutrófico ou distrófico, A moderado, textura argilosa ou muito argilosa

Figura 40 - Mapa de Relevo da cidade de Leme. Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Município de Leme. 2013.



Caracteriza-se por apresentar uma sucessão de baixas colinas de formas suavizadas, com relevo suave a suave ondulado e declive que, na sua maior parte, raramente atingem 5%. Áreas com declives maiores estão próximas às calhas dos córregos e ribeirões que formam a rede de drenagem do município. A Serra da Cantareira ocupa parcialmente a região oeste do município, onde se encontra um relevo mais acidentado, apresentando áreas com restrição ao uso agrícola.

6.4. PREEXISTÊNCIAS

A instituição Casa do Menor Francisco de Assis de Leme, popularmente conhecida como “Lar São Francisco”, foi fundada em 10 de novembro de 1987.

Oferece serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em medida de proteção, que se encontram com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e em situação de risco pessoal e social.

O Lar segue as diretrizes impostas, visando a descaracterização de institucionalização, garantindo os direitos assegurados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Casa Lar 1, foi inaugurada em 25 de março de 2013, a Casa Lar 2 em 24 de setembro de 2014 e o atual Abrigo Institucional em 23 de fevereiro de 2015. Foi em abril de 2019 que as atividades da Casa Lar 2 foram encerradas, integrando-se com a Casa Lar 1. O Abrigo Institucional, recebeu a maior parte das crianças e adolescentes, onde as casas são menores e possuem semelhança com as residências familiares.

As duas unidades de serviço prezam pela caracterização de uma residência comum, não contém placas de identificação e mantém o funcionamento mais semelhante possível a um ambiente familiar.

Na sede administrativa, são realizados os processos financeiros, de recursos humanos, a organização da documentação dos acolhidos e da instituição e onde recebem-se e organizam-se doações. Até fevereiro de



2020 a sede funcionava, no antigo prédio onde abrigavam todas as crianças, porém a partir de março de 2020 a sede administrativa passou a funcionar em um outro local, com mais acesso a população, situando-se na Rua Major Rafael Leme, 254, Centro (próximo à praça da Bíblia).

A instituição busca desenvolver um trabalho pautado nas leis vigentes e nas diretrizes e propostas do Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando estratégias e ações que ajudem com as necessidades dos acolhidos, contando, com as ações propostas pelos serviços socioassistenciais, afim de garantir a sua efetiva aplicação.

A instituição presta um serviço tipificado e caracterizado como da Proteção Especial de Alta Complexidade, passando por fiscalização da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Leme, do Ministério Público e da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Leme.

“A instituição compreende que todas as crianças e adolescentes têm direito a conviver no seio de sua família e que este direito é o que pode contribuir para o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, motoras e afetivas.” (Lar São Francisco)

Acolher e proteger crianças e adolescentes, de zero a dezoito anos incompletos, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e em situação de risco, com respeito, cuidado, comprometimento, responsabilidade e ética. Além disso, oferecer um ambiente acolhedor e digno para que essas crianças e adolescentes possam se proteger das situações que lhe causam danos, garantindo-lhes proteção integral e assegurando seus direitos fundamentais, fazem parte da missão e valores da instituição. Tendo como base, respeito às histórias de vida, no desenvolvimento e fortalecimento de vínculos afetivos, no apoio à resiliência e na construção de uma vida cidadã, compreendendo os acolhidos como seres humanos em desenvolvimento, que precisam de cuidado, atenção e proteção, e dotados de potência para criação de vida



e mudanças. A equipe técnica e a equipe de educadores mediam e apoiam o desenvolvimento dos sujeitos pensando caso a caso, visando que os acolhidos possam exercer seus direitos cidadãos a partir da construção, junto a eles, de novas possibilidades de existência que considerem a história vivenciada por cada um.

Nesse sentido, acessar o sofrimento decorrente dos motivos do acolhimento e criar novos sentidos nesse processo é primordial para a produção de outras perspectivas de vida relacionadas ao passado, presente e futuro.

A reintegração familiar é objetivo da maior parte das ações executadas, sobretudo quando a família pode ser orientada e tem a possibilidade de recriar seu modo de existência visando garantir uma convivência significativa e enriquecedora para a criança.

6.4.1. MODALIDADES DO SERVIÇO

- **Abrigo Institucional**

O Abrigo Institucional é um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo, assegurado pelo artigo 101 do ECA. Esse afastamento pode se dar em função de abandono ou de famílias/responsáveis que estejam temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, e se mantém até ser viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, a criança ser encaminhada à família substituta. O serviço tem aspecto semelhante ao de uma residência e está inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais que atendam as crianças de forma digna. Oferta atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Atende até



20 acolhidos e os recebe exclusivamente por meio de mandado judicial ou encaminhamento do Conselho Tutelar.

- **Casa – Lar**

A Casa do Menor Francisco de Assis de Leme conta com uma unidade da modalidade Casa Lar que oferece acolhimento provisório em unidade residencial e presta cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. O acolhimento na Casa Lar pode durar até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Esse tipo de serviço estimula o desenvolvimento e o fortalecimento de relações mais próximas das que se têm em um ambiente familiar e promove hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, recebe supervisão técnica, localiza-se em área residencial da cidade e segue o padrão socioeconômico da comunidade onde estão inseridas. A Casa Lar e seu modo de funcionamento proporciona vínculo estável entre o educador/cuidador e as crianças/adolescentes atendidos, favorecendo o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. O serviço de acolhimento nessa modalidade também atende a todas as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, oferecimento de oportunidades para a (re)inserção na família de origem ou substituta e desenvolvimento do projeto Vida Autônoma, que visa promover educação financeira e inserção no mercado de trabalho dos adolescentes cuja saída acontecerá pela maioridade.



A modalidade Casa Lar é um equipamento particularmente adequado ao atendimento a grupos de irmãos e a crianças/adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração. Nossa unidade atende até 10 acolhidos e os recebe exclusivamente por meio de mandado judicial ou encaminhamento do Conselho Tutelar.

6.5. CARACTERIZAÇÃO CULTURAL DO TERRITÓRIO

A imigração é bem marcante na cidade de Leme. Na década de 40, Leme recebe as primeiras famílias japonesas, que vieram para a região para a produção de hortaliças e comércio de diferentes setores.

Com o grande crescimento urbano, ocasionado pela expansão urbana dos bairros e do êxodo rural, grande massa de imigrantes nordestinos veio para a região para trabalharem no algodão, na laranja e na cana de açúcar, neste mesmo período, vieram residir na cidade mais famílias japonesas.

Leme, está inserida em uma sub-região especializada em cultivos de produtos para exportação como o café, o algodão, a cana de açúcar, a laranja; e no setor industrial cerâmica (fábrica de telhas), indústria automobilística e alimentícia.

Atualmente, são cerca de 160 famílias, algo próximo a 800 pessoas descendentes de japoneses, das quais oito famílias se organizam anualmente, desde 2008 para a realização do evento da cultura japonesa em Leme. A chegada de multinacionais japonesas à cidade de Leme trouxe grande quantidade de trabalhadores descendentes japoneses, preferidos pela personalidade disciplinada, mas que não mantêm ou praticam a cultura japonesa, uma vez que se encontram imersos e praticantes da cultura brasileira.



6.6. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A história de Leme se inicia no dia 1º de maio de 1875, quando a Companhia Paulista em conjunto com o Governo da Província começou a construção de um ramal que, partindo de Cordeirópolis e passando por Araras e Pirassununga, chegasse até o Rio Mogi-Guaçu na cidade de Porto Ferreira.

O início da construção se deu em 18 de fevereiro de 1876. No dia 10 de abril de 1877 franqueava-se a primeira seção, de Cordeirópolis a Araras, e no dia 30 de setembro do mesmo ano foi inaugurada a Estação Manuel Leme.

Antes que a estrada de ferro chegasse à Fazenda Palmeiras (pertencente à família LEME), o português chamado Manuel Gomes Neto, ou também conhecido “Manoel das Tábuas”, construiu um pequeno rancho nas terras de Manuel Leme, onde montou um pequeno comércio que tinha o intuito de fornecer mercadorias aos trabalhadores da Companhia Paulista. Começaram junto da estação a construção de quatro casas para funcionários da ferrovia e também um galpão para depósito de café, onde hoje funciona o museu histórico de Leme. E foi então, ao redor da estação, que todo o desenvolvimento urbano de Leme se iniciou.

A estrada de ferro naquela época representava crescimento, a aglomeração foi criando um núcleo e as pessoas começaram a construção de uma capela, cujo nome homenagearia Manuel Leme.

No dia 26 de dezembro de 1889, logo após o advento do regime republicano, o Governador do estado, Prudente de Moraes, criava o Distrito Policial da Estação de Leme, no município de Pirassununga. Um ano se passou, após o advento, e através do Decreto nº. 124, de 20 de janeiro de 1891, do Governador do Estado, Jorge Tibiriça, cria o Distrito de Paz da Estação Leme, com as mesmas divisas do Distrito Policial.



A partir disso, Leme foi crescendo, se desenvolvendo com seus 800 habitantes, o que gerou iniciativa para a campanha para a sua elevação a município. No dia 29 de agosto de 1895, pela Lei Estadual nº. 358, foi reconhecido como município, e declarado nessa data feriado municipal, e nomeado a rua principal da cidade de Avenida 29 de agosto.

O primeiro bairro da cidade foi o centro da cidade, até os anos 1950, boa parte da população lemensense viviam nas fazendas, sendo que muitas delas eram constituídas de igreja, escola e colônias para os moradores.

Com a urbanização do nosso país, o êxodo rural, e as políticas de incentivo ao sistema rodoviário, contribuíram com a evolução urbana na cidade de Leme, com a instalação da rodovia Anhanguera, a criação do trevo, levaram o crescimento do sistema rodoviário, fazendo com que o sistema ferroviário entrasse em decadência, ocasionando o desuso das linhas e estações ferroviárias, que foi desativada em 1970, e a estação abandonada.

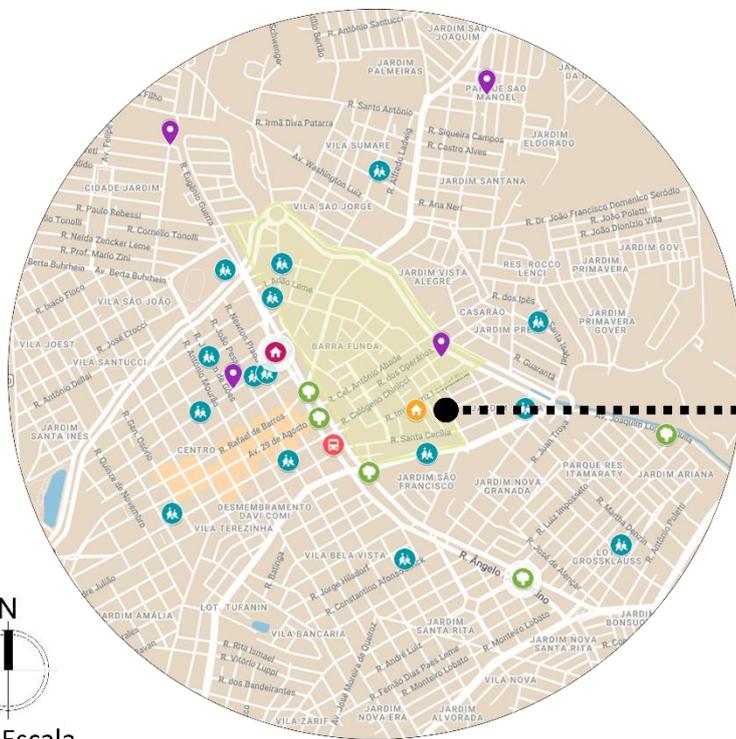
Na gestão do prefeito Joaquim Lopes Troia na década de 1970, a maior obra de infraestrutura, a construção dos anéis viários de Leme, a revitalização do rio Ribeirão do Meio e remodelação da Praça Rui Barbosa, marcaram esse período que foi de grande desenvolvimento urbano.

6.7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA ÁREA

Para a escolha da área foram levados em consideração os seguintes aspectos:

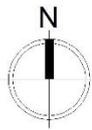
- Estar localizado em áreas residenciais para que haja a participação da comunidade.
- Estar próximo a escolas, praças, ponto de ônibus
- Ter suporte de equipamentos de saúde e lazer
- Estar próximo de locais onde os abrigados possuem atividades cotidianas a cumprir, como por exemplo, CRAS e CREAS





Terreno Escolhido

MAPA ESCOLHA DA ÁREA	
LEGENDA	
	TERRENO
	CREAS/ CRAS / S.A.D.S
	PRAÇA
	LAR SÃO FRANCISCO
	TERMINAL URBANO
	ESCOLAS



Sem Escala

Figura 41 - Mapa Justificativa da escolha da área de intervenção.



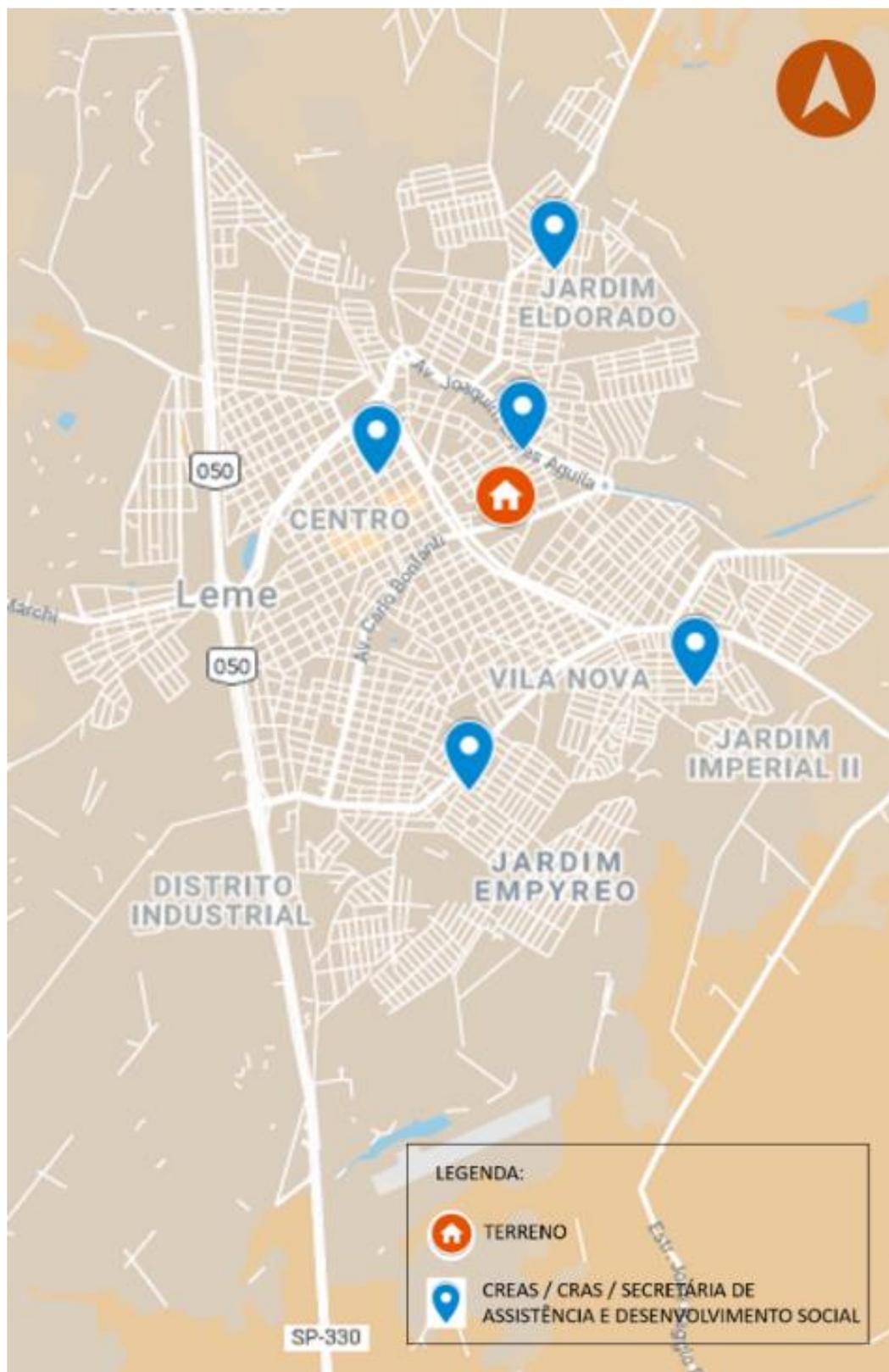


Figura 42 - MAPA - CREAS/ CRAS/ Secretária de Assistência e Desenvolvimento.



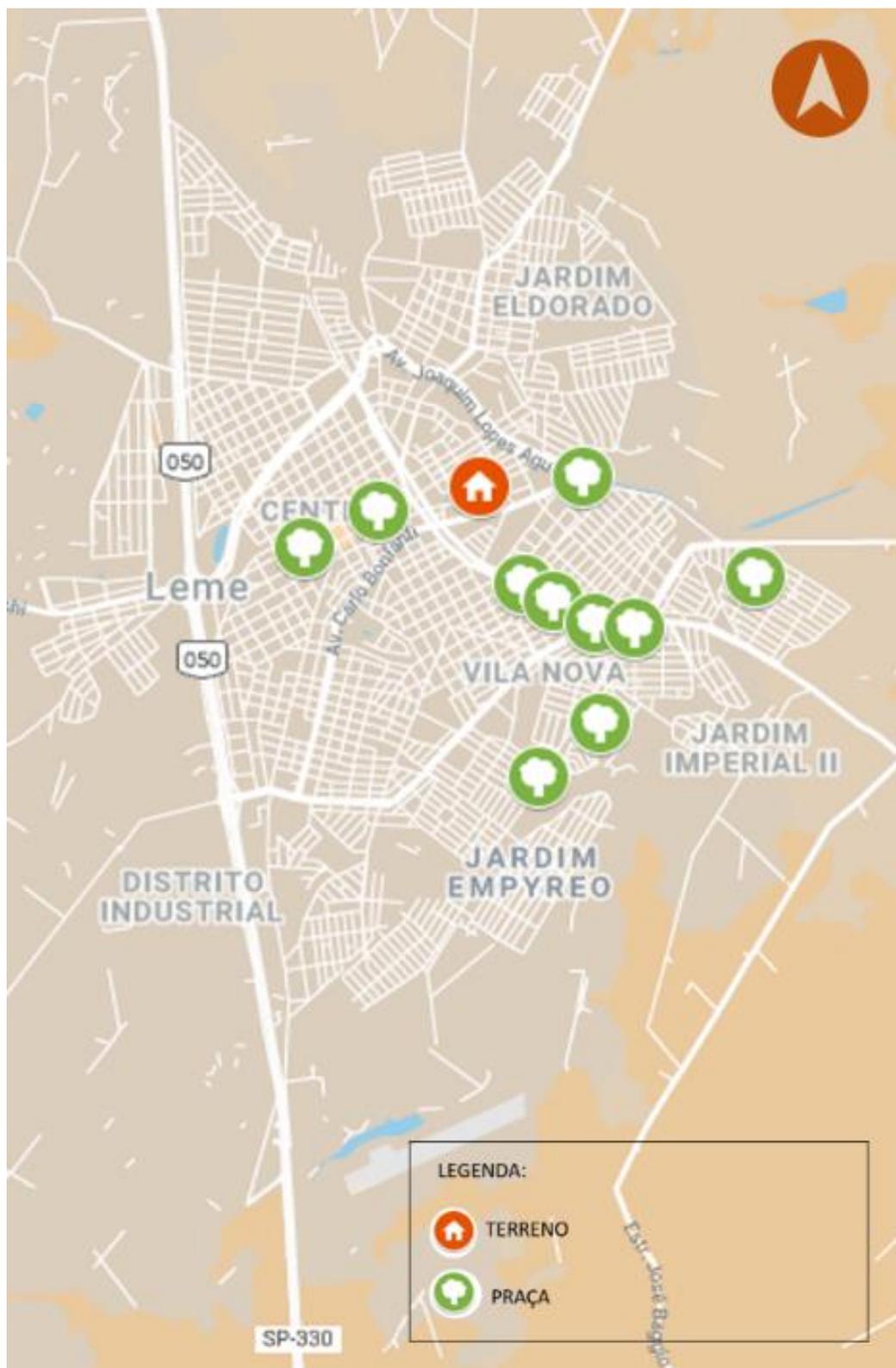


Figura 43 - MAPA - Praças no entorno da área.





Figura 44 - MAPA - Localização Lar São Francisco



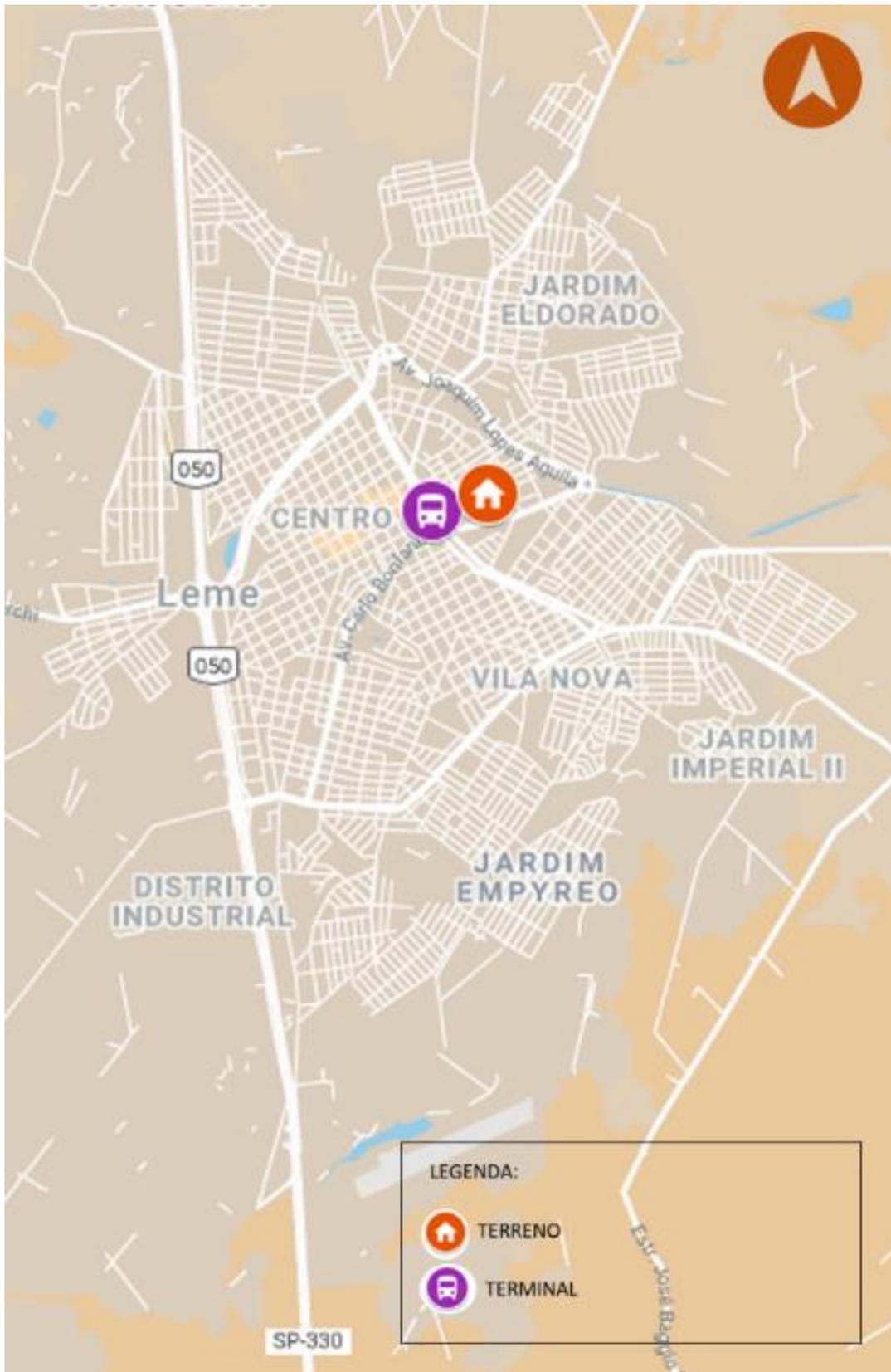


Figura 45 - MAPA - Terminal urbano.



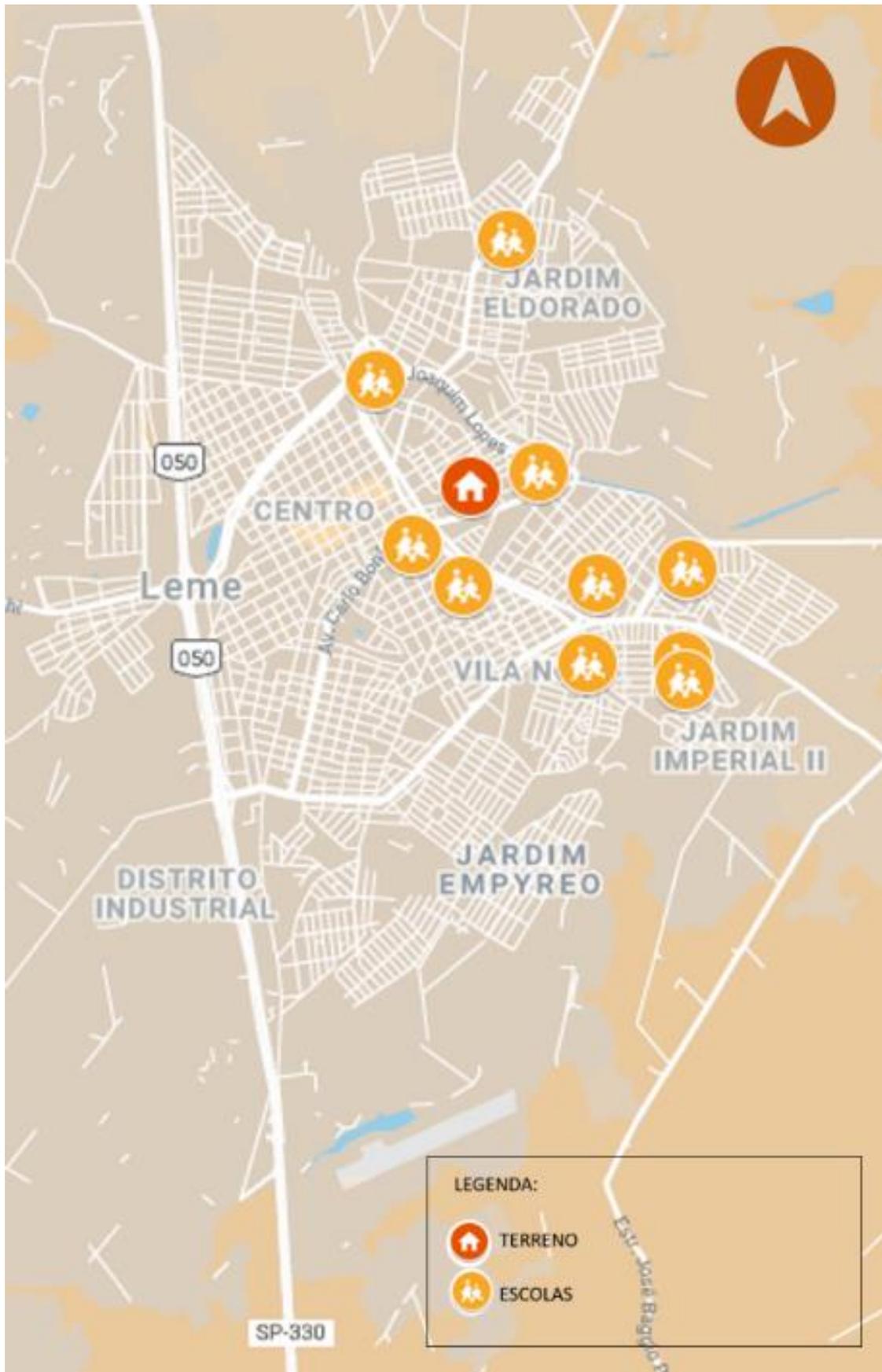


Figura 46- MAPA – Escolas Públicas no entorno.



7. DIRETRIZES URBANÍSTICAS

7.1. USO DO SOLO

De acordo com o zoneamento de uso e ocupação de solo do município o terreno escolhido está inserido na Zona Predominantemente Residencial (ZPR), conforme mostra a figura (43).

“Da Macrozona de Adensamento Urbano – ZONA URBANA:

Subseção I Da Zona Predominantemente Residencial – ZPR:

Art. 22º A Zona Predominantemente Residencial – ZPR é composta por edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares, condomínios residenciais unifamiliares e multifamiliares, onde serão permitidos comércios, serviços industriais de pequeno porte que não apresentem risco ambiental, e instituições de caráter local e geral.” (Zoneamento de uso e Ocupação de Solo – Prefeitura de Leme, 2021).

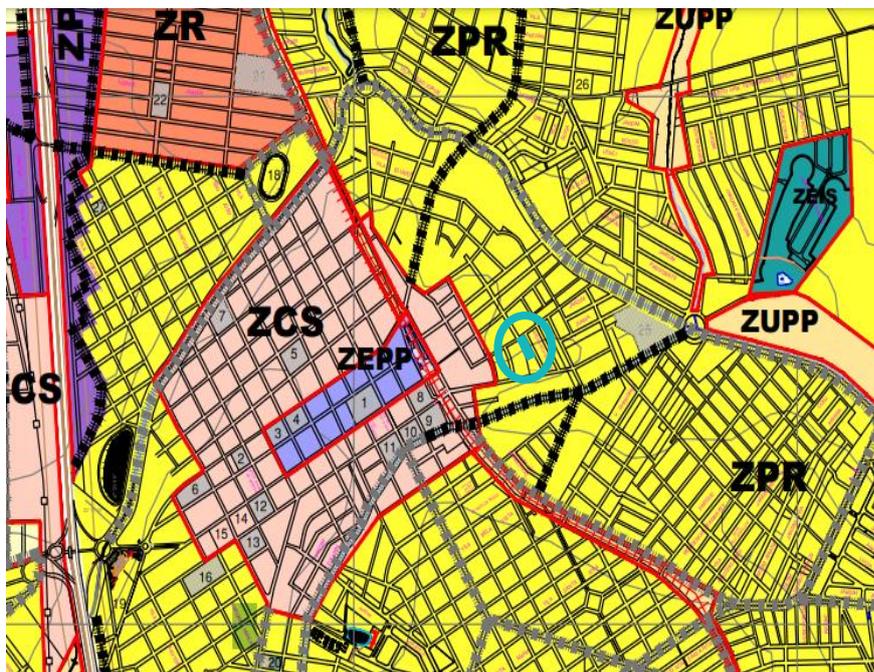


Figura 47 – Zoneamento da área de intervenção. Fonte: Prefeitura de Leme, 2021.



QUADRO DE ZONEAMENTO E USO

ZONA DE USO	TIPOLOGIA	USOS PERMITIDOS	CARACTERÍSTICAS DOS LOTES		RECUO MÍN DO ALINHAMENTO (m)	Nº MÁX. DE PAVIMENTOS	COEF. DE APROV. (CO)	TX. OCUP. (TO)	ÁREA PERM. (%)	Nº MIN. DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO	OBS.
			ÁREA MÍNIMA (m ²)	TESTADA MÍNIMA (m)							
ZPR	TODAS	H1 - H2 - H5	250,00	10,00	-	3,00	2,00	0,70	15,00	01 p/unid.	(1)(2)(3)
		H3	300,00	12,00	4,00	6,00	2,00	0,70	15,00	01 p/unid.	-
		H4	500,00	12,00	4,00	6,00	4,00	0,70	15,00	01 p/unid.	-
		C1	250,00	10,00	4,00	6,00	4,00	0,85	-	01 p/unid.	(4)(5)
		C2	250,00	10,00	4,00	6,00	4,00	0,85	-	01 p/unid.	(4)(5)
		S1	250,00	10,00	4,00	6,00	4,00	0,70	15,00	01 p/unid.	(4)(5)
		S2	250,00	10,00	4,00	6,00	4,00	0,70	15,00	01 p/unid.	(4)(5)
		I1	250,00	10,00	4,00	2,00	2,00	0,85	-	01 P/unid.	(6)

Figura 48 - Tabela de Restrições Legais. Fonte: Plano Diretor de Leme.

De acordo com o Plano Diretor de Leme institui que no zoneamento Zona Predominantemente Residencial, deve-se respeitar os seguintes índices urbanísticos:

Tipologia Serviços Institucionais (S2):

- Área mínima: 250 m²
- Testada mínima: 10 m
- Recuo de Alinhamento: 4 metros
- Número máximo de pavimentos: 6
- Coeficiente de aproveitamento (CA) de 4,00
- Taxa de Ocupação (TO) é de 0,70
- Área Permeável: 15%
- Solo natural permeável 15%
- Número mínimo de vagas de estacionamento: 01 por unidade.

Nos lotes de esquina os muros perimetrais de fechamento deverão obedecer, no mínimo, raio de 9,00m (nove metros) na concordância do



cruzamento das vias públicas, exceto para os casos já previstos em projetos de loteamento aprovados.

Seção IX

DOS ALINHAMENTOS E DOS AFASTAMENTOS

Artigo 50º - Todos os prédios construídos ou reconstruídos dentro do perímetro urbano deverão obedecer ao alinhamento e ao recuo obrigatório, previstos na lei que regulamenta o uso do solo no município de Leme e demais pertinentes.

Artigo 51º - Salvo disposições em demais Leis pertinentes, os afastamentos mínimos previstos serão: a – afastamento: frontal nas faces das quadras onde não existam edificações: 2,00m;

b – as construções a serem edificadas em terrenos localizados em loteamentos, arruamentos ou desmembramentos aprovados em data anterior à da promulgação da Lei 1434, de 12/11/80, será permitido o menor recuo frontal existente em qualquer ponto ou em qualquer face da rua onde se pretende a construção;

c – nos imóveis em que a frente esconsa deverá haver pelo menos um recuo frontal de 2,00m em qualquer dos lados;

d – afastamentos laterais: de acordo com o estabelecido na Seção VIII deste Código.



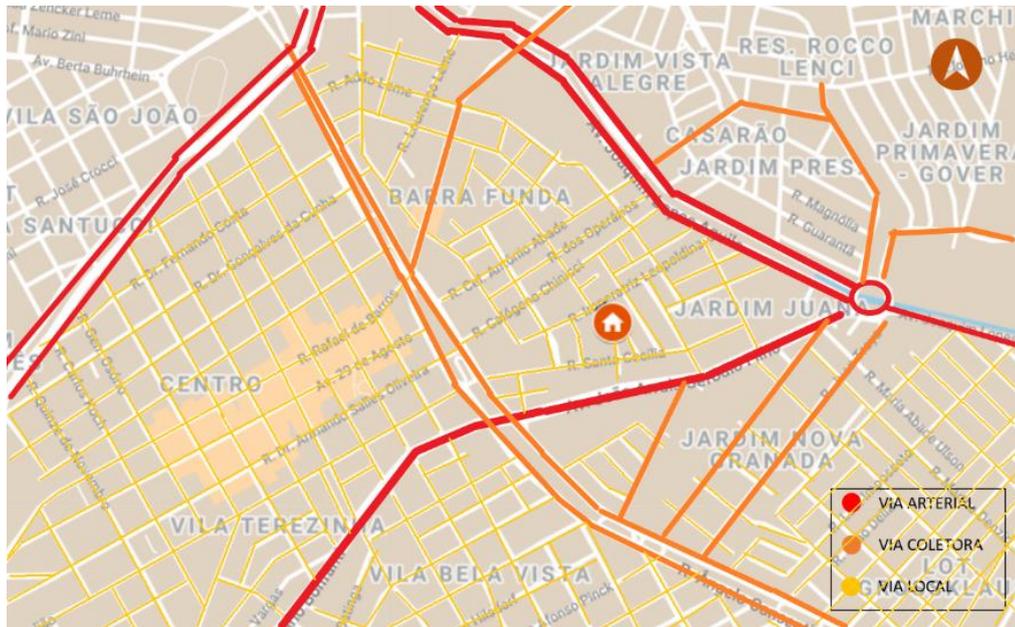


Figura 50 - MAPA – Sistema Viário.

7.3. GABARITO

Durante os estudos realizados no entorno do terreno no Bairro Barra Funda, foi observado a predominância de lotes residenciais, porém por estar próximo ao Centro, acaba sendo uma área de uso misto. Mesmo sendo possível encontrar pequenos comércios e prestadores de serviço, este número é insignificante quando comparado às residências.

Ao analisar a área de estudos, percebe-se que, a maior parte dos lotes constituem-se de edifícios térreos, e no máximo 2 pavimentos. Porém é notável que não existe a concentração das construções de dois pavimentos em uma única região, estes estão distribuídos em todo o perímetro. Não foi identificado nenhuma edificação que ultrapassasse dois pavimentos.



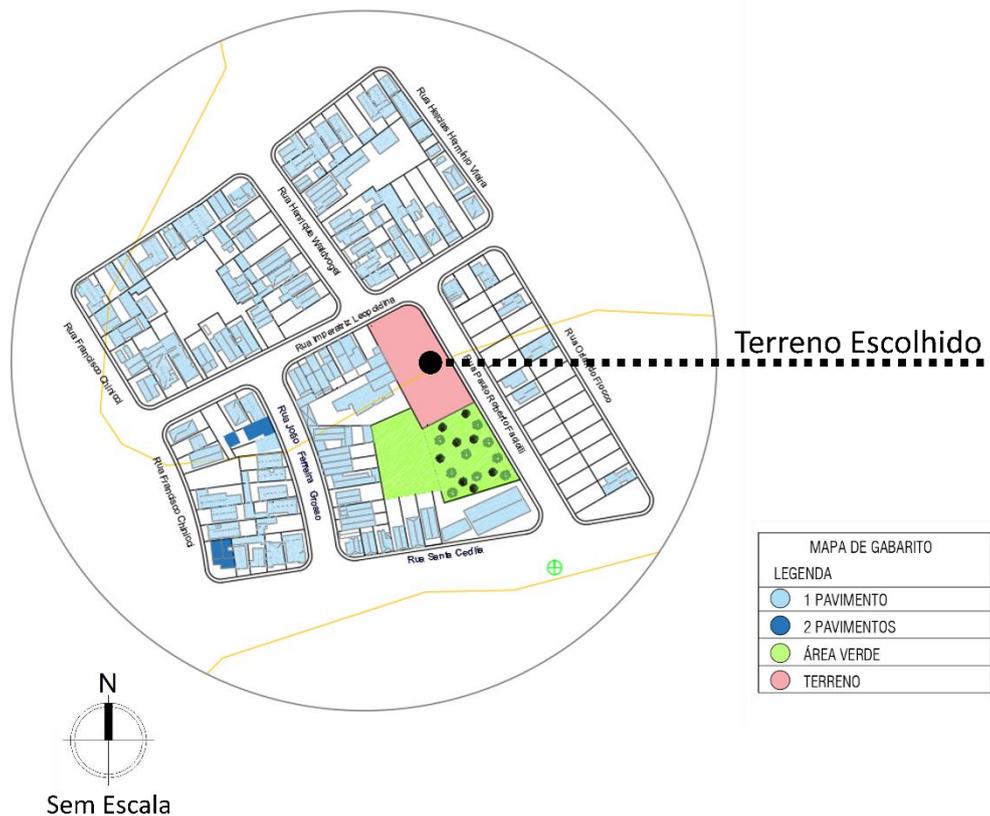


Figura 51 - Mapa de Gabarito

7.4. ANÁLISE AMBIENTAL

Em Leme, o verão é longo, morno, abafado, com precipitação e de céu quase encoberto; o inverno é curto, ameno e de céu sem nuvens. Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de 10°C a 30°C e raramente é inferior a 6°C ou superior a 35°C.



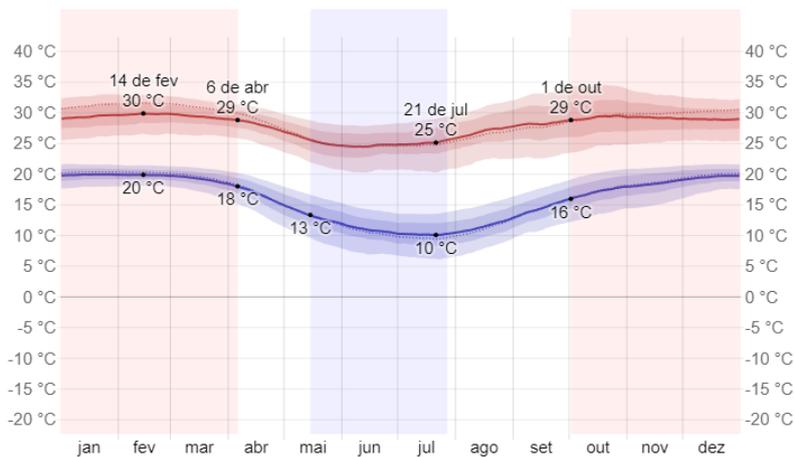


Figura 52 - Temperatura máximas e mínimas médias em Leme. Fonte: <https://pt.westherspark.com>

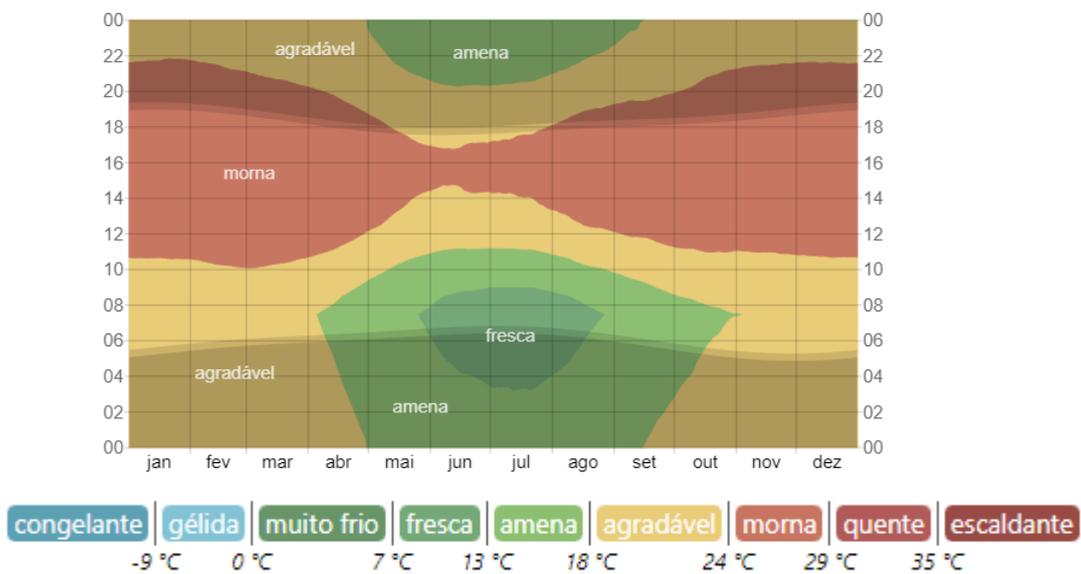


Figura 53 - Temperatura média horária em Leme. Fonte: <https://pt.westherspark.com>

7.5. CLASSIFICAÇÃO BIOCLIMÁTICA E ESTRATÉGIAS INDICADAS

A classificação bioclimática a qual a área de projeto se enquadra de acordo com a ABNT NBR 15220-3, é zona 4. A NBR, a qual faço referência é uma norma que divide o território brasileiro em 8 zonas climáticas, para



dessa maneira, dar diretrizes construtivas de acordo com o zoneamento bioclimático.

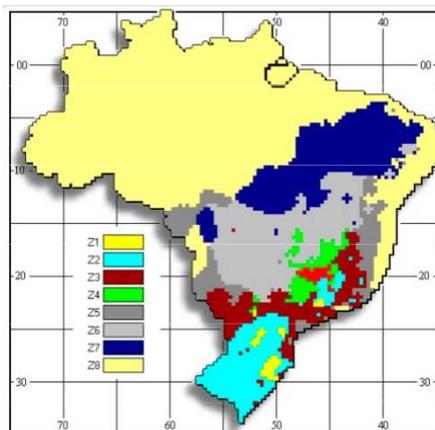


Figura 54 - Mapa Zonas Bioclimáticas Brasileira. Fonte: ABNT NBR 1522-3

Para a zona bioclimática 4, as recomendações de acordo com a norma são, utilizar aberturas médias com sombreamento, paredes pesadas e coberturas com isolamento térmico.

As estratégias bioclimáticas são o resfriamento evaporativo, a inércia térmica para o resfriamento, a ventilação seletiva no verão, aquecimento solar e grande inércia térmica nas vedações internas para o inverno.

Estratégia resfriamento evaporativo, promove a retirada de calor do ar através da evaporação da água ou pela evapotranspiração das plantas, pode se alcançar essa técnica através da construção de áreas gramadas ou arborizadas.

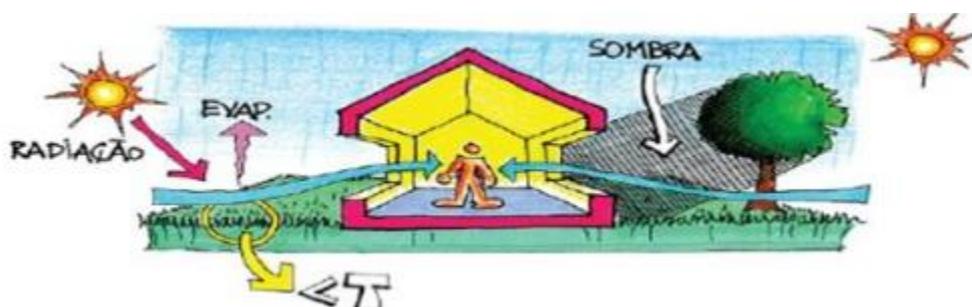


Figura 55 - Resfriamento Evaporação. Fonte: Lamberts et al., 2014.

Inércia térmica, segundo Lambert et al. (2004) pode ser usada para aquecer ou resfriar a edificação.





Figura 56 - Ilustração da aplicação da inércia térmica. Fonte: Lamberts et al., 2014.

7.6. INCIDÊNCIA SOLAR / INTERPRETAÇÃO DA CARTA

A Carta Solar representa a projeção das trajetórias solares ao longo da abóbada celeste, durante todo o ano.

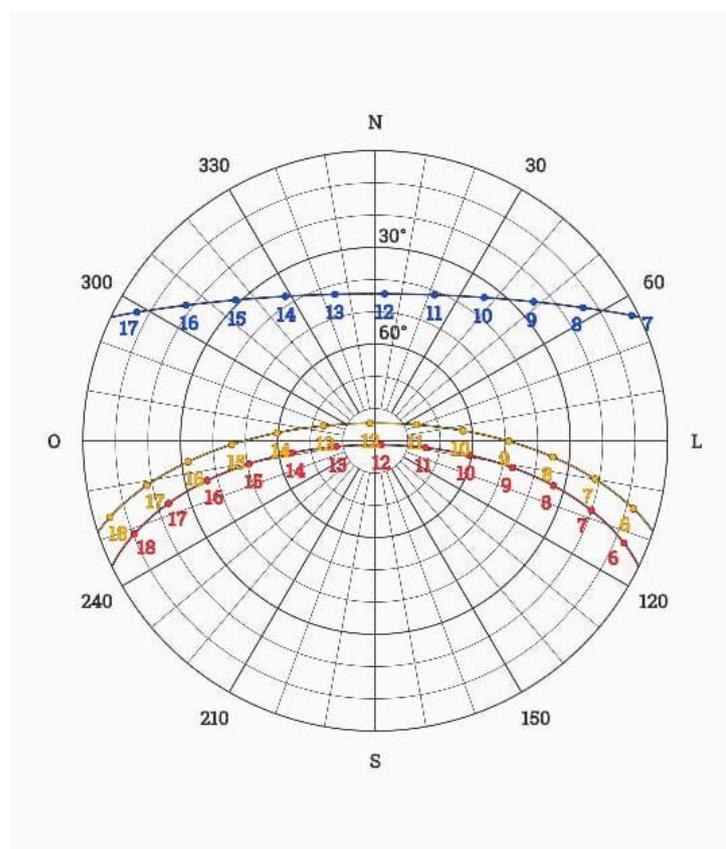


Figura 57 - Carta Solar. Fonte: Aplicativo Sun Position.



A orientação do sol é importante para definir os cômodos da residência. No hemisfério sul a face norte é a que recebe maior parte da insolação diária. A face leste recebe o sol da manhã, é onde o sol nasce, a oeste recebe o sol da tarde e a face sul é a qual tem menor incidência solar.

O ideal é que os quartos recebam o sol da manhã, então a face leste, é mais indicada. Na face oeste devem ficar os cômodos de pequena e média permanência, como área de serviço, depósitos e garagem, pois é onde temos o sol da tarde. Na orientação sul a incidência de sol no verão acontece nas primeiras horas da manhã e no fim da tarde e no inverno quase não incide sol.

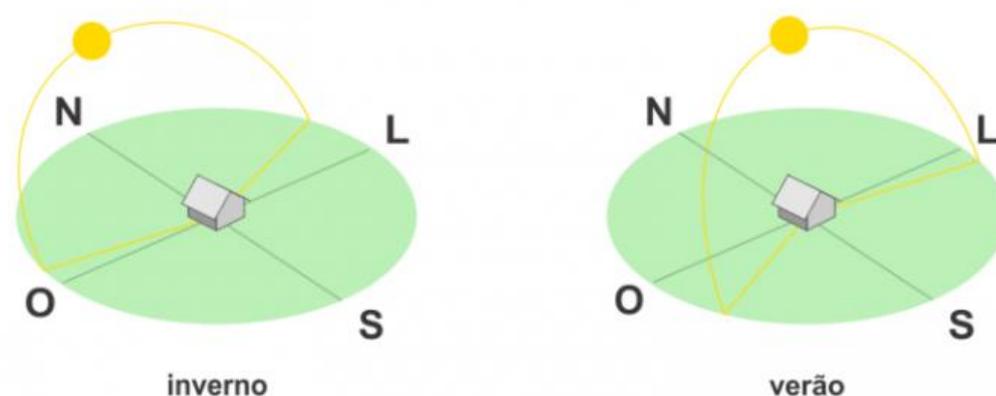


Figura 58 - Posicionamento do sol no inverno e no verão em relação a moradia.

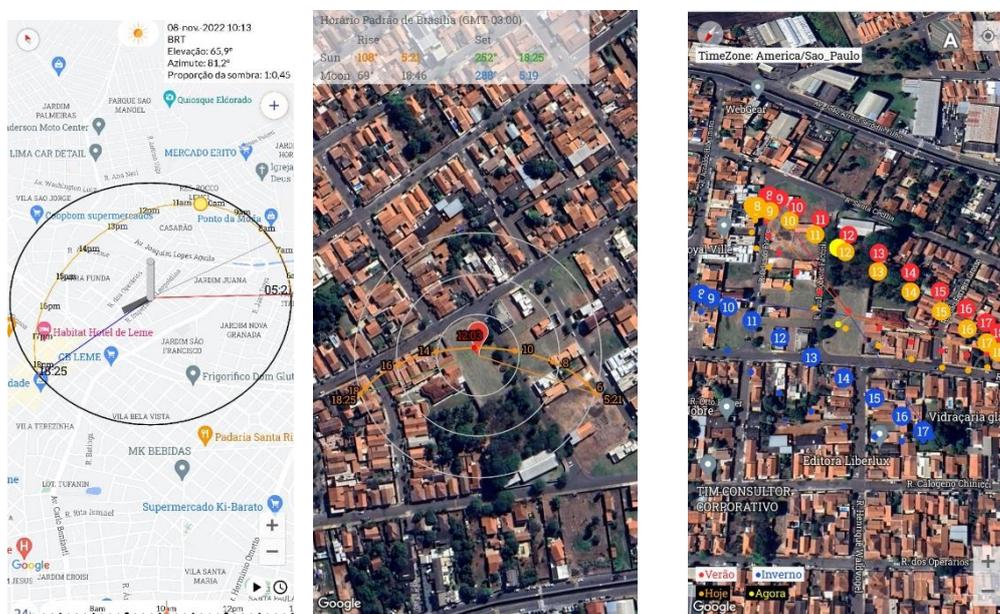


Figura 59 - Vista de Mapa. Fonte: Aplicativo Sun Locator.



7.7. REGIME DE VENTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o gráfico da rosa dos ventos demonstrado na imagem abaixo, o vento predominante vem de Leste e Sudeste, sendo eles respectivamente de 0–2 m/s, e 2-4 m/s.

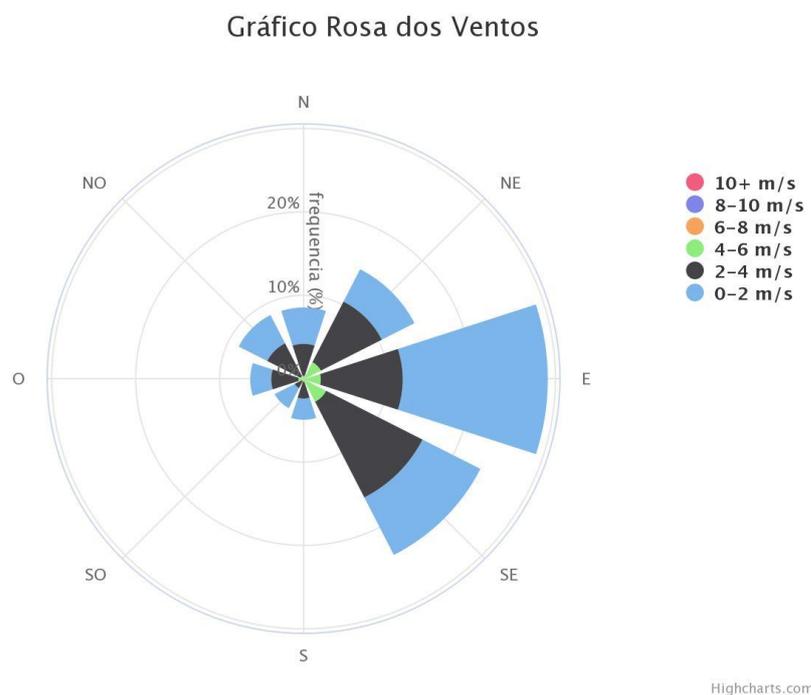


Figura 60 - Rosa dos ventos.



8. DIRETRIZES

Para a realização desse trabalho foi escolhido CASA LAR, como modalidade de acolhimento para crianças de 0 a 14 anos de idade. A faixa etária escolhida toma como base as especificidades descritas na tabela abaixo, em que se deve evitar a escolha de faixas etárias muito estreitas, ao mesmo tempo em que se faz necessário uma delimitação de idade para que o atendimento individual e coletivo possa ser efetivo a todos os abrigados.

MODALIDADES DE ACOLHIMENTO

MODALIDADE	ABRIGO INSTITUCIONAL	CASA LAR	FAMÍLIA ACOLHEDORA	REPÚBLICA
DEFINIÇÃO	Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à medida protetiva de abrigo	Serviço de acolhimento oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalhe como educador/ cuidador residente.	Serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Proporciona o atendimento individualizado.	Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a jovens em situação de vulnerabilidade e em processo de desligamentos de instituições.
NÚMERO DE USUÁRIOS	(20) Crianças e/ou adolescentes	(10) Crianças e/ou adolescentes	(01) Criança e/ou adolescente ou (01) grupo de irmãos	(06) Jovens
PÚBLICO ALVO	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos	Jovens de 18 anos a 21 anos
ESPECIFICIDADES	Devem ser evitadas especializações tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de HIV	Devem ser evitadas especificações tais como adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadores de HIV	Este serviço de acolhimento é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa de serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa	As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local

Tabela 1 - Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. CONANDA. 2009.

A modalidade de serviço Casa Lar é considerada serviço de acolhimento provisório, com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração, oferecido em unidades residenciais, para desenvolver relações mais próximas do ambiente familiar e criar hábitos e atitudes de autonomia. Abaixo, na tabela estão as Orientações Técnicas da CONANDA.



ASPECTOS FÍSICOS	CASA LAR	
	Localização	Áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos. A casa lar deve funcionar em uma edificação residencial inserida no bairro de forma análoga às demais residências locais, devendo ser evitadas estruturas que agreguem diversas casas-lares em um terreno comum, visto que tais estruturas acabam por se tornar ambientes “fechados” que dificultam a integração das crianças/adolescentes ali acolhidos à vizinhança.
	Fachada e Aspectos gerais da construção	Similar a uma residência unifamiliar, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Deve-se evitar a instalação de placas indicativas da natureza institucional do equipamento.
INFRAESTRUTURA	Quartos	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de crianças / adolescentes por quarto: recomendado: até 4 por quarto; máximo: até 6 por quarto excepcionalmente quando esta for a única alternativa para manter o serviço. • Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). • Metragem mínima: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
	Quarto para cuidador (a) / educador (a) residente	<ul style="list-style-type: none"> • Com metragem suficiente para acomodar cama (de solteiro ou de casal), e mobiliário para guarda de pertences pessoais.
	Sala de Estar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa Lar e os cuidadores/educadores. • Metragem mínima: 1,00 m² para cada ocupante.



Sala de Jantar / Copa	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa Lar e os cuidadores/educadores. • Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) • Metragem mínima: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado no próprio quarto, na copa, sala de jantar, desde que o mesmo tenha espaço suficiente e mobiliário adequado.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> • 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para cada 6 crianças e adolescentes. • Pelo menos 1 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência, executados conforme NBR 9050. • 1 lavatório e 1 vaso sanitário e chuveiro para os cuidadores/educadores.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (varanda, quintal, jardim, etc)	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, etc (de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos). • Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura,



		proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.
--	--	--

Tabela 2 - Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. CONANDA. 2009.

Os ambientes, onde são realizadas e vivenciadas as atividades diariamente, são capazes de influenciar diretamente no sucesso ou não das atividades ocorridas no seu interior, além de influenciar diretamente no comportamento dos usuários daquele espaço, dessa maneira algumas estratégias adotadas podem atuar no sentido de criar um espaço que facilite essas relações.

Segundo Oliveira, o ambiente físico e social (estruturas, espaços, equipamentos, rotinas, dinâmicas), a psicologia dos educadores (crenças e valores dos educadores habituais, professores e técnicos) e suas práticas cotidianas (atitudes e padrões de comportamento) são os principais influenciadores no desenvolvimento da criança e do adolescente institucionalizado.

A partir dessas relações, é possível concluir que esses tipos de casas para menores que estão sob tutela do juizado, destinados à permanência em tempo integral, deixam profundas marcas na vida daqueles que passam por ali, tanto nas dos internos como dos funcionários, devido a isso, seus espaços merecem atenção especial, pois o efeito que a estrutura física do lugar pode exercer nos usuários é o caminho para o sucesso da reinserção das crianças e dos adolescentes na sociedade e numa vida cotidiana normal.

Através dos estudos realizados, conclui-se que as casas lares, são instaladas em edificações destinadas inicialmente a outros usos e depois adaptados, criando dessa forma ambientes inadequados para o tipo de trabalho que deverá ser desenvolvido no local. Normalmente a criação desses espaços não leva em consideração que os usuários estarão em fase de formação moral, social e psicológica, e que o tempo todo, as pessoas estabelecem relações de troca com o ambiente que vivem.

Alguns parâmetros dimensionais foram definidos em âmbito federal, porém apenas isso não é capaz de garantir a qualidade do ambiente, os estudos de



psicologia ambiental são os primeiros a defenderem uma quantidade de fatores capazes de influenciar na relação Pessoa-Ambiente, como relações de privacidade, territorialidade, espaço pessoal, entre outros.

A proposta do projeto arquitetônico de um abrigo na modalidade Casa Lar surge devido ao fato de que é necessário trabalhar sobre o impacto que o ambiente físico é capaz de influenciar no comportamento do usuário, causando impacto tanto na estruturação de suas relações, como no seu estado emocional e autoimagem, além da imagem que a sociedade possui sobre eles.

Geralmente para determinar tais ambientes, não são levadas em conta os dois tipos de experiências vividas ali dentro, aquela dos usuários diretos, que seriam as crianças e adolescentes abrigadas e que permanecem em tempo integral no local e a vivenciada pelos funcionários que exercem o papel de mãe social. Desta forma, para iniciar a elaboração dos espaços para o projeto da Casa Lar, foi necessário compreender melhor a relação existente entre a pessoa e o ambiente construído para só assim ser possível identificar quais fatores podem influenciar nesse sistema.

Além desses fatores que influenciam as relações Pessoa-Ambiente, é possível compreender o espaço a partir de experiências táteis, visuais, afetivas, sociais, que segundo Oliveira (2008) são relações estabelecidas através do conjunto de significados carregadas de valores culturais próprios dos usuários, ou seja, fatores como cultura, condições físicas e psíquicas do indivíduo podem influenciar no comportamento e na maneira de agir e vivenciar o espaço.

Deve-se considerar também que além da experiência vivida e a forma como tal espaço afeta o usuário, o ambiente sofre adequações para entender o indivíduo, ou seja, algumas vezes que ambiente não atende o propósito para o qual foi projetado, os usuários buscam uma adequação satisfatória, tentando adaptar novos padrões espaciais mais condizentes com as atividades que ali são realizadas.

Segundo Oliveira (2008), a apropriação é o ato de apoderar-se de alguma coisa como própria, de adaptar ou adequar algo ou algum lugar às necessidades pessoais ou de um grupo. Compreende desde o uso até a organização do espaço, considera também a forma que os usuários se identificam com o lugar



e o que podem fazer para alterá-lo e dessa forma adequar aos gostos pessoais e a rotina de uso.

Próximo da relação de apropriação é possível identificar o apego, que são laços afetivos existentes e necessários para um relacionamento verdadeiro com o ambiente. Oliveira (2008) afirma que durante a vida tais laços podem ser estabelecidos tanto como podem desaparecer e esse é um fato importante para a criação da casa de acolhimento, pois as crianças e adolescentes que serão usuários tiveram a experiência de se afastar de toda a realidade que viviam, ou seja, que já eram apegados e acostumados, quebrando assim esses laços afetivos com o espaço, dessa forma, para que não haja maior fragmentação da identidade espacial delas.

É necessário que o adolescente crie uma espécie de “apego temporário” ao ambiente da instituição, com a intensidade exata para fazer com que ele se reconheça como parte desse ambiente e se torne receptivo aos novos valores e comportamentos que serão ensinados, mas que não deixe de reconhecer que estar internado é uma condição temporária em sua vida.

(OLIVEIRA, 2008, p.36)

A consequência da falta de apego e apropriação do espaço é o estresse ambiental, gerado quando os efeitos, no comportamento e no estado psicológico do usuário, são negativos, geralmente ocorridos devido as características do ambiente não condizerem ao propósito de uso e dessa forma não promovem a interação Pessoa-Ambiente.

Habitabilidade, segundo Oliveira (2008), é uma das características do ambiente fundamental para a vida, é quando o usuário apropria e experimenta a totalidade do espaço, definida através das características de uma habitação. No projeto da Casa de Acolhimento, esse é o principal fator a ser trabalhado, pois através dele os usuários estabelecem as relações mais importantes com o ambiente e com os demais, sendo importante na estruturação psíquica da pessoa, principalmente por esse conceito estar relacionado com o espaço doméstico da casa.



Outros aspectos ambientais também foram estudados e considerados para a criação desse projeto, como Privacidade, Territorialidade, Ambiência e Identidade.

A privacidade está relacionada ao “controle seletivo do acesso a si mesmo ou ao grupo no qual encontra inserido” (OLIVEIRA, 2008), o usuário é então capaz de regular o nível de interação. Dessa forma, nesse tipo de ambiente proposto é muito importante a criação de condições espaciais que potencialize a privacidade dos usuários, pois o fato de estarem sempre vigiados e em convívio com tantas outras pessoas pode prejudicar a interação e com isso gerar situações de conflito. Elementos arquitetônicos como aberturas e fechamento, além da disposição dos ambientes e mobiliários são capazes de influenciar no sentimento de privacidade vivenciado dentro do abrigo.

A territorialidade é o aspecto relacionado à ocupação de um lugar por um indivíduo ou um grupo, sendo dessa forma personalizado e “defendido” como invasores. É natural do ser humano criar um território para que assim se torne possível se relacionar com o mundo, dessa forma esse fato não pode ser desconsiderado dentro das casas de acolhimento. Os elementos arquitetônicos capazes de influenciar nesse aspecto são aqueles envolvidos diretamente nas demarcações, ou seja, fechamentos e aberturas, divisórias, marcas e até mesmo disposição do mobiliário.

A identidade, relacionada com a territorialidade, é o aspecto que faz o usuário se sentir pertencente à aquele lugar. Na questão da arquitetura, ela pode ser trabalhada através das características que definem a aparência do lugar, como acabamentos, texturas, configuração dos espaços, mobiliário, programa e outros. A busca da identidade dos usuários atendidos pela Casa Lar é um dos principais fatores que indicam a importância de um projeto arquitetônico voltado para esse uso, são crianças e adolescentes que ao perderem a guarda dos pais ou responsáveis, se veem sem nada e o novo lar torna-se para a criança um lugar para se desenvolver, aprender autonomia, e para o adolescente é o início da busca de uma nova identidade.

Outro aspecto estudado e levado em consideração para a criação do projeto é a Ambiência, “entendida como a necessidade de se sentir confortável para agir



e cuidar do ambiente” (OLIVEIRA, 2008) e está relacionada diretamente com o ato de habitar um espaço e gerar a partir disso a apropriação. No campo da arquitetura deve-se levar em consideração a funcionalidade do espaço, buscando então atender as todas as características necessárias para a realização das atividades propostas pelo uso do local; o ambiente precisa indicar e contribuir para desenvolver o tipo de comportamento correto a ser seguido no espaço; além de que precisa passar aos usuários sensações de segurança e proteção. Na questão física do espaço, a ambiência pode ser também trabalhado através dos materiais, texturas, cores, conforto térmico e lumínico, buscando um interior confortável para a satisfação do usuário.

Nesse sentido, o abrigo pode ser reconhecido como contexto de desenvolvimento para a criança e adolescente que se encontra institucionalizada, pois materializa as condições reais em que realiza o seu viver e desenvolve habilidades e competências decisivas para a formação de personalidade e sociabilidade próprias. Segundo Cavalcante (2007), o contexto onde a criança cresce e se desenvolve não se limita a um ambiente único e imediato, mas inclui interconexões entre diferentes ambientes. Dessa forma, outro fator de extrema influência no desenvolvimento da criança institucionalizada é que quanto maior for a abertura do abrigo para o ambiente externo, mais fluidas serão as fronteiras entre a família, a creche, a escola, a igreja e a vizinhança.

Assim, faz-se necessário repensar o abrigamento para que, além da assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento humano abordados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, haja qualidade de vida, possibilitada pela (re)construção das emoções nascidas das experiências da vida cotidiana num lar.

(SAVI, 2008, p.8)



Considerando o abrigo de permanência como local onde as crianças e adolescentes realizam grande número de atividades, funções e interações, ele consiste num ambiente ecológico de extrema importância e com potencial para o desenvolver as relações recíprocas de poder e afeto. A partir disso, as instituições não possuem ambientes preparados e capacitados para desenvolver tais relações na vida dos abrigados. Além dessa realidade, percebe-se a falta de aplicações de norma específicas para regulamentar projetos arquitetônicos de abrigos, ainda que as casas onde são instaladas as instituições são adaptadas para o uso, não são exploradas as potencialidades do ambiente, justificando assim a escolha em realizar um projeto arquitetônico para uma Casa Lar que atenda 10 crianças na cidade de Leme.

Uma casa que atenda às necessidades dos usuários, que permita a vivência comunitária, sempre respeitando a individualidade de cada morador.

A organização dos ambientes, a disposição do mobiliário, os materiais e as soluções arquitetônicas devem resultar na possibilidade de uma vivência próxima de um lar tradicional, atendendo as necessidades básicas do ser humano. Deve ser uma construção flexível que seja adaptável a vida de cada membro que residirá na casa.

Deverá ser acessível, que esteja pronta para atender qualquer necessidade especial. Deverá ter características de conforto, para o sentimento de possuir um lar e principalmente para o desenvolvimento da individualidade.

A Casa Lar, deve estar localizada em área residencial, e estar próxima a equipamentos públicos de educação, saúde e lazer. Devem ser evitadas placas de identificação, bem como as edificações de aspecto institucional. Deve assemelhar-se a outras residências das proximidades e estar inserido entre elas, “mantendo alguma referência à usual aparência externa de um domicílio comum” (MELLO & SILVA, 2004) para que as crianças e os adolescentes não sejam estigmatizados.

Estabelecer relação com o espaço construído e não construído. A arquitetura deve promover segurança, proteção e controle, separar o que é íntimo de social.



Relação visual e física dos usuários com o ambiente externo. Ambientes internos

Os espaços internos e sua escala devem assemelhar-se aos de uma residência comum, evitando - se, por exemplo, os imensos dormitórios e refeitórios, bem como cozinhas e lavanderias industriais, inacessíveis às crianças e aos adolescentes. Acessibilidade, prever o acesso para pessoas portadoras de deficiências. É preciso que as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento sintam-se em casa, ou, pelo menos, em uma casa. A configuração interna dos espaços deve proporcionar que as crianças e os adolescentes desenvolvam suas atividades cotidianas o mais próximo possível da normalidade.

Segundo Mello e Silva (2004, p.141), devem existir ambientes “receptivos a brincadeiras e atividades típicas por idade, os brinquedos e os livros devem estar acessíveis aos usuários e, se possível, espaço para recreação ao ar livre”. Além disso, recomenda-se que disponibilize lugar para estudos individuais e realização de tarefas escolares, que haja espelhos em altura que permita a visualização da própria imagem por todos, bem como os espaços individuais para guarda de objetos pessoais, onde cada uma possa colocar seus brinquedos, roupas e outros pertences. Deve-se prezar pelo conforto no que é influenciado pela disponibilidade de espaço, pelo desfrute de privacidade e pela possibilidade de obtenção de silêncio e, conseqüentemente, de repouso e reflexão.



8.1. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades desenvolve-se a partir das Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da CONANDA (2009), que foi apresentado acima na tabela 2.

A partir dos estudos apresentados, foi possível entender a necessidade de pensar o lugar construído mantendo uma relação pessoa-ambiente, o ambiente construído deve representar parte da identidade, suporte afetivo, físico e social do indivíduo. Deve-se reconhecer esses espaços como de desenvolvimento.

ACÇÕES	ALIMENTAR	DESCANSAR
	ESTUDAR	DIVERTIR
	CONVIVER	FAZER ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO
	ADMINISTRAR E COORDENAR	LIMPAR E ORGANIZAR

Figura 61 - Lista de ações realizadas em um abrigo, na modalidade Casa Lar.

A tabela abaixo apresenta o programa de necessidades, desenvolvido a partir da seguinte setorização; social, íntimo e de serviço. Os ambientes classificados como social, são ambientes que visam promover a socialização de todos os moradores, os ambientes íntimos, são aqueles que necessitam de privacidade, e o setor de serviço, classifica-se, como ambientes que são



essenciais para a organização e manutenção da casa, apresenta também o ambiente e suas características funcionais, mobiliários e equipamentos mínimos compõem cada ambiente, metragem mínima e quantidade.

PROGRAMA DE NECESSIDADES				
AMBIENTE	ESPECIFICAÇÕES	MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS	ÁREA	QUANT.
SALA TV	Local destinado a assistir TV e filmes e interação entre os moradores.	Sofás confortáveis, televisão	14.14 m ²	1
SALA ESTAR	Local destinado a integração e socialização dos moradores, recebimento de visitas rápidas.	Sofá, poltronas, pufes	43.59 m ²	1
SALA JANTAR	Local destinado a alimentação e a integração dos moradores	Mesa grande para refeições, cadeiras, cadeirão de bebê	23.27 m ²	1
COZINHA	Local destinado para o preparo de refeições e armazenamento de louças, materiais e alimentos utilizados cotidianamente.	Geladeira, fogão, coifa, forno, microondas, pia, armários para armazenamento, bancada de apoio para preparo de refeições.	19.70 m ²	1
SALA MULTIUSO	Local destinado a atividades de estudo, uso de computadores, espaço para leitura.	Mesa para computadores, estante, mesa de atividades / estudo		1
LAVABO	Local destinado a higiene dos moradores.	Pia, bacia sanitária, espaço para armazenamento de materiais e objetos.	2.90 m ²	1
VARANDA	Local destinado a socialização externa, descanso, lazer, confraternização dos moradores, integração com a natureza, espaço para receber visitas.	Mobiliário externo para estar e descanso.		1
ÁREA EXTERNA	Local para socialização e realização de atividades, brincadeiras, integração com a natureza, lazer, confraternização.	Área livre com árvores frutíferas, parede de escalada, caixa de areia, brincadeiras, pular corda, jogar bola, etc.		1
HORTA	Local destinado a plantação de hortaliças, temperos	Materiais para jardinagem, sementes		1
JARDIM SENSORIAL	Local destinado a atividades de brincadeiras	Jardim sensorial com playground.		1

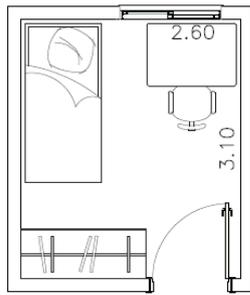


PROGRAMA DE NECESSIDADES					
AMBIENTE	ESPECIFICAÇÕES	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	ÁREA	QUANT.	
ÍNTIMO	DORMITÓRIO	Local destinado ao descanso e repouso dos moradores, de forma coletiva, agrupados por idade, sexo e vínculo.	Duas camas ou berços, guarda-roupas, armário para armazenamento de objetos pessoais, mesa de estudo.	14 m	5
	DORMITÓRIO CUIDADOR	Local destinado ao descanso e repouso dos cuidadores.	Uma cama de solteiro ou uma cama de casal, guarda-roupas, armário para armazenamento de objetos pessoais.	9.45 m ²	1
	BANHEIRO	Local destinado a higiene dos moradores.	Bacia sanitária, pia, chuveiro, espaço para armazenamento de materiais e objetos.	8.43 m ²	3
	BANHEIRO CUIDADOR	Local destinado a higiene dos cuidadores.	Bacia sanitária, pia, chuveiro, espaço para armazenamento de materiais e objetos.	5.55 m ²	1

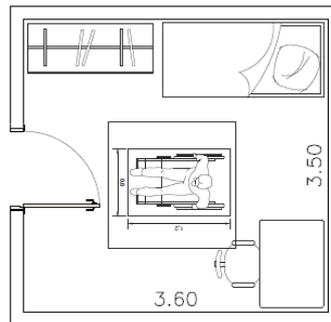
PROGRAMA DE NECESSIDADES					
AMBIENTE	ESPECIFICAÇÕES	MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS	ÁREA	QUANT.	
SERVIÇO	LAVANDERIA	Local destinado a propiciar o cuidado com a higiene da moradia (roupas, calçados, roupas de cama, mesa e banho), armazenamento de utensílios, objetos e produtos de limpeza.	Máquina de lavar roupa, máquina de secar roupa, tanque, móvel para passar roupa, armários para armazenamento.	5.78 m ²	1
	DESPENSA	Local destinado ao armazenamento de louças, materiais e alimentos utilizados esporadicamente.	Armários ou prateleiras para armazenamento.	3.40 m ²	1
	ESCRITÓRIO	Local destinado a organização de documentos da moradia e atendimento esporádico de psicólogo.	Armário, mesa, cadeiras.	6.90 m ²	1
	GARAGEM	Local destinado a guarda do veículo do cuidador.	Espaço para um veículo.		1

Tabela 3 - Programa de necessidades e pré-dimensionamento da Casa Lar.

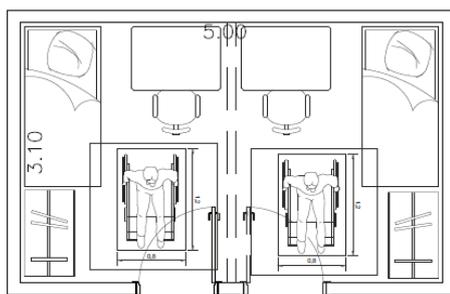




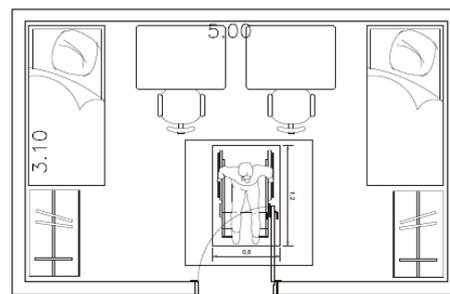
DORMITÓRIO
DORMITÓRIO INDIVIDUAL



DORMITÓRIO
DORMITÓRIO INDIVIDUAL COM ACESSIBILIDADE

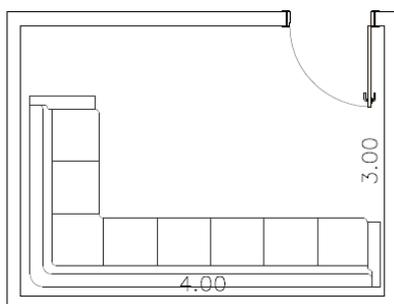


DORMITÓRIO
DORMITÓRIO PARA DUAS CAMAS COM POSSIBILIDADE DE SUBDIVISÃO

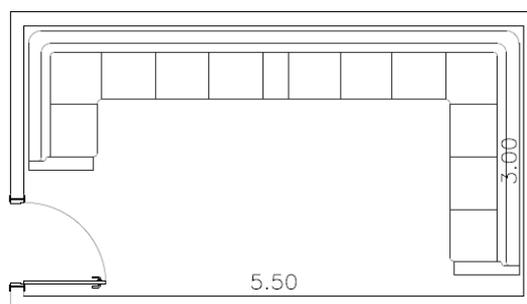


DORMITÓRIO
DORMITÓRIO PARA DUAS CAMAS

Figura 62 - Estudo de pré-dimensionamento, dormitórios.



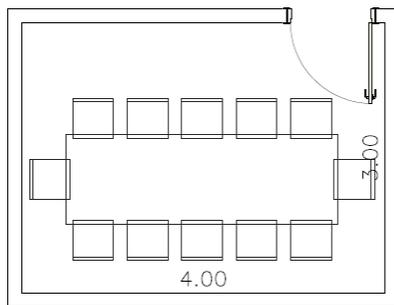
SALA DE ESTAR
SALA DE ESTAR, ÁREA INDICADA PELAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS (2009)



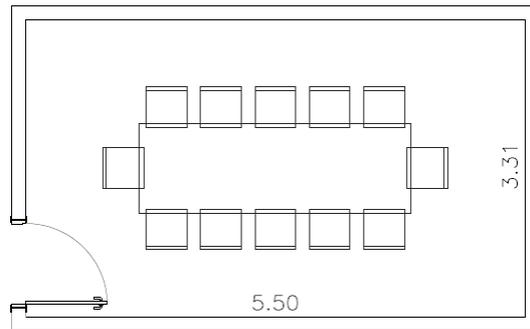
SALA DE ESTAR
SALA DE ESTAR, ADEQUADA PARA 12 PESSOAS.

Figura 63 - Estudo de pré-dimensionamento, Sala de Estar.



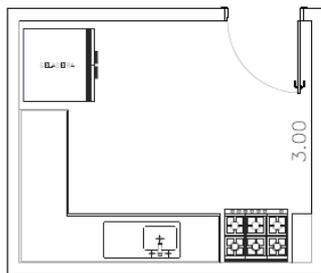


SALA DE JANTAR
SALA DE JANTAR, ÁREA INDICADA PELAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS (2009)

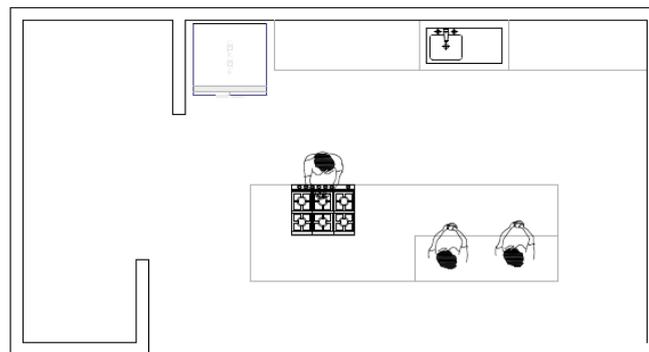


SALA DE JANTAR
SALA DE JANTAR, ADEQUADA PARA 12 PESSOAS.

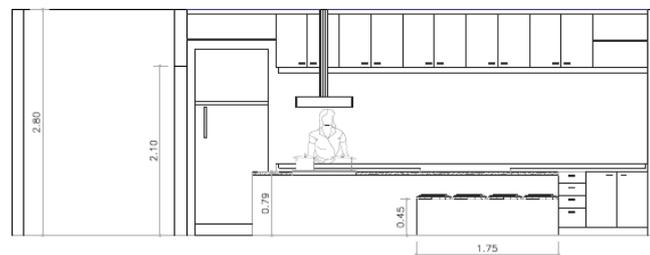
Figura 65 - Estudo de pré-dimensionamento, Sala de jantar.



COZINHA
MODELO DE COZINHA .



COZINHA
MODELO DE COZINHA QUE PERMITE A INTERAÇÃO DAS CRIANÇAS.



COZINHA
VISTA MODELO DE COZINHA QUE PERMITE A INTERAÇÃO DAS CRIANÇAS.

Figura 64 - Estudo pré-dimensionamento, cozinha.



8.2. ORGANOGRAMA

O organograma apresentado abaixo, relaciona os setores em blocos de função, setor privativo / íntimo dos moradores, áreas sociais / convívio, setor serviço de serviço e área externa.



Figura 66 - Organograma da Casa Lar.



8.3. FLUXOGRAMA

FLUXOGRAMA

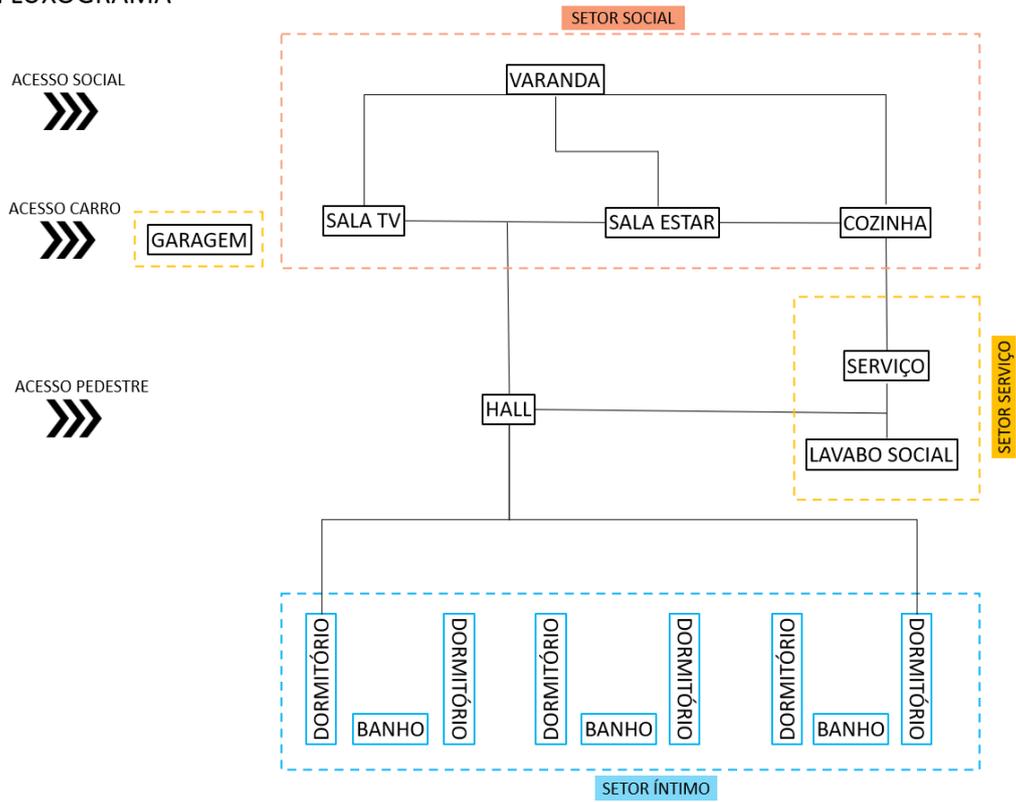


Figura 67 - Fluxograma.



8.4. PLANO DE MASSAS

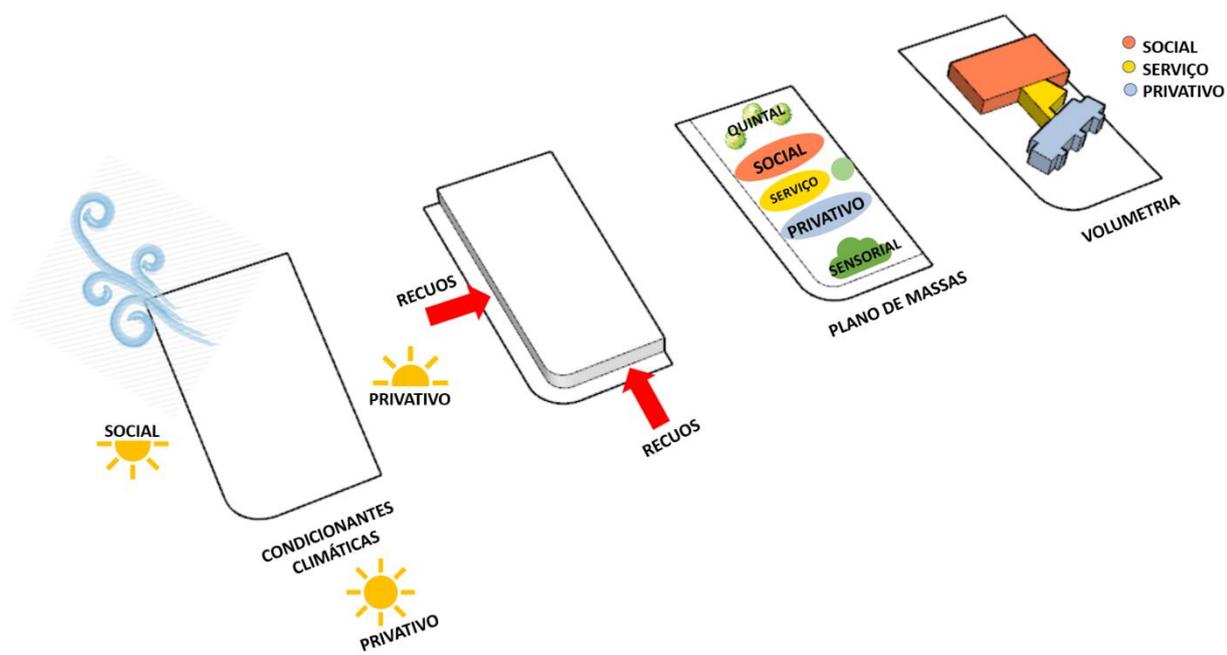


Figura 68 - Plano de Massas.



9. MEMORIAL DESCRITIVO

Projeto: Instituição de Acolhimento (Residência de média / longa permanência)

Local: Rua Paulo Roberto Facioli – Barra Funda – Leme/SP

Área Terreno: 2.262,83 m²

Área Construída: 728,02 m²

Recuo Frontal: 4,00 m

Recuo Lateral Esquerda: 14,60 m

Recuo Lateral Direita: 13,45 m

Área Permeável: 1.534,81 m²

O presente memorial tem como objetivo descrever o projeto de uma Instituição de Acolhimento, que resultou em um projeto de uma residência térrea, com área total de 728,02 m².

O projeto seguiu os parâmetros das Orientações Técnicas CONANDA, as normas de acessibilidade (NBR 9050/2015), Ergonomia, Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi organizado em Setores Social, Serviço e Íntimo, que foram posicionados no terreno de acordo com a orientação solar. Os ambientes que correspondem a área privativa foram posicionados afim de receber o sol da manhã, entre as faces Norte e Leste. O setor social receberá boa ventilação pois as aberturas estão direcionadas aos ventos predominantes.

1. Terreno

O terreno é plano, localizado na esquina da Rua Imperatriz Leopoldina com a Rua Paulo Roberto Facioli. De acordo com o zoneamento está inserido em Zona Predominantemente Residencial (ZRP).

2. Estrutura e Vedação

Os elementos de lajes e vigas serão em concreto armado, pré-moldadas com malha e cobertas com o concreto armado. As paredes serão em alvenaria, com blocos cerâmicos.



3. Revestimento Interno

Os revestimentos de piso no interior da casa serão de Granilite Polido, exceto na varanda que será com piso de Pedra São Tomé Amarela, nos banheiros Granilite Fulget e nos dormitórios piso de Carvalho.

4. Revestimento Externo

Na área externa, o piso que contorna a residência será em Piso Grama, toda a área de piso restante será em Grama Esmeralda, exceto no desenho de piso do jardim sensorial que será em concreto polido, pintado.

5. Esquadrias

As esquadrias serão em madeira e vidro. Na fachada, as janelas serão personalizadas, com molduras de madeira, vidro e musgo.

6. Cobertura e Laje

Na cobertura do edifício será utilizado forro de madeira (lambri), com cobertura em telha de barro, com inclinação de 30%, e laje com cobertura em telha fibrocimento, com inclinação de 10%.

7. Ventilação

O vento predominante vem de Leste e Sudeste a estratégia resfriamento aplicada foi evapotranspiração das plantas, através da construção das áreas gramadas e arborizadas.

8. Hidráulica

A instalação hidráulica do edifício seguirá as normas cabíveis a ABNT e do serviço de água, esgoto do município de Leme (Saecil), quanto ao abastecimento, distribuição e coleta.

Para que haja o devido abastecimento de água, para suprir as necessidades do local, o consumo calculado foi estimado em 3.600 litros, sendo assim uma Caixa d'água de 4.000 litros supre a demanda.

9. Instalação Elétrica

As instalações elétricas deverão seguir as normas da ABNT, ELEKTRO e Corpo de Bombeiros.

10. Paisagismo

Para compor o paisagismo foram selecionadas diversas espécies de plantas, flores, árvores, de fácil manutenção.

Na área externa, o gramado será composto por Grama Esmeralda, com folhas estreitas, pequenas e pontiagudas, ideal para jardins que recebem sol pleno.





NOME CIENTÍFICO: Euphorbia Leucocephala (Noivinha)

LUMINOSIDADE: Sol Pleno

ORIGEM: América Central

DIMENSÃO: 2 A 3 Metros De Altura

Figura 69 - Árvore Euphorbia Leucocephala (Noivinha). Fonte:
<https://www.conhecaminas.com/2021/01/conheca-uma-das-mais-lindas-plantas.html>





NOME CIENTÍFICO: Monstera Deliciosa (Costela De Adão)

LUMINOSIDADE: Meia Sombra

ORIGEM: América Do Norte, México

DIMENSÃO: 6 A 9 Metros De Altura

Figura 71 - Monstera Deliciosa (Costela de Adão). Fonte: <https://dicasdecor.com/costela-de-adao/>



NOME CIENTÍFICO: Musa Acuminata (Banana Nanica)

LUMINOSIDADE: Sol Pleno

ORIGEM: Ilhas Canárias

DIMENSÃO: 1,20 A 2,10 Metros De Altura

Figura 70 – Musa Acuminata (Bananeira Nanica). Fonte: <https://vivoplantas.com.br/produto/banana/>





NOME CIENTÍFICO: Citrus Sinensis (Laranjeira)

LUMINOSIDADE: Sol Pleno

ORIGEM: Ásia

DIMENSÃO: 6 A 9 Metros De Altura

Figura 73 - Citrus Sinensis (Laranjeira). Fonte: <https://www.jardineiro.net/plantas/laranja-citrus-sinensis.html>



NOME CIENTÍFICO: Malpighia Emarginata (Aceroleira)

LUMINOSIDADE: Sol Pleno

ORIGEM: América Central, América Do Norte, América Do Sul,
Antilhas, Brasil, México, Peru

DIMENSÃO: 2.4 A 3 Metros De Altura

Figura 72 - Malpighia Emarginata (Aceroleira). Fonte: <https://www.jardineiro.net/plantas/acerola-malpighia-emarginata.html>





NOME CIENTÍFICO: Malus (Machieira)

LUMINOSIDADE: Sol Pleno

ORIGEM: Ásia

DIMENSÃO: 1.80 Metros De Altura

Figura 74 - Malus (Machieira). Fonte: <https://www.mundoecologia.com.br/plantas/arvore-machieira-caracteristicas-raiz-caule-folha-e-morfologia/>



10. CONDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho parte da alta mortalidade infantil, dados do IBGE (2019), partindo desse dado, foi investigado as possíveis causas para essa problemática. Logo foi identificado através da pesquisa apresentada, que as causas são diversas, e a partir disso, buscou-se encontrar programas assistenciais voltados à criança e ao adolescente. Dessa forma, foi estudado a institucionalização de crianças e adolescentes e as modalidades de acolhimento, a Casa Lar, é uma modalidade que tem como principal objetivo, atender até dez crianças e adolescentes, com faixa etária de zero a dezoito anos, que por diversos motivos teve que ser separada da família de origem. Essa modalidade específica foi estabelecida de forma que as crianças não se sentissem institucionalizadas e que conseguissem viver em um ambiente mais próximo de uma casa, seguindo uma rotina, em uma escala mais próxima de uma família. Então, essa modalidade de atendimento, passa a ser feita em uma residência, geralmente em casas alugadas, que não possuem estrutura adequada para atender a necessidade de todas as crianças acolhidas.

A proposta apresentada nesse trabalho parte no desenvolvimento de uma Casa Lar, que visa acolher dez crianças e adolescentes, entre 0 a 14 anos de idade. O conceito principal, é a construção de um lugar que representa a casa, um lar; acolhedor e seguro, que estimule o desenvolvimento e a autonomia da criança e adolescente. Para esse resultado, foi utilizado os conceitos, estudados e apresentados nos capítulos anteriores.

Os espaços que compõem a casa foram pensados e divididos em setores. Os ambientes que foram considerados sociais, busquei trabalhar de forma integrada, dessa maneira esses ambientes de convívio sempre estarão sob supervisão da mãe social, e das próprias crianças. A cozinha, é um ambiente que reúne a todos, e é um ótimo lugar para que a criança comece a participar, então, foi criada uma bancada que a criança pode estar participando no processo de preparação dos alimentos, de forma monitorada. Tanto na sala de jantar, quanto na sala de Tv, busquei trabalhar com janelas de peitoril baixo, e com banco integrado a janela para que exista a relação interior/exterior. Aberto aos



ambientes de socialização encontra-se um quarto multiuso, onde ficam computadores, espaço para leitura, para estudo.

A sala de jantar, pode ser entendida como um espaço de todos os integrantes da casa, é onde todos se reúnem para as refeições, é um lugar onde muitas vezes é feita tarefas escolares. A sala de estar, é onde nos reunimos para conversar, recebemos visitas de rápida permanência. A sala de Tv, é o momento de assistir, seja desenhos, filmes, entre outros.

Os espaços externos foram desenvolvidos pensando em realizar atividades, brincadeiras, receber as famílias dos acolhidos e a comunidade, realizar eventos, como, comemoração de aniversários, festa junina, entre outros. A varanda é um espaço coberto, livre para brincadeiras, e atividades, descansar, lazer. Ela se integra ao quintal, onde tem caixa de areia, parede de escalada, pista para brincar de carrinho, árvores frutíferas e muito espaço livre para jogar bola, correr, pular corda. Tem uma horta, nela possui hortaliças, temperos, é interessante, pois a criança pode ter contato com a terra, o plantio a colheita de alimentos, acompanhar todas as etapas do ciclo de uma planta e entender que é alimento.

O jardim sensorial, busca trabalhar os sentidos de forma lúdica. Foi pensado de forma que um playground acontecesse junto ao jardim, com espaço para brincadeiras, piquenique, entre outros.

Cada quarto receberá até duas crianças e adolescentes, que poderá ser dividida por faixa etária, sexo, ou afinidade, sendo livre para escolher. No entanto, foi considerado que cada criança e adolescente precisa de privacidade e individualidade. Um dos quartos foi pensado para que pudesse ser dividido, caso um acolhido precise de um espaço individual para se adaptar.

E a área considerada de serviço, ficaram lavabo, que pode ser utilizado, tanto para os membros que residem, quanto pelos visitantes, o escritório da mãe social, para poder organizar documentos, contas da casa, e caso exista a necessidade de atendimento psicológico na residência, e a lavanderia.

Nos lugares de circulação criei janelas mosaico, com vidro e painéis com musgo, com a intenção de conectar o externo com o interno, e a natureza.



11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TERRA, Alessandra Dale Giacomini et al. **A arquitetura da vulnerabilidade: A estrutura das instituições de acolhimento e os direitos da criança e do adolescente.** Anais do I Conacso. 1ª ed, 2015.

LOEB, Rodrigo M. **Territórios vulneráveis, arquitetura e urbanismo: estratégias contemporâneas de ação.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ideara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente; anotado e interpretado.** Curitiba, SEDS, 2013.

Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescente / Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília, 2008.

Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescente / Conselho Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.** Brasília, 2006.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C.M.C.; & PONTES, F. A. R. **Crianças institucionalizadas: limites e riscos ao desenvolvimento.** In F. A. R. Pontes, C. M. C. Magalhães, R. C. S. Brito, & W. L. B. Martim (Orgs.). Temas pertinentes à psicologia contemporânea (pp. 327-353). Belém, PA: EDUFPA.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C.M.C.; & PONTES, F. A. R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento.** 25,20-34. 2007.

CAVALCANTE, L. I. C.; MAGALHÃES, C.M.C.; & PONTES, F. A. R. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces.** Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza. 2007.

CARVALHO, A. M. **Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e limites.** In E. R. Lordelo, A.M. Carvalho, & S. h. Koller (Orgs), Infância brasileira e contextos de desenvolvimento (pp. 14-19). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.



SIQUEIRA, A. C. & DELL'AGLIO, D. D. **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência:** uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80. 2006.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; & CUELLO; S. E. S. **Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolesecentes institucionalizados.** In S. H. Koller. *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (p197-218). São Paulo: Casa

SAVI, Aline Eyng. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis. 2018.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** 3. Ed. São Paulo: Ed: Martins Fontes, 1998, 242 p.

BRASIL. **Lei nº 12.010**, de 3 de agosto de 2009. Brasília, DF: Presidência da República. (2009a). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em:

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei Federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.

DA SILVA, Roberto. **A construção do estatuto da criança e do adolescente.** 2001. In: *Âmbito jurídico*, Rio Grande, II, n. 6, ago.2001.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimentos da prisão. 27. Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007. 291p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamental:** visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2002.261p.

RIZZINI, Irma (org.). **Acolhendo crianças e adolescentes:** experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. 152p.



ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente:** comentado, Lei 8.069/1990 – artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 60p.

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar?** Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis. 2008.180p.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 286p.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** 3 ed, São Paulo: Perspectiva, 1999.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

DIAS, Solange Smolarek. **História da arquitetura.** Cascavel, 2008.

GYMPEL, Jan. **História da arquitectura:** da antiguidade aos nossos dias. Colónia: Könemann, 2001.



12. ANEXO

01/04/2015 17h28 - Atualizado em 01/04/2015 17h28

Instituição de Leme se transforma e acolhe jovens em ambiente familiar

Do G1 São Carlos e Araraquara

Instituições que recebem crianças e adolescentes em situação de risco precisam se adaptar a novas regras se quiserem continuar recebendo verbas federais. Até 2017, elas terão de transferir os acolhidos para casas, mantendo os irmãos juntos em um mesmo imóvel e viabilizando um ambiente familiar. Em **Leme** (SP), o Lar São Francisco se antecipou ao prazo e a mudança está sendo bem avaliada.

“Aqui a gente fica mais perto uns dos outros. É como uma família mesmo”, afirmou uma adolescente de 16 anos que mora na unidade há um mês. “Aqui tem regra”, pontuou um jovem de 17 anos que também disse gostar mais do novo ambiente.

“Antes eram todos juntos numa instituição, divididos por alas, masculina e feminina, com banheiro coletivo, com cozinha industrial, dando a eles uma noção de instituição, que eles estavam internados. Hoje não, eles moram em casas normais na cidade, como qualquer família”, disse Maurício Rodrigues Ramos, presidente do Lar São Francisco.

As novas determinações estipulam que as casas de acolhimento têm de possuir um tamanho mínimo para garantir o conforto das crianças e dos adolescentes e não podem ter nenhuma identificação na fachada. O Lar seguiu as regras e alugou três residências, diminuindo a quantidade de pessoas no mesmo espaço e aumentando a privacidade.





Cenira de Souza é mãe social e mora com crianças e adolescentes (Foto: Felipe Lazzarotto/EPTV)

Profissionais

Ramos afirmou que todas as casas contam com equipes compostas por educadores, monitores, psicólogos e assistentes sociais. “Eles se revezam em turnos. Tem o pessoal da noite e o pessoal do dia dando assistência, fazendo a refeição, almoço, janta, levando à escola, buscando na escola, fazendo os trabalhos, indo ao cinema”.

A psicóloga Francine Cristina Augusto integra o grupo e explicou o trabalho. “A gente trabalha a autoestima, a autonomia, o autocuidado até o processo de desligamento, seja para uma família substituta seja para a própria família da criança ou para a saída com a maioridade”.

Cenira de Souza também faz parte da equipe. Ela mora com as crianças e adolescentes e tem a função de "mãe social". “O que uma mãe ensina para o filho eu ensino para eles: a ter educação, a se organizar, a se preparar para quando completarem 18 anos poderem sair daqui e a não sair com uma bagagem vazia, sair com uma boa bagagem, carregando coisas boas”.

¹ Reportagem sobre a Instituição Lar São Francisco de Leme, e sua nova adequação para residências uni-familiares. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/04/instituicao-de-leme-se-transforma-e-acolhe-jovens-em-ambiente-familiar.html>. Acesso em: 28 de maio de 2021.



ANÁLISE DO ENTORNO

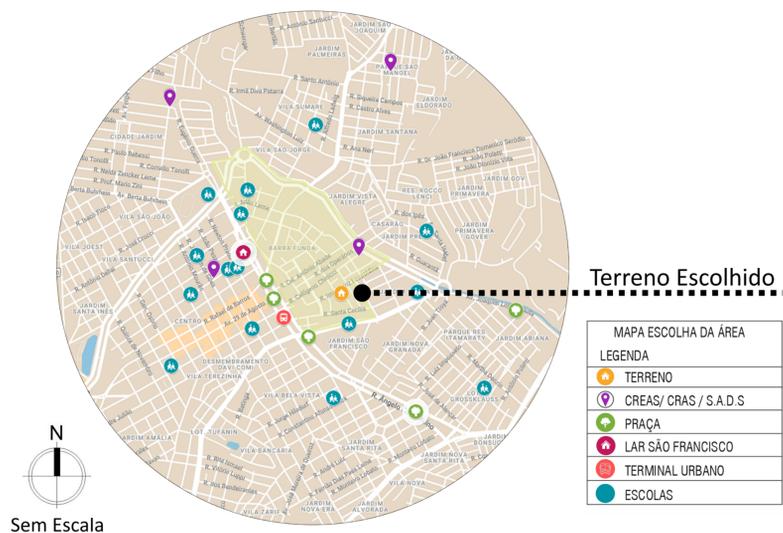


Fig. 02 – Mapa Justificativa da área



Fig. 03 – Mapa Uso de Solo

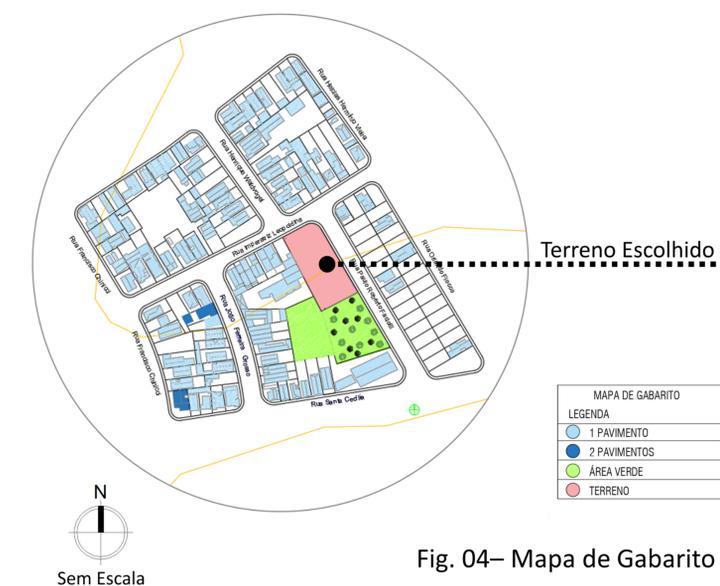


Fig. 04 – Mapa de Gabarito

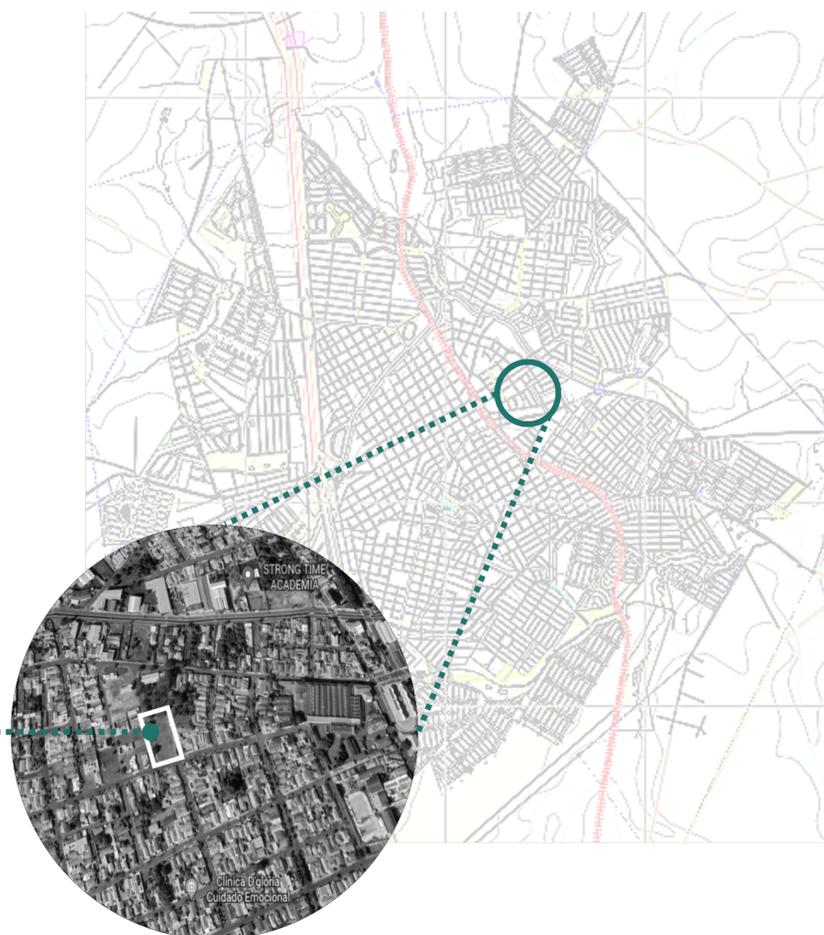
LOCALIZAÇÃO

A cidade na qual se localizará a Casa lar é Leme, localizada no Estado de São Paulo ocupa uma área de aproximadamente 402,871 Km², sendo que 391,769 Km² estão no perímetro rural e os 11,101 Km² restantes perímetro urbano.



A área escolhida para a inserção do projeto localiza-se na esquina da Rua Imperatriz Leopoldina com a Rua Paulo Roberto Facioli. De acordo com o zoneamento está inserido em Zona Predominantemente residencial (ZPR).

Local de Estudos
Terreno Escolhido

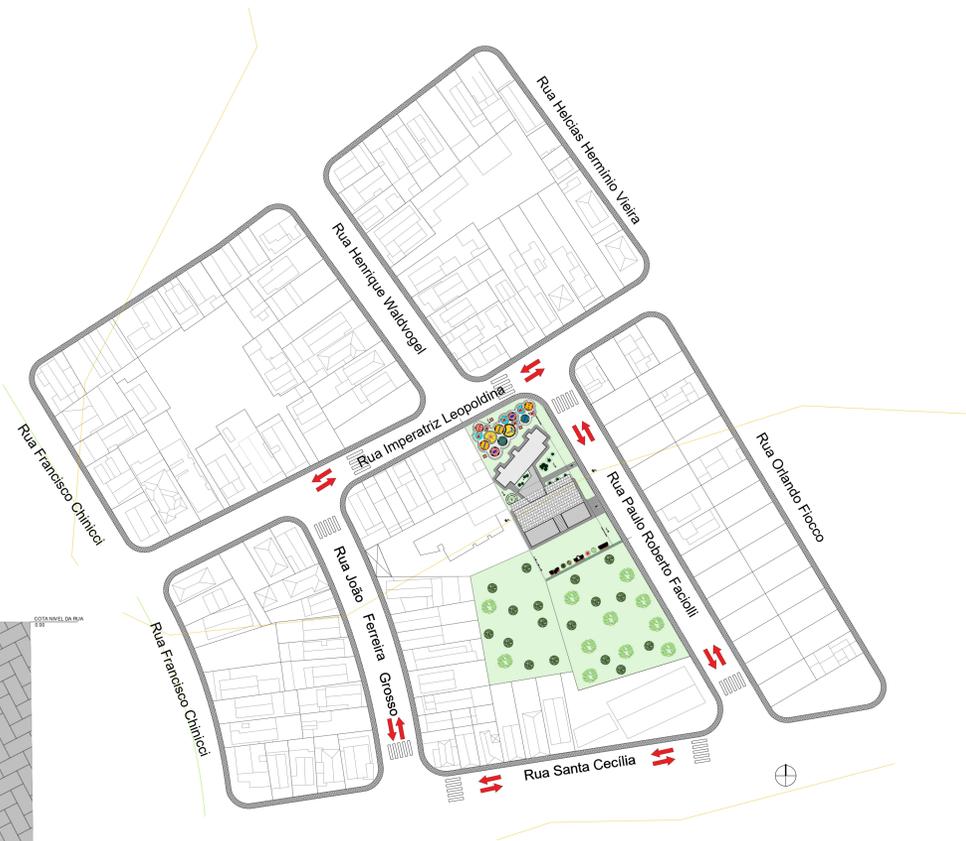
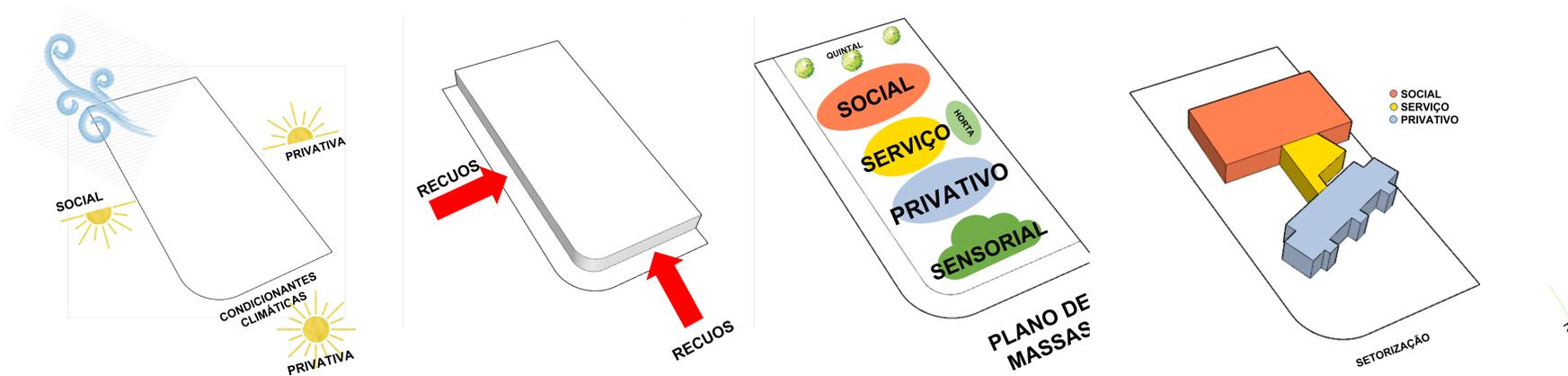


CASA LAR

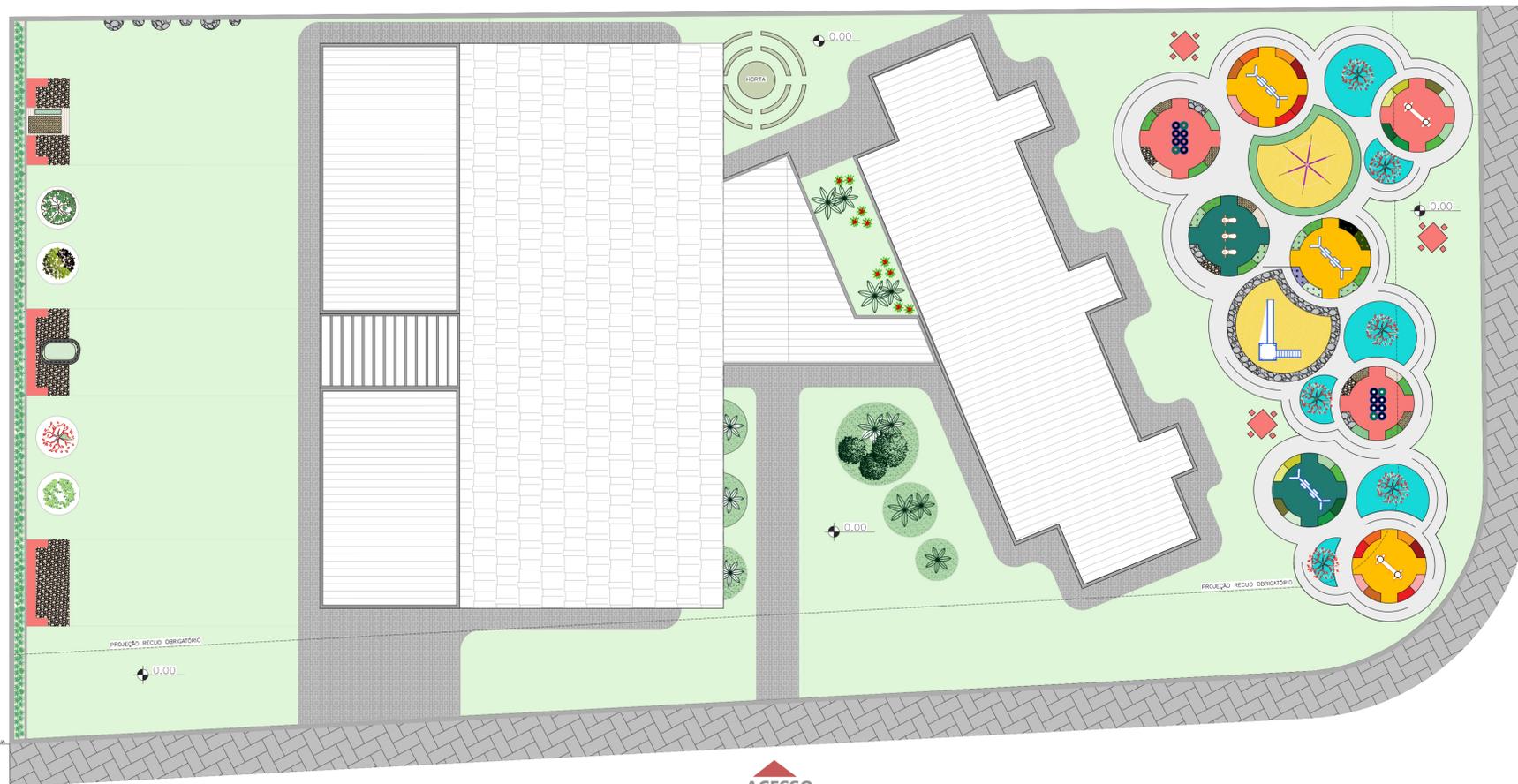
DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

02/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliana Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini



IMPLANTAÇÃO SEM ESCALA



IMPLANTAÇÃO
ESC. 1:100

ACESSO



ACESSO



VOLUMETRIA DO ENTORNO

FICHA TÉCNICA:

Localização: Rua Paulo Roberto Facioli - Barra Funda - Leme/SP

Área terreno: 2.262,83 m²

Área Construída: 728,02 m²

Recuo Frontal: 4,00 m

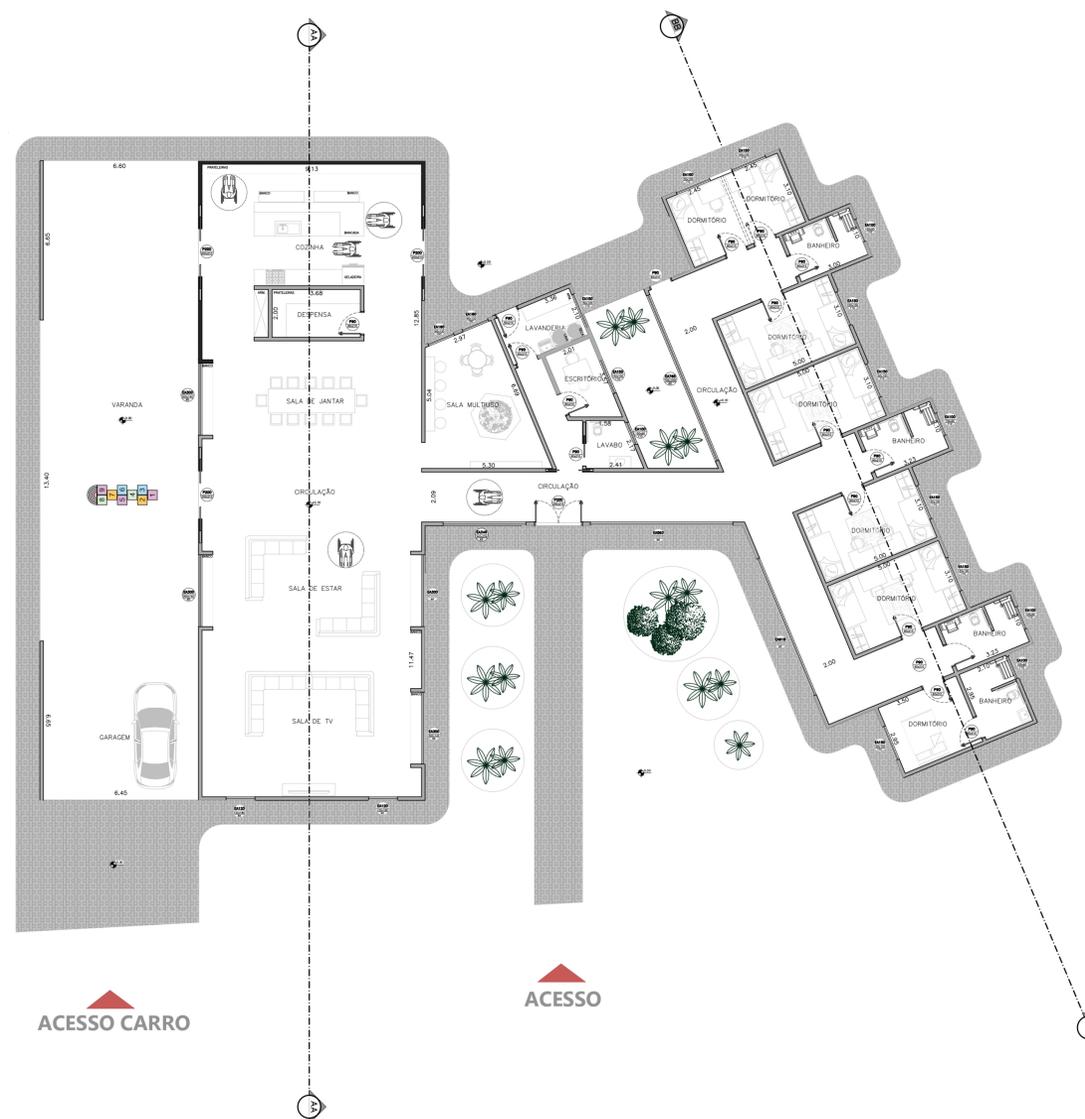
Recuo Lateral: 14,60 m

Área Permeável: 1.534,81 m²

Coefficiente de Aproveitamento (CA):

Taxa de Ocupação (TO):

Ano da Proposta: 2022



QUANT	AMBIENTE	ÁREA	ILUMINAÇÃO	VENTILAÇÃO	PISO
1	VARANDA	13,40	---	---	PEDELA E PISAIA
1	SALA DE TV	22,34	0,32	4,26	GRANULITE
1	SALA DE ESTAR	22,24	1,46	4,26	GRANULITE
1	SALA DE JANTAR	48,95	4,25	2,10	GRANULITE
1	COZINHA	48,02	0,40	4,26	GRANULITE
1	DEPENSA	7,29	---	---	GRANULITE
1	SALA MATEMATICO	22,28	2,84	1,82	GRANULITE
1	LAVABO	13,80	1,60	0,20	GRANULITE
1	ESCOTOIRO	16,34	1,50	0,75	GRANULITE
1	LAVANDERIA	7,20	1,50	0,75	GRANULITE
3	DORMITÓRIOS	19,20	1,50	0,75	GRANULITE
3	BANHEIROS	16,20	0,60	0,30	GRANULITE
1	DORMITÓRIO SUITE	19,20	1,50	0,75	GRANULITE
1	SUITE	4,19	0,60	0,30	GRANULITE
ILUMINAÇÃO NATURAL A 0,8 DA ÁREA DE PISO					
VENTILAÇÃO NATURAL 50% DA ÁREA CONSTRUIDA					
ILUMINAÇÃO NATURAL A 0,8 DA ÁREA DE PISO					

PLANTA BAIXA
ESC. 1:100





PLANTA DE COBERTURA
ESC. 1:100

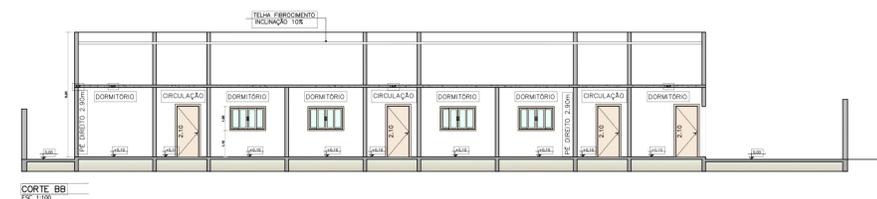
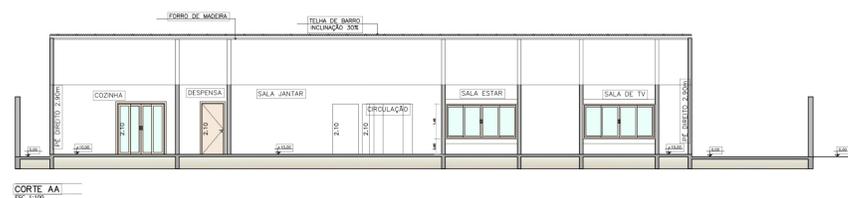
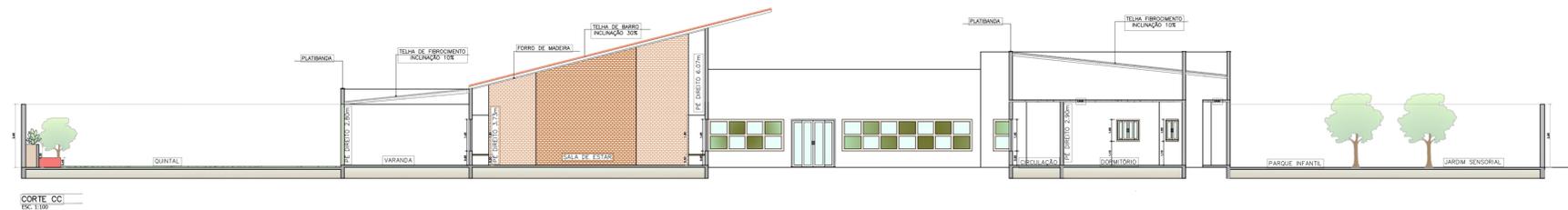
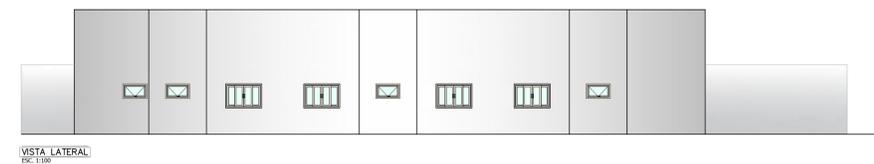
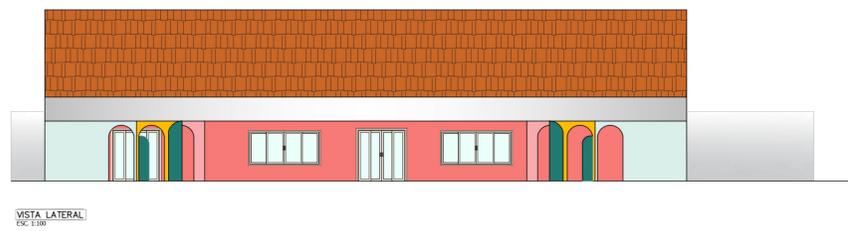
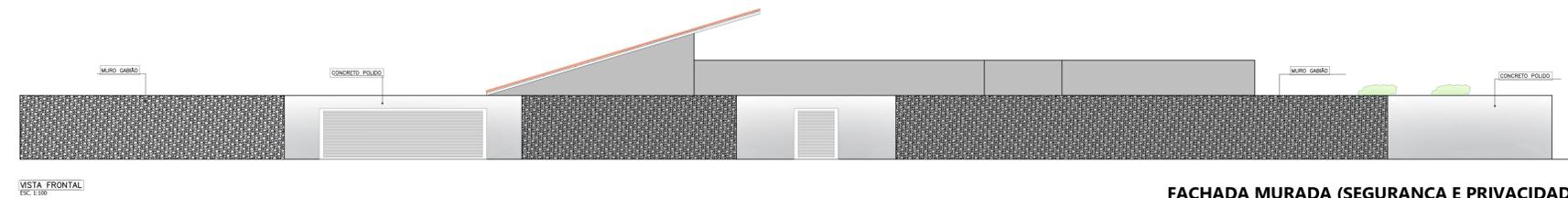
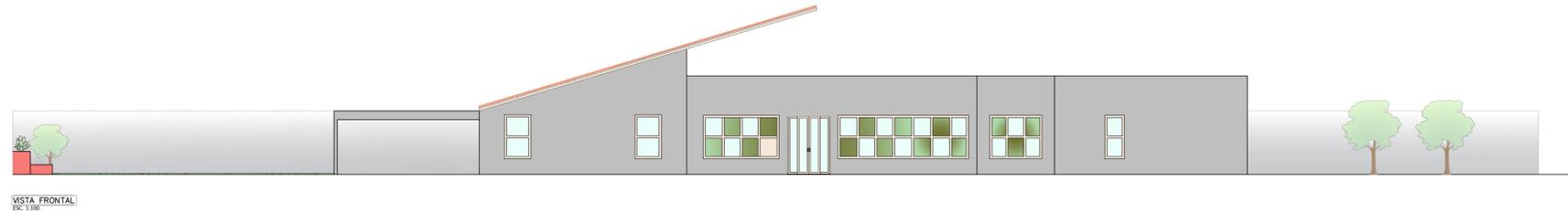


CASA LAR

DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

05/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliansa Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini

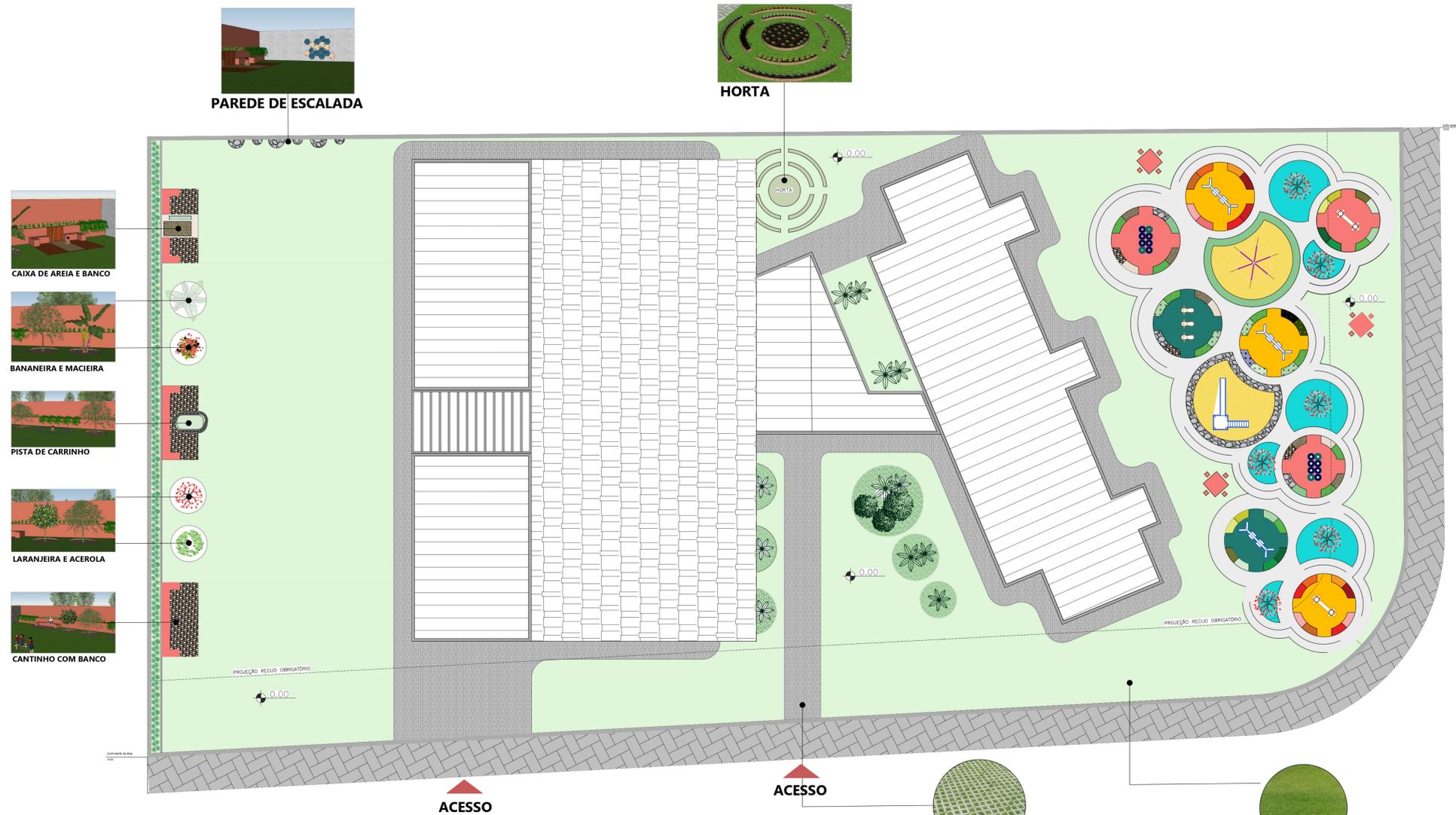


CASA LAR

DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

06/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliانا Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini



PAISAGISMO ESC. 1:100

ACESSO

ACESSO

PISO GRAMA

GRAMA ESMERALDA



NOME CIENTÍFICO: EUPHORBIA LEUCOCEPHALA (NOIVINHA)
LUMINOSIDADE: SOL PLENO
ORIGEM: AMÉRICA CENTRAL
DIMENSÃO: 2 A 3 METROS DE ALTURA



NOME CIENTÍFICO: MONSTERA DELICIOSA (COSTELA DE ADÃO)
LUMINOSIDADE: MEIA SOMBRA
ORIGEM: AMÉRICA DO NORTE, MÉXICO
DIMENSÃO: 6 A 9 METROS DE ALTURA



NOME CIENTÍFICO: MUSA ACUMINATA (BANANA NANICA)
LUMINOSIDADE: SOL PLENO
ORIGEM: ILHAS CANÁRIAS
DIMENSÃO: 1,20 A 2,10 METROS DE ALTURA



NOME CIENTÍFICO: CITRUS SINENSIS (LARANJEIRA)
LUMINOSIDADE: SOL PLENO
ORIGEM: ÁSIA
DIMENSÃO: 6 A 9 METROS DE ALTURA



NOME CIENTÍFICO: MALPIGHIA EMARGINATA (ACEROLEIRA)
LUMINOSIDADE: SOL PLENO
ORIGEM: AMÉRICA CENTRAL, AMÉRICA DO NORTE, AMÉRICA DO SUL, ANTILHAS, BRASIL, MÉXICO, PERU
DIMENSÃO: 2,4 A 3 METROS DE ALTURA



NOME CIENTÍFICO: MALUS (MACIEIRA)
LUMINOSIDADE: SOL PLENO
ORIGEM: ÁSIA
DIMENSÃO: 1,80 METROS DE ALTURA

JARDIM SENSORIAL E PARQUE INFANTIL



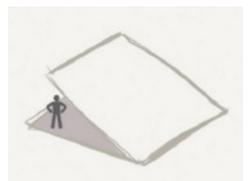
LINGUAGEM ARQUITETÔNICA

FORMA - MATERIAIS - CORES



PLANA

FORMAS ARQUITETÔNICAS PLANA, CRIAM A SENSAÇÃO DE PROTEÇÃO



INCLINADA

PLANOS INCINADOS A SENSAÇÃO DE PROTEÇÃO



CURVILINEAS

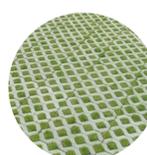
FORMAS E AMBIENTES ANGULARES PROPORCIONAM A IDEIA DE MOVIMENTO

MATERIAIS - QUE REMETEM A NATUREZA, ESTIMULAM O DESENVOLVIMENTO

CORES - REMETEM O CARÁTER LÚDICO, DESPERTAM OS SENTIDOS E A CRIATIVIDADE



GRAMA ESMERALDA



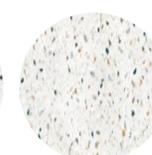
PISO GRAMA, CONTORNANDO A CASA



PISO DE PEDRA SÃO TOMÉ AMARELA 17X37 NA VARANDA



PISO INTERNO DE GRANILITE POLIDO



NOS BANHEIROS PISO DE GRANILITE FULGET



PISO DOS DORMITÓRIOS DE CARVALHO

CASA LAR

DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

08/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliansa Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini



DESENVOLVIMENTO INFANTIL JEAN PIAGET

SENSÓRIO MOTOR
0 A 2 ANOS

PRÉ OPERATÓRIO
2 A 6 ANOS

OPERATÓRIO
CONCRETO
7 A 12 ANOS

OPERATÓRIO
FORMAL
A PARTIR
DE 12 ANOS



DORMITÓRIO DE 0 A 2 ANOS DE IDADE



DORMITÓRIO DE 12 A 14 ANOS DE IDADE



DORMITÓRIO DE 2 A 6 ANOS DE IDADE



DORMITÓRIO INDIVIDUAL PARA ADAPTAÇÃO



BANHEIRO ADAPTADO



DORMITÓRIO DE 7 A 12 ANOS DE IDADE



DORMITÓRIO MÃE SOCIAL

CASA LAR

DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

09/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliana Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini



CASA LAR

DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE LEME

10/10

Trabalho de Conclusão de Curso - Arquitetura e Urbanismo / UNAR 2022
Acadêmica: Laiana Diliana Bruner / Orientador: Prof. Eduardo Manfredini

